

ELAYNE MARIKO MAGNOLER UCHIDA

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS PRINCIPAIS BANCOS DA
ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE E APÓS A CRISE DE 2008

CURITIBA

2011

ELAYNE MARIKO MAGNOLER UCHIDA

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS PRINCIPAIS BANCOS DA
ECONOMIA BRASILEIRA DURANTE E APÓS A CRISE DE 2008

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças.

Prof^a. Orientadora: Dra. Márcia Bortolocci

CURITIBA

2011

RESUMO

O presente trabalho aborda os aspectos da crise financeira internacional e seus impactos nas instituições financeiras brasileiras previamente selecionadas. Discorre também sobre o início da crise nos Estados Unidos e a maneira pela qual suas consequências foram sentidas em todo o mundo.

Ainda, para melhor ilustrar a pesquisa, são evidenciados os fatos históricos relevantes de cada banco, sendo eles: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú-Unibanco e Santander.

O comportamento dos bancos foi estudado por meio de indicadores financeiros propostos para a análise de balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício. As interpretações serviram de base para traçar comparativos e elaborar conclusões acerca dos efeitos da crise nas instituições, bem como seus aspectos comuns e distintos.

ABSTRACT

This paper discusses the aspects of the international financial crisis and its impacts on the Brazilian financial institutions that were previously selected. It also talks about the beginning of the crisis in United States and the how its consequences were felt around the world.

The most relevant historical facts of each bank are shown to better illustrate the research. Those banks are: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú-Unibanco and Santander.

The banks' behavior was studied through the financial indicators proposed for the analysis of balance sheets and statements of income. The interpretations were the basis for drawing comparisons and conclusions about the effects of the crisis in the banks, as well as their common and distinct aspects.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ranking de instituições financeiras	40
Tabela 2 - Ranking Américaeconomia dos maiores bancos da América Latina ...	41
Tabela 3 - Indicadores de solvência e liquidez do Banco do Brasil.....	45
Tabela 4 - Indicadores de capital e risco do Banco do Brasil.....	48
Tabela 5 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade do Banco do Brasil	52
Tabela 6 - Indicadores de solvência e liquidez do Bradesco	56
Tabela 7 - Indicadores de capital e risco do Bradesco.....	60
Tabela 8 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade do Bradesco	64
Tabela 9 - Indicadores de solvência e liquidez da Caixa Econômica Federal.....	67
Tabela 10 - Indicadores de capital e risco da Caixa Econômica Federal.....	71
Tabela 11 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade da Caixa Econômica Federal	74
Tabela 12 - Indicadores de solvência e liquidez do HSBC.....	78
Tabela 13 - Indicadores de capital e risco do HSBC	81
Tabela 14 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade do HSBC	85
Tabela 15 - Indicadores de solvência e liquidez do Itaú-Unibanco	88
Tabela 16 - Indicadores de capital e risco do Itaú-Unibanco	92
Tabela 17 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade do Itaú-Unibanco.....	96
Tabela 18 - Indicadores de solvência e liquidez do Santander	99
Tabela 19 - Indicadores de capital e risco do Santander	103
Tabela 20 - Indicadores de rentabilidade e lucratividade do Santander.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Encaixe voluntário do Banco Do Brasil.....	45
Gráfico 2 - Liquidez imediata do Banco Do Brasil.....	46
Gráfico 3 - Índice de empréstimos/depósitos do Banco Do Brasil.....	47
Gráfico 4 - Capital de giro próprio do Banco Do Brasil.....	47
Gráfico 5 - Participação de empréstimos do Banco Do Brasil.....	48
Gráfico 6 - Independência financeira do Banco Do Brasil.....	49
Gráfico 7 - Leverage do Banco Do Brasil.....	50
Gráfico 8 - Relação capital/depositantes do Banco Do Brasil.....	50
Gráfico 9 - Imobilização do capital próprio do Banco Do Brasil.....	51
Gráfico 10 - Índice de sensibilidade dos juros do Banco Do Brasil.....	52
Gráfico 11 - Taxa de reinvestimento do lucro do Banco Do Brasil.....	53
Gráfico 12 - Retorno sobre o patrimônio líquido do Banco Do Brasil.....	54
Gráfico 13 - Retorno sobre investimento total do Banco Do Brasil.....	54
Gráfico 14 - Índice de eficiência operacional do Banco Do Brasil.....	55
Gráfico 15 - Encaixe voluntário do Bradesco.....	56
Gráfico 16 - Liquidez imediata do Bradesco.....	57
Gráfico 17 - Índice de empréstimos/depósitos do Bradesco.....	58
Gráfico 18 - Capital de giro próprio do Bradesco.....	59
Gráfico 19 - Participação de empréstimos do Bradesco.....	60
Gráfico 20 - Independência financeira do Bradesco.....	61
Gráfico 21 - Leverage do Bradesco.....	61
Gráfico 22 - Relação capital/depositantes do Bradesco.....	62
Gráfico 23 - Imobilização do capital próprio do Bradesco.....	63
Gráfico 24 - Índice de sensibilidade dos juros do Bradesco.....	63
Gráfico 25 - Taxa de reinvestimento do lucro do Bradesco.....	64
Gráfico 26 - Retorno sobre o patrimônio líquido do Bradesco.....	65
Gráfico 27 - Retorno sobre investimento total do Bradesco.....	66
Gráfico 28 - Índice de eficiência operacional do Bradesco.....	66
Gráfico 29 - Encaixe voluntário da Caixa Econômica Federal.....	68
Gráfico 30 - Liquidez imediata da Caixa Econômica Federal.....	68
Gráfico 31 - Índice de empréstimos/depósitos da Caixa Econômica Federal.....	69
Gráfico 32 - Capital de giro próprio da Caixa Econômica Federal.....	70
Gráfico 33 - Participação de empréstimos da Caixa Econômica Federal.....	70
Gráfico 34 - Independência financeira da Caixa Econômica Federal.....	71
Gráfico 35 - Leverage da Caixa Econômica Federal.....	72
Gráfico 36 - Relação capital/depositantes da Caixa Econômica Federal.....	73
Gráfico 37 - Imobilização do capital próprio da Caixa Econômica Federal.....	73
Gráfico 38 - Índice de sensibilidade dos juros da Caixa Econômica Federal.....	74
Gráfico 39 - Taxa de reinvestimento do lucro da Caixa Econômica Federal.....	75
Gráfico 40 - Retorno sobre o patrimônio líquido da Caixa Econômica Federal.....	76
Gráfico 41 - Retorno sobre investimento total da Caixa Econômica Federal.....	76
Gráfico 42 - Índice de eficiência operacional da Caixa Econômica Federal.....	77
Gráfico 43 - Encaixe voluntário do HSBC.....	78
Gráfico 44 - Liquidez imediata do HSBC.....	79
Gráfico 45 - Índice de empréstimos/depósitos do HSBC.....	79
Gráfico 46 - Capital de giro próprio do HSBC.....	80
Gráfico 47 - Participação de empréstimos do HSBC.....	81

Gráfico 48 - Independência financeira do HSBC.....	82
Gráfico 49 - Leverage do HSBC.....	82
Gráfico 50 - Relação capital/depositantes do HSBC.....	83
Gráfico 51 - Imobilização do capital próprio do HSBC.....	84
Gráfico 52 - Índice de sensibilidade dos juros do HSBC.....	84
Gráfico 53 - Taxa de reinvestimento do lucro do HSBC.....	86
Gráfico 54 - Retorno sobre o patrimônio líquido do HSBC.....	86
Gráfico 55 - Retorno sobre investimento total do HSBC.....	87
Gráfico 56 - Índice de eficiência operacional do HSBC.....	88
Gráfico 57 - Encaixe voluntário do Itaú-Unibanco.....	89
Gráfico 58 - Liquidez imediata do Itaú-Unibanco.....	90
Gráfico 59 - Índice de empréstimos/depósitos do Itaú-Unibanco.....	91
Gráfico 60 - Capital de giro próprio do Itaú-Unibanco.....	91
Gráfico 61 - Participação Dde empréstimos do Itaú-Unibanco.....	92
Gráfico 62 - Independência financeira do Itaú-Unibanco.....	93
Gráfico 63 - Leverage do Itaú-Unibanco.....	94
Gráfico 64 - Relação capital/depositantes do Itaú-Unibanco.....	94
Gráfico 65 - Imobilização do capital próprio do Itaú-Unibanco.....	95
Gráfico 66 - Índice de sensibilidade dos juros do Itaú-Unibanco.....	96
Gráfico 67 - Taxa de reinvestimento do lucro do Itaú-Unibanco.....	97
Gráfico 68 - Retorno sobre o patrimônio líquido do Itaú-Unibanco.....	97
Gráfico 69 - Retorno sobre investimento total do Itaú-Unibanco.....	98
Gráfico 70 - Índice de eficiência operacional do Itaú-Unibanco.....	99
Gráfico 71 - Encaixe voluntário do Santander.....	100
Gráfico 72 - Liquidez imediata do Santander.....	101
Gráfico 73 - Índice de empréstimos/depósitos do Santander.....	101
Gráfico 74 - Capital de giro próprio do Santander.....	102
Gráfico 75 - Participação de empréstimos do Santander.....	103
Gráfico 76 - Independência financeira do Santander.....	104
Gráfico 77 - Leverage do Santander.....	104
Gráfico 78 - Relação capital/depositantes do Santander.....	105
Gráfico 79 - Imobilização do capital próprio do Santander.....	106
Gráfico 80 - Índice de sensibilidade dos juros do Santander.....	106
Gráfico 81 - Taxa de reinvestimento do lucro do Santander.....	107
Gráfico 82 - Retorno sobre o patrimônio líquido do Santander.....	108
Gráfico 83 - Retorno sobre investimento total do Santander.....	109
Gráfico 84 - Índice de eficiência operacional do Santander.....	109
Gráfico 85 - Encaixe voluntário consolidado.....	110
Gráfico 86 - Liquidez imediata consolidada.....	111
Gráfico 87 - Índice de empréstimos/depósitos consolidado.....	112
Gráfico 88 - Capital de giro próprio consolidado.....	113
Gráfico 89 - Participação de empréstimos consolidada.....	114
Gráfico 90 - Independência Financeira consolidada.....	115
Gráfico 91 - Leverage consolidado.....	116
Gráfico 92 - Relação capital/depositantes consolidada.....	117
Gráfico 93 - Imobilização do capital próprio consolidada.....	118
Gráfico 94 - Índice de sensibilidade dos juros consolidado.....	118
Gráfico 95 - Taxa de reinvestimento do lucro consolidada.....	119
Gráfico 96 - Retorno sobre o patrimônio líquido consolidado.....	120
Gráfico 97 - Retorno sobre investimento total consolidado.....	120

Gráfico 98 - Índice de eficiência operacional consolidado	121
---	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	5
1.2	OBJETIVOS	10
1.2.1	Objetivo geral	10
1.2.2	Objetivos específicos	11
1.3	JUSTIFICATIVA	11
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	14
2.1.1	Bancos comerciais e múltiplos	22
2.2	EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS BANCOS NO BRASIL POR DEPÓSITOS TOTAIS EM DEZEMBRO DE 2010	23
2.2.1	Banco do Brasil	25
2.2.2	Bradesco	26
2.2.3	Caixa Econômica Federal	27
2.2.4	HSBC	28
2.2.5	Itaú-Unibanco	29
2.2.6	Santander	30
2.3	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	31
2.3.1	Encaixe voluntário	32
2.3.2	Liquidez imediata	33
2.3.3	Índice Empréstimos/Depósitos	33
2.3.4	Capital de giro próprio	33
2.3.5	Participação dos empréstimos	34
2.3.6	Indicadores de análise do capital	34
2.3.7	Taxa de reinvestimento do lucro	35
2.3.8	Índices de rentabilidade	35
2.3.9	Índice de eficiência operacional	36
2.3.10	Índice de sensibilidade dos juros - GAP	36
3	METODOLOGIA	38
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	38
3.1.1	Quanto à abordagem do problema	38
3.1.2	Quanto aos objetivos da pesquisa	39
3.1.3	Quanto aos procedimentos de pesquisa	39
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.2.1	Seleção de Amostra	40
3.2.2	Coleta de Dados	41
3.2.3	Análise de Dados	42
4	ANÁLISE DOS DADOS	44
4.1	ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	44
4.1.1	Banco do Brasil	44
4.1.2	Bradesco	55
4.1.3	Caixa Econômica Federal	67
4.1.4	HSBC	77
4.1.5	Itaú-Unibanco	88
4.1.1	Santander	99
4.2	ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS	110
4.2.1	Indicadores de solvência e liquidez	110

4.2.2	Indicadores de capital e risco.....	114
4.2.3	Indicadores de rentabilidade e lucratividade	119
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	122
	REFERÊNCIAS.....	124

1 INTRODUÇÃO

A crise que abalou os mercados ao redor do mundo em 2008 causou perdas e danos em governos, organizações e instituições financeiras. Começou nos Estados Unidos e espalhou caos e falências em diversos outros países da Europa e de outras regiões, sofrendo abalos até hoje notáveis. Neste cenário de dificuldade e desconfiança, o Brasil demonstrou sua potência econômica para minimizar os impactos e superar as consequências.

Embora não tenham sido diretamente afetados pelos *subprimes* americanos, os bancos brasileiros não ficaram ilesos à situação desfavorável no cenário financeiro global. Os resultados apresentados em 2008 e nos anos seguintes demonstram como as instituições financeiras brasileiras foram afetadas pela crise internacional e como suas consequências se alastraram.

Mediante a análise dos dados provenientes dos balanços patrimoniais e demonstrações do resultado dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, bem como da interpretação dos indicadores financeiros considerados no estudo, serão verificadas as influências no comportamento de seis instituições financeiras brasileiras. O critério de escolha, a ser detalhado mais adiante, considerou os bancos com maiores saldos de depósitos totais (*ranking* BACEN em dezembro de 2010), não ignorando a relevância dos mesmos no cenário nacional.

A pesquisa consiste em elaborar os cálculos dos índices propostos e identificar possíveis semelhanças de comportamento entre os bancos, durante e após a crise financeira. Serão considerados critérios de rentabilidade, liquidez, lucratividade, risco e solvência, a fim de comparar aspectos análogos na percepção da crise pelas instituições financeiras selecionadas.

Será abordado a seguir um breve histórico do início da crise financeira e seus impactos nas economias mundiais. Além disso, faz-se igualmente importante a motivação para transformar este acontecimento em objeto de estudo e pesquisa acadêmica, discorrendo sobre os objetivos e justificativas do trabalho.

Posteriormente, serão evidenciadas as características do Sistema Financeiro Nacional, seus órgãos normativos, suas entidades supervisoras e seus operadores. Também será explicado o funcionamento dos bancos comerciais e múltiplos e sua evolução no Brasil, bem como os principais fatos que marcaram a história das

instituições estudadas. A análise de balanços e demonstrações financeiras será efetuada por meio de indicadores financeiros propostos no capítulo seguinte.

Finalmente, a interpretação dos dados coletados será exposta de duas maneiras, quais sejam: (I) individualmente, tratando a respeito de cada um dos bancos e seus indicadores financeiros; (II) em conjunto, traçando comparativos dos comportamentos baseados em um mesmo critério para todas as instituições. Dando sequência, serão descritas as conclusões e considerações finais no que concerne aos objetivos do trabalho e aos resultados alcançados.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A situação econômico-financeira do Brasil demonstra estabilidade e crescimento após sua rápida recuperação frente à crise mundial que se iniciou no final do ano de 2007, perdurou até meados de 2009 e levou à falência diversas empresas e instituições financeiras ao redor do mundo. Os impactos foram sentidos nas principais potências globais e alguns efeitos ainda são percebidos em 2011, com destaque para a permanente desconfiança dos investidores.

De acordo com Tabak *et al* (2010, p. 5):

A crise financeira interrompeu os mercados de crédito global, colocando em risco a estabilidade financeira da economia mundial. O Brasil não foi uma exceção. No entanto, apesar de afetado pela crise, o Brasil reagiu de forma mais eficaz do que outros países porque tinha menos vulnerabilidade financeira e contou com a regulação e supervisão pró-ativa de seu mercado financeiro. A política monetária foi crucial para o bom desenvolvimento do Brasil durante a crise financeira. Além disso, foi intensificado o papel dos bancos centrais na condução da política monetária para ajudar a equalizar as consequências adversas de instabilidade financeira sobre o setor real da economia.¹

Ainda em 2001, após a falência de diversas empresas “ponto com” (“*dot com*”, em inglês, termo usado para designar as empresas que baseiam suas atividades principalmente no ambiente virtual) o *Federal Reserve* diminuiu as taxas de juros

¹ *The financial crisis halted global credit markets, jeopardizing the financial stability of the economy worldwide. Brazil was no exception. However, even though affected by the crisis, Brazil reacted more effectively than other countries because it had less financial vulnerability and counted with proactive regulation and supervision of its financial market. The monetary policy was crucial for the good development of Brazil during the financial crisis. Furthermore, the role of central banks in conducting monetary policy to help equalize the adverse consequences of financial instability on the real sector of the economy was intensified.*

com o intuito de estimular os consumidores a comprar. A partir deste momento, o mercado imobiliário foi aquecido, pois muitos americanos viram a oportunidade de adquirir hipotecas e dar seus imóveis em garantia, conseguindo assim créditos fáceis e com juros relativamente baixos. (ESTADÃO, 2001).

Os títulos *subprimes* são aqueles cujos compradores são clientes de baixa renda e há grande probabilidade de inadimplência no pagamento, tornando os empréstimos muito mais arriscados, porém com uma alta rentabilidade para compensar o risco ao qual as empresas hipotecárias estariam expostas. Com a alta lucratividade dos títulos, as empresas passaram a revender suas carteiras aos bancos de investimentos para antecipar o recebimento dos valores. Os bancos, por sua vez, seriam os credores das hipotecas e seu retorno seria baseado nos altos juros dos *subprimes*. A crise teve origem no ano de 2007 com o mercado imobiliário em queda, gerada pelo alto índice de inadimplência nos pagamentos dos empréstimos e causada pela alta nos juros do *Federal Reserve*. Posteriormente, houve o encarecimento do crédito e a sobra na oferta, o que fez com que a economia desacelerasse abruptamente. (FOLHA, 2008).

Neste cenário de desconfiança, os juros interbancários aumentaram fazendo com que os bancos não mais emprestassem dinheiro entre si para cobrir suas atividades cotidianas. Assim, sem conseguir garantir suas próprias operações, muitos bancos recorreram aos empréstimos dos Bancos Centrais ao redor do mundo para garantir valores em caixa e poder dar continuidade às suas transações financeiras. Algumas empresas hipotecárias pediram concordata, como a *American Home Mortgage* (AHM), e outras foram incorporadas por bancos e empresas do mesmo setor.

Em 2008 a situação agravou-se com a quebra do banco de investimento *Lehman Brothers* e o início do chamado “efeito dominó”. Pouco tempo depois, a maior empresa de seguros dos Estados Unidos, a *American International Group* (AIG), decretou falência técnica e foi nacionalizada pelo crédito do *Federal Reserve*. Outras importantes instituições também declararam perdas relevantes, entre elas: *Citigroup*, *Merryll Lynch*, *Northern Rock* e UBS, além de outras organizações não-financeiras.

Para esclarecer sobre o risco de crédito, aspecto importante e crucial da crise financeira de 2008, é indispensável a alusão aos acordos da Basiléia que, em suas origens, recomendava aos bancos a constituição de um capital mínimo para garantir

sua estabilidade e liquidez. Formado em 1974, o Comitê da Basileia (*Basel Committee*) é formado por membros de diversos países, quais sejam: Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Hong Kong, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Rússia, Arábia Saudita, Singapura, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. O primeiro Acordo de Capital da Basileia foi firmado em 1988 e discorria sobre um método de mensuração do capital com um padrão mínimo exigido de 8% até o final de 1992. O acordo serviu como fundamento para a criação de regras nacionais em cada país-membro para se adequarem à implementação das novas normas. (*Bank for International Settlements*, 2011).

Ao longo dos anos o acordo passou por alterações e, conforme Carvalho e Santos ([200-], p. 4), atualmente está baseado em três pilares:

Primeiro Pilar – Exigência de Capital Mínimo: a partir de medidores de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional;

Segundo Pilar – Processo de Revisão e Supervisão: os Supervisores são responsáveis por avaliar a adequação do capital econômico aos riscos incorridos pelos bancos; sob a ótica das instituições financeiras, significa a adoção de práticas de gerenciamento com ampla aceitação e utilização pelos participantes do mercado.

Terceiro Pilar – Disciplina de Mercado: preconiza a divulgação de informações sobre os riscos e gestão por parte dos participantes do sistema bancário.

Pode-se extrair deste último pilar a dificuldade de aliar a teoria à prática, como aconteceu antes e durante a crise financeira de 2008. Muitas instituições financeiras que acabaram por decretar falência ou foram incorporadas por outros bancos não divulgaram antecipadamente a ausência de lastro em suas operações. Sem as informações sobre os riscos reais daquelas hipotecas, houve a retração do crédito causada pela desconfiança do mercado.

Os reflexos dessa fase crítica no Brasil foram sentidos com a queda das exportações, a diminuição do crédito, do consumo e dos investimentos, além de ondas de desemprego causadas pela redução da demanda de algumas empresas. Alguns investidores estrangeiros retiraram seus recursos do mercado brasileiro para serem capazes de cobrir perdas em outros mercados. Ademais, houve uma forte queda do mercado acionário brasileiro causada também pela baixa confiança nos papéis em geral e sobretudo das empresas exportadoras de *commodities*.

Com relação aos bancos brasileiros, a crise não foi tão fortemente sentida, pois os mesmos não estavam diretamente ligados aos *subprimes* (hipotecas de alto risco). Entretanto, as instituições financeiras sofreram com a indisponibilidade da moeda, ou seja, baixa circulação de dinheiro no mercado, retração da oferta de crédito externo e desaceleração econômica.

Sobre as lições da crise financeira internacional para o Brasil, Mesquita e Torós (2010, p.15) destacam que:

Ainda que a economia brasileira, e o sistema financeiro nacional, tenham superado a crise em condições relativamente favoráveis, tanto no que diz respeito à intensidade e duração da recessão, quanto ao comprometimento de recursos públicos, cabe extrair lições deste episódio, de forma a aumentar ainda mais a resiliência da economia e do sistema frente a eventuais repetições de crises como a de 2008.

Tais lições cobrem i) as áreas de monitoramento e prevenção; ii) a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de regulação; iii) a melhoria no suprimento de liquidez; iv) o nível das reservas internacionais; e v) o próprio papel do Banco Central.

Neste sentido, notou-se especial esforço do Banco Central do Brasil e dos bancos centrais dos demais países com relação às medidas para superação da crise. Os governos, principalmente dos Estados Unidos, foram igualmente importantes para recuperar o sistema e restabelecer a ordem financeira mundial durante os meses subsequentes.

Segundo Mellagi Filho e Ishikawa (2003, p. 107):

Em sua forma mais simples, um banco capta depósitos em dinheiro do público para o manter em segurança e disponível para saques do depositante. Se o banco não aplicar esse dinheiro depositado, então se diz que as reservas monetárias do banco são da ordem de 100% sobre o valor dos depósitos. Nesse caso, o banco não afeta o total de oferta monetária da economia.

Assim, é possível verificar a importância dos bancos e instituições financeiras na economia nacional e também como instrumentos da política monetária. Dentro desse contexto, Assaf Neto (2010) descreve que os bancos são entidades que visam o lucro por meio da captação financeira e da demanda de seus produtos.

Destarte, Assaf Neto (2010, p.259) diz que:

Um banco pode ser entendido como uma instituição financeira que executa basicamente duas atividades. A primeira é a promoção do mecanismo de pagamentos dentro da sociedade; e a outra é a de ser um intermediário financeiro que recebe recursos de agentes econômicos superavitários e os

transfere, dentro do âmbito de seus ativos (empréstimos, aplicações em títulos, etc), aos agentes carentes de liquidez.

Considerando o mesmo raciocínio, verifica-se também a grande relevância dos aspectos de solvência e liquidez baseados na análise de balanços patrimoniais no ramo bancário. A solvência de uma instituição é baseada em seu patrimônio líquido, quando mensurado o valor dos ativos e passivos totais. Quanto maior o volume de riquezas, maior será a reserva de segurança frente às situações de crise. Já a liquidez caracteriza-se pela capacidade que uma organização possui de honrar seus compromissos financeiros e atender a demanda de seus credores através de recursos de caixa.

De acordo com os dados publicados pelo Banco Central do Brasil, em dezembro de 2010 eram 157 as instituições públicas e privadas presentes no país, incluindo bancos múltiplos, comerciais e Caixa Econômica. Essa quantidade tem se mantido média pelos últimos três anos, oscilando apenas em casos de fusão, como a do Itaú – Unibanco e também a do Real – Santander, ou até mesmo a compra de uma instituição por outra, como aconteceu recentemente com a Nossa Caixa Nosso Banco que foi adquirida pelo Banco do Brasil. (BACEN, 2011).

Para que tais operações aconteçam é preciso uma análise detalhada da situação de cada organização, buscando maximizar os resultados positivos e, ao mesmo tempo, mitigar possíveis riscos e perdas. A análise financeira é definida por Silva (1999, p.21):

Resumidamente, podemos dizer que a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas, que afetam financeiramente a empresa. [...] Como condições endógenas, podemos citar a estrutura organizacional, a capacidade gerencial e o nível tecnológico da empresa. Como condições exógenas, temos os fatores de ordem política e econômica, concorrência e fenômenos naturais, entre outros.

Por meio da análise de balanços é possível identificar informações referentes ao patrimônio, ao endividamento, às disponibilidades e, por este motivo, é uma das ferramentas essenciais para a tomada de decisão, tanto dos administradores quanto dos acionistas.

De acordo com Padoveze (1998, p.75):

A análise econômico-financeira tem por objetivo extrair informações das demonstrações contábeis para ser utilizada no processo de tomada de

decisões na empresa. [...] É importante para o conhecimento da situação econômico-financeira de outras empresas, notadamente concorrentes, clientes e fornecedores. Porém, o mais importante instrumento de análise econômico-financeira é sua utilização interna pela empresa.

Neste sentido, a análise de balanços e demonstrações financeiras mostra-se interessante não somente para uma empresa isoladamente, mas também como objeto de comparações entre empresas pertencentes ao mesmo ramo de atividade. No caso, é possível examinar informações análogas de determinadas instituições financeiras visando posicioná-las entre si e também no contexto econômico-financeiro nacional.

Ante ao exposto, a questão de pesquisa do presente trabalho é: Como a crise financeira mundial afetou o desempenho dos principais bancos brasileiros de acordo com o saldo em depósitos totais divulgado pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2010 e como se comportaram seus indicadores financeiros trimestrais no período pós-crise, mais notadamente nos anos de 2008, 2009 e 2010?

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção serão abordados os objetivos gerais e específicos relacionados à pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em diagnosticar o comportamento dos indicadores financeiros de análise de balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício dos principais bancos presentes no Brasil de acordo com o saldo em depósitos totais no período durante e após a crise financeira mundial de 2008.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do estudo são:

- a) Efetuar análise de balanços patrimoniais e demonstrações do resultado dos exercícios trimestrais dos anos de 2008, 2009 e 2010 com base nos principais índices e critérios da literatura atual;
- b) Traçar comparativos entre quocientes análogos dos bancos analisados, identificando aspectos comuns e distintos em conformidade com a liquidez, rentabilidade e outros indicadores;
- c) Identificar se a crise financeira de 2008 foi percebida de maneira análoga nos bancos analisados.

1.3 JUSTIFICATIVA

Conforme mencionado nas seções precedentes, a pesquisa reside em desenvolver a análise dos índices financeiros com base nos balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício das instituições financeiras mais relevantes atuantes no Brasil de acordo com o saldo em depósitos totais divulgado pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2010. Os dados estudados foram provenientes de relatórios trimestrais publicados por essas organizações e padronizados pelo seu órgão regulador, o Banco Central do Brasil.

A relevância deste trabalho deve-se à sua contribuição aos bancos e instituições financeiras, de modo a traçar um comparativo entre as organizações avaliadas. Conforme explicitaram Braga e Almeida (1999, p.166):

O objetivo da análise das demonstrações contábeis como instrumento de gerência consiste em proporcionar aos administradores da empresa uma melhor visão das tendências dos negócios, com a finalidade de assegurar que os recursos sejam obtidos e aplicados, efetiva e eficientemente, na realização das metas da organização. A atividade administrativa deve ser desenvolvida em conexão com as informações contábeis, com vistas aos aspectos de planejamento, execução, apuração e análise do desempenho.

A pesquisa também possibilita verificar a posição que cada um dos bancos estudados ocupa perante aos demais quando da avaliação de determinados grupos de índices em um período de tempo determinado. Além disso, nota-se a importância

do estudo aos acionistas e investidores a fim de avaliar a liquidez, a segurança e a rentabilidade de suas aplicações para a tomada de decisões (SILVA, 1999, p. 44).

Os principais fatores que tornaram este trabalho como passível de exequibilidade são: a disponibilidade de literatura atual no que tange à análise de balanços e, sobretudo, o interesse da pesquisadora em aliar a teoria à prática das instituições financeiras. Entretanto, ainda são poucos os autores que vinculam a análise de balanços aos bancos comerciais e múltiplos, o que não se configura empecilho para a realização da pesquisa.

A oportunidade de se realizar o presente trabalho foi baseada na ausência de outros equivalentes ou semelhantes que analisem as mesmas informações considerando igual período de tempo (anos de 2008, 2009 e 2010). Tal fato caracteriza a pesquisa como original e distinta, de modo a proporcionar o desenvolvimento e a disseminação de novos conhecimentos ao público em geral, em especial aos profissionais de Ciências Contábeis, Administração e àqueles do ramo bancário.

O estudo justifica-se de acordo com o critério de adaptabilidade por ser de interesse de sua realizadora, principalmente com relação ao tema abordado na pesquisa. Além disso, os assuntos, as metodologias e os índices calculados visando à análise econômico-financeira referentes ao trabalho são alvos comuns de discussões acadêmicas e organizacionais. Os administradores, como responsáveis pela gestão das organizações, utilizam-se da análise financeira para permitir a tomada de decisões assertivas buscando o objetivo primordial do mundo capitalista: o lucro.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa compõe-se de cinco itens principais, quais sejam a introdução, o referencial teórico, a metodologia utilizada no trabalho, a análise dos dados e as conclusões e considerações finais.

Primeiramente, foram abordados os aspectos referentes ao problema de pesquisa que deu origem ao trabalho e a situação da crise financeira mundial ocorrida em 2008, com início no mercado hipotecário norte-americano e suas consequências para as economias no Brasil e ao redor do mundo. Também foram

explicitados os objetivos e as justificativas do trabalho, ressaltando a importância da análise de balanços patrimoniais e demonstrações financeiras no segmento bancário.

Posteriormente, no tópico relacionado ao referencial teórico, há uma breve descrição sobre a composição do Sistema Financeiro Nacional, suas entidades supervisoras e seus operadores. É importante ressaltar a história e os fatos mais marcantes das instituições financeiras que serão objeto deste trabalho e a evolução do sistema bancário no Brasil. Além disso, tratou-se sobre os índices que serão utilizados na análise dos dados, detalhando-os de maneira a facilitar o estudo das demonstrações financeiras.

Dando sequência haverá o capítulo de metodologia, descrevendo as características no que concerne à classificação e à tipologia da pesquisa. Este item também discorrerá sobre a identificação da amostra das instituições financeiras (Itaú-Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander e HSBC) e os procedimentos adotados na coleta e análise de dados.

O item subsequente trata da análise dos dados relacionados aos bancos, bem como seus balanços patrimoniais e demonstrações de resultado do exercício. Os aspectos principais são as interpretações dos indicadores calculados previamente e sua interligação com a situação de crise vivida durante o período estudado, traçando comparativos entre as instituições financeiras e seu comportamento perante as dificuldades enfrentadas e a recuperação no pós-crise.

Na parte final deste trabalho concentram-se as conclusões dos estudos realizados, assim como as recomendações acerca do tema abordado e as obras referenciais que serviram de fundamentação para consultas durante a elaboração do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo irá abordar o Sistema Financeiro Nacional (SFN), principalmente com relação aos bancos comerciais e múltiplos e suas funções, com uma breve descrição sobre o histórico das instituições financeiras no Brasil. Além disso, serão identificados os aspectos teóricos da pesquisa, levando em consideração os indicadores que serão calculados posteriormente na análise de dados.

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é a composição das instituições e das ferramentas que possibilitam os investimentos dos recursos em âmbito nacional. De acordo com Filgueiras (2008, p. 1), “um sistema financeiro pode ser definido como um conjunto de instituições que são responsáveis pela intermediação do fluxo monetário entre os que poupam e os que investem”. Atualmente, o SFN é segmentado em (Comissão de Valores Mobiliários, 2011):

- Mercado de câmbio, no qual ocorrem as trocas de moedas estrangeiras por moeda nacional e vice-versa;
- Mercado de capitais, onde ocorrem as operações de títulos e valores mobiliários;
- Mercado de crédito, por meio do qual as instituições financeiras e não-financeiras prestam serviços e disponibilizam recursos de médio e longo prazo aos tomadores;
- Mercado monetário, no qual se negociam as operações de curto prazo e as taxas de juros a fim de estabelecer a Política Monetária Nacional.

No quadro a seguir se verifica a composição do Sistema Financeiro Nacional, de acordo com o Banco Central do Brasil.

Órgão normativo	Conselho Monetário Nacional - CMN	
Entidades supervisoras	Banco Central do Brasil - Bacen	Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Operadores	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Bolsas de mercadorias e futuros
	Demais instituições financeiras Bancos de Câmbio	Bolsas de valores
	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	

Órgão normativo	Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	
Entidades supervisoras	Superintendência de Seguros Privados - Susep	
Operadores	Resseguradores	
	Sociedades seguradoras	
	Sociedades de capitalização	
	Entidades abertas de previdência complementar	

Órgão normativo	Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC	
Entidades supervisoras	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	
Operadores	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)	

QUADRO 1 - COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Adaptado de: Banco Central do Brasil (2011)

No desenvolvimento deste estudo serão concentrados esforços para descrever os aspectos relacionados apenas ao Conselho Monetário Nacional (CMN), suas entidades supervisoras e seus operadores.

De acordo com o Ministério da Fazenda (BRASIL - MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011):

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. Ao CMN compete: estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial.

O CMN é constituído pelo Ministro de Estado da Fazenda (Presidente), pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil (Bacen). Os serviços de secretaria do CMN são exercidos pelo Bacen.

Ainda conforme o Ministério da Fazenda (BRASIL - MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2011), junto ao Conselho Monetário Nacional funciona a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (Comoc) e outras comissões consultivas de Normas

e Organização do Sistema Financeiro, de Mercado de Valores Mobiliários e de Futuros, de Crédito Rural, de Crédito Industrial, de Crédito Habitacional e para Saneamento e Infra-Estrutura Urbana, de Endividamento Público e de Política Monetária e Cambial.

Criado em 31 de dezembro de 1964, o próprio Banco Central do Brasil (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011) expõe que:

É o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, tendo por objetivos: zelar pela adequada liquidez da economia; manter as reservas internacionais em nível adequado; estimular a formação de poupança; zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro. Dentre suas atribuições estão: emitir papel-moeda e moeda metálica; executar os serviços do meio circulante; receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias; realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras; regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; exercer o controle de crédito; exercer a fiscalização das instituições financeiras; autorizar o funcionamento das instituições financeiras; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

A Comissão de Valores Mobiliários, criada em 7 de dezembro de 1976, possui a atribuição de atuar no mercado como órgão fiscalizador e regulamentador. Sobre seus poderes e funções, a CVM (BRASIL - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2011) explica que:

[...] tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. Seu poder normatizador abrange todas as matérias referentes ao mercado de valores mobiliários. Cabe à CVM, entre outras, disciplinar as seguintes matérias: registro de companhias abertas; registro de distribuições de valores mobiliários; credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valores mobiliários; organização, funcionamento e operações das bolsas de valores; negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários; administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários; suspensão ou cancelamento de registros, credenciamentos ou autorizações; suspensão de emissão, distribuição ou negociação de determinado valor mobiliário ou decretar recesso de bolsa de valores.

Com relação aos operadores do mercado, de acordo com o Banco Central do Brasil é possível dividir as instituições financeiras captadoras de depósitos à vista em: (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011)

- Bancos Múltiplos: realizam as operações inerentes às instituições financeiras (públicas ou privadas), por meio das carteiras comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Tais instituições serão tratadas posteriormente com mais detalhes. (RESOLUÇÃO CMN nº 2.099, 1994).
- Bancos Comerciais: promovem o financiamento do mercado por intermédio da disponibilização de recursos a curto e longo prazo, atuando com a captação de depósitos. Por tratar-se objeto deste trabalho, este grupo também será detalhado em seções subsequentes. (RESOLUÇÃO CMN nº 2.099, 1994).
- Caixa Econômica Federal: suas atividades assemelham-se às dos bancos comerciais, concedendo empréstimos e financiamentos principalmente nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Possui exclusividade em determinados segmentos, como o penhor de bens e a emissão de bilhetes de loteria federal. Além disso, é responsável por gerenciar os recursos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
- Cooperativas de Crédito: possuem a finalidade de prestar serviços de captação de recursos e repassá-los aos seus associados, podendo também realizar aplicações no mercado. Podem ser classificadas em singulares, centrais e confederação de cooperativas centrais. São regulamentadas por legislação específica que discorre sobre sua constituição, funcionamento, sistema jurídico e quadro social. (RESOLUÇÃO CMN nº 3.859, 2010).

Com base nas exposições do Banco Central do Brasil, caracterizam-se operadores de mercado as seguintes instituições financeiras: (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011)

- Agências de Fomento: têm por objetivo conceder financiamento de capital fixo e de giro, prestar garantias e consultorias financeiras e realizar outras operações específicas apenas nas Unidades da Federação onde estiver presente, sendo que em cada estado não pode haver mais de uma agência de fomento. As agências de fomento não possuem poderes para captar

recursos, contratar depósitos interfinanceiros ou ter participação societária em outras organizações. (RESOLUÇÃO CMN nº 2.828, 2001).

- Associações de Poupança e Empréstimo: operam voltadas ao mercado imobiliário e ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), além de atuar na emissão de letras e cédulas hipotecárias e depósitos (cadernetas de poupança, interfinanceiros e empréstimos). As associações são caracterizadas como sociedades civis e seus depositantes são considerados como acionistas. (RESOLUÇÃO CMN nº 52, 1967).
- Bancos de Câmbio: são aqueles autorizados a efetuar todos os tipos de operações de câmbio, créditos de exportação e importação, adiantamentos e financiamentos. (RESOLUÇÃO CMN nº 3.426, 2006).
- Bancos de Desenvolvimento: sua atividade principal é disponibilizar recursos para programas de desenvolvimento social e econômico do estado onde se localiza. É controlado pelo governo estadual e realiza operações de empréstimos, financiamentos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias e pignoratícias de debêntures e de Títulos de Desenvolvimento Econômico. (RESOLUÇÃO CMN nº 394, 1976).
- Bancos de Investimento: são constituídos como sociedades anônimas com a finalidade de financiar capital fixo e de giro, aquisição ou subscrição de títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros e repasses de empréstimos externos. (RESOLUÇÃO CMN nº 2.624, 1999).
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): foi criado em 1952 e está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Sua finalidade é: (BRASIL - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2011):

[...] apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, bem como para o incremento das exportações brasileiras. Contribui, também, para o fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e desenvolvimento do mercado de capitais. A BNDESPAR, subsidiária integral, investe em empresas nacionais através da subscrição de ações e debêntures conversíveis. O BNDES considera ser de fundamental importância, na execução de sua política de apoio, a observância de princípios ético-ambientais e assume o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável. As linhas de apoio financeiro e os programas do BNDES atendem às necessidades de investimentos das

empresas de qualquer porte e setor, estabelecidas no país. A parceria com instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo o país, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

- **Companhias Hipotecárias:** são sociedades anônimas cujo objetivo é financiar a produção, a reforma ou a compra/venda de imóveis que não se enquadram nas normas do Sistema Financeiro da Habitação. Além disso, as companhias estão autorizadas a administrar fundos imobiliários e créditos hipotecários de terceiros. (RESOLUÇÃO CMN nº 2.122, 1994).
- **Cooperativas Centrais de Crédito:** são constituídas por outras cooperativas singulares e seu objetivo é promover a administração de suas filiadas, ordenando as estruturas, organizando o funcionamento e propiciando o desenvolvimento de seus cooperados. (RESOLUÇÃO CMN nº 3.106, 2003).
- **Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento:** mais habitualmente conhecida como financeiras, sua atividade principal é financiar a aquisição de bens, serviços e capital de giro. Caracterizam-se por sociedades anônimas e fazem a captação de recursos por meio do aceite e colocação de letras de câmbio e recibos de depósitos bancários. (RESOLUÇÃO CMN nº 45, 1966; RESOLUÇÃO CMN nº 3.454, 2007).
- **Sociedades de Crédito Imobiliário:** sua principal finalidade é financiar a habitação por intermédio de operações de depósitos, emissão de letras e cédulas hipotecárias e financiamentos para pessoas físicas e jurídicas. (RESOLUÇÃO CMN nº 2.735, 2000).
- **Sociedades de Crédito ao Microempreendedor:** suas atividades visam a viabilização de empreendimentos de pequeno porte, comerciais, profissionais ou industriais, através de financiamentos e prestação de garantias. (RESOLUÇÃO CMN nº 2.874, 2001).

Tratando sobre as bolsas de mercadorias e futuros, seu objetivo é permitir a negociação física ou financeira de operações realizadas eletronicamente ou em pregões. Já com relação às bolsas de valores, seu objetivo é promover de maneira adequada as realizações de compra e venda de títulos entre seus membros. No Brasil existe apenas uma bolsa de mercadorias e futuros em operação, que possui autonomia financeira, patrimonial e administrativa e é fiscalizada pela CVM. (BRASIL

- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2011; BM&F BOVESPA, 2011; RESOLUÇÃO CMN nº 2.690, 2000).

Sobre o surgimento e suas atividades, a BM&F BOVESPA (2001) explica o seguinte:

A BM&FBOVESPA é uma companhia de capital brasileiro formada, em 2008, a partir da integração das operações da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros. Como principal instituição brasileira de intermediação para operações do mercado de capitais, a companhia desenvolve, implanta e provê sistemas para a negociação de ações, derivativos de ações, títulos de renda fixa, títulos públicos federais, derivativos financeiros, moedas à vista e commodities agropecuárias. Por meio de suas plataformas de negociação, realiza o registro, a compensação e a liquidação de ativos e valores mobiliários transacionados e a listagem de ações e de outros ativos, bem como divulga informação de suporte ao mercado. A companhia também atua como depositária central dos ativos negociados em seus ambientes, além de licenciar softwares e índices.

Por fim, ainda existem outros operadores que fazem parte do mercado e atuam como intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros.

Dentre eles, citam-se: (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011)

- Administradoras de Consórcio: são empresas cujo objetivo é organizar e administrar grupos de consórcio, defendendo seus direitos e interesses financeiros. De acordo com o Banco Central do Brasil (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011), “O grupo de consórcio é uma sociedade não personificada, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, e que visa a coleta de poupança para permitir aos consorciados a aquisição de bens ou serviços”.
- Sociedades de arrendamento mercantil: são sociedades anônimas que operam na emissão de debêntures, dívida externa, empréstimos, financiamentos, cessão de direitos creditórios e caracterizam-se, de acordo com o Banco Central do Brasil, (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011; RESOLUÇÃO CMN nº 2.309, 1996) “por operações de arrendamento mercantil de bens móveis, de produção nacional ou estrangeira, e bens imóveis adquiridos pela entidade arrendadora para fins de uso próprio do arrendatário”.
- Sociedades corretoras de câmbio: operam exclusivamente nas atividades de câmbio e de taxas flutuantes. (RESOLUÇÃO CMN nº 1.770, 1990).

- Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários: seus objetivos são descritos pelo Banco Central do Brasil como (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011; RESOLUÇÃO CMN nº 1.655, 1989):

[...] operar em bolsas de valores, subscrever emissões de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures; intermediar operações de câmbio; praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; praticar operações de conta margem; realizar operações compromissadas; praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros; operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros.

Ainda, sobre os fundos de investimentos, são aqueles que constituem o agrupamento de recursos para aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários com a intenção de promover o aumento no valor das quotas. (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

- Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários: suas atividades estabelecidas pelo Banco Central do Brasil são (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011; RESOLUÇÃO CMN nº 1.120, 1986):

[...] intermedeiam a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; administram e custodiam as carteiras de títulos e valores mobiliários; instituem, organizam e administram fundos e clubes de investimento; operam no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários, inclusive ouro financeiro, por conta de terceiros; fazem a intermediação com as bolsas de valores e de mercadorias; efetuam lançamentos públicos de ações; operam no mercado aberto e intermedeiam operações de câmbio.

Os outros órgãos normativos do Sistema Financeiro Nacional, o Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho Nacional de Previdência Complementar, cujos objetivos e atividades não são de extrema relevância para o presente trabalho, não serão abordados em detalhes.

2.1.1 Bancos comerciais e múltiplos

Como foco principal deste trabalho, os bancos comerciais e múltiplos serão tratados com maiores detalhes sobre suas características e sua relevância para o mercado financeiro. Nesse sentido, Assaf Neto (2010, p. 259) define o seguinte:

Em nível microeconômico, o banco comercial/múltiplo é tratado como uma entidade econômica com finalidades lucrativas, tendo como produto a moeda adquirida por meio de operações de captações financeiras. O objetivo principal dessa instituição, obtido por um processo racional de tomada de decisões financeiras, é maximizar sua riqueza dentro de um ambiente conjuntural e regulatório que lhe é imposto.

Com relação aos propósitos dos bancos no tocante à maximização de seus lucros e resultados, Gallagher e Andrew (2007, p. 43) dizem que:

Bancos comerciais são instituições financeiras que existem principalmente para emprestar dinheiro para os negócios. Os bancos também emprestam aos indivíduos, aos governos e as outras entidades, mas a maior parte dos seus lucros normalmente vem de empréstimos. Bancos comerciais ganham dinheiro através da cobrança de uma taxa de juros mais alta sobre o dinheiro que eles emprestam do que a taxa que pagam ao dinheiro a eles emprestado em forma de depósitos. Essa taxa cobrada dos tomadores menos a taxa paga aos depositantes é conhecida como o *spread* das taxas de juros.²

Considerando a criação de riquezas como o objetivo principal dos bancos, nota-se a influência dos demais participantes do mercado financeiro em suas atividades. Os bancos apenas conseguem obter bons resultados através da movimentação de valores e de sua capacidade de operacionalização do máximo de recursos com o mínimo exigido.

Reed e Gill (1994, p. 2) ressaltam a importância dos bancos através de suas atividades e funções. Segundo os autores, os bancos possuem “capacidade de criar e de destruir moeda”, ou seja, os bancos disponibilizam o crédito àqueles que não o possuem e também podem controlar a oferta de moeda no mercado. Além disso, os bancos também oferecem os mecanismos de pagamento, por meio de cheques,

² *Commercial banks are financial institutions that exist primarily to lend money to business. Banks also lend to individuals, governments, and other entities, but the bulk of their profits typically come from loans. Commercial banks make money by charging a higher interest rate on the money they lend than the rate they pay on money lent to them in the form of deposits. This rate charged to borrowers minus the rate paid to depositors is known as the interest rate spread.*

boletos e cartões, e a guarda de valores, que é o serviço intrínseco dessas instituições desde sua origem.

Ainda conforme Reed e Gill (1994), os bancos oferecem recursos de poupanças, cedendo o crédito aos tomadores por meio de diversas modalidades de empréstimos e financiamentos. Ademais, também atuam como facilitadores do comércio exterior fazendo o intermédio entre exportadores e importadores e os serviços de câmbio e corretagem.

De acordo com Saunders (2000, p. 25):

Os bancos comerciais formam o grupo mais importante de instituições depositárias, tanto em termos de número quanto de tamanho. Desempenham funções semelhantes às das instituições de poupança, ou seja, recebem depósitos (passivos) e fazem empréstimos (ativos). Entretanto, diferem quanto à composição de ativos e passivos, que são muito mais diversificados no caso dos bancos comerciais. [...] A atividade dos bancos comerciais também é regulamentada separadamente das instituições de poupança. Dentro da indústria de bancos comerciais, a estrutura e a composição de ativos e passivos também varia substancialmente entre bancos de tamanhos distintos.

Conforme os dados de agosto de 2011 do Banco Central do Brasil (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011), o Brasil dispunha, na época:

- Bancos Múltiplos: 139;
- Bancos Comerciais: 20, incluindo os bancos estrangeiros com filiais no país;
- Caixa Econômica Federal: 1.

Devido à sua relevância no mercado financeiro nacional e internacional, os bancos foram escolhidos como objeto do presente estudo, de maneira a possibilitar a interpretação de seu comportamento durante o período de crise.

2.2 EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS BANCOS NO BRASIL POR DEPÓSITOS TOTAIS EM DEZEMBRO DE 2010

As primeiras atividades bancárias no Brasil foram concomitantes à chegada da Corte Portuguesa no ano de 1808, quando foi criado o primeiro Banco do Brasil para que se pudesse comercializar o pau-brasil e outras matérias-primas da época. Os primeiros pregões ao ar livre no Brasil datam de 1845, quando foi oficialmente inaugurada a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Em 1853 houve a fusão do Banco

do Brasil de Mauá com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, surgindo um novo Banco do Brasil. (BANCO DO BRASIL, 2011; BM&F BOVESPA, 2011).

Em 1861 foram criados a Caixa Econômica da Corte e o Monte de Socorro do Rio de Janeiro, instituições que antecederam o surgimento da atual Caixa Econômica Federal. Após a Proclamação da República (1889), Rui Barbosa foi responsável por uma reforma bancária na qual foi autorizado o funcionamento dos bancos de capital privado. Em 1890 foi criado o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil através da fusão entre o Banco Nacional do Brasil com o Banco dos Estados Unidos do Brasil. No mesmo ano foi fundada a Bolsa Livre, a primeira bolsa de valores do país, na qual o Banco do Brasil passaria a ter suas ações ordinárias e preferenciais negociadas a partir de 1906 e 1973, respectivamente. Dois anos depois foi criado o Banco da República do Brasil (união do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil), que passou a ter exclusividade na emissão de moeda e em 1906 passou a chamar-se Banco do Brasil. (BANCO DO BRASIL, 2011).

A partir de 1915, os bancos foram obrigados a instalar suas agências em todos os estados brasileiros e aumentar sua abrangência por meio da expansão territorial. Com isso, em 1921 foi criado um regulamento para diferenciar os bancos das casas bancárias, especificando suas atividades e funcionamento. Ademais, as novas normas afetaram também os bancos estrangeiros no país, principalmente no que diz respeito ao capital integralizado, e provocou o desinteresse de novos bancos internacionais a virem para o Brasil. (COSTA NETO, 2004).

Com a eclosão da crise de 1929, também conhecida como a crise do café, a economia brasileira foi intensamente abalada. Mesmo com as fortes tentativas do Estado para evitar os impactos da queda do preço, a cotação do café continuava caindo e desencadeou a baixa das exportações de outras matérias-primas. Devido às dívidas contraídas no período, foi a vez da crise cambial atingir o país com a brutal desvalorização da moeda nacional e o aumento crescente da dívida externa. (COSTA NETO, 2004).

De acordo com Abreu (1990, p. 81) *apud* Costa Neto (2004, p. 64):

Comparado com a experiência de países desenvolvidos, entretanto, os bancos comerciais brasileiros resistiram bem à crise. Foram responsáveis por esse comportamento as políticas de acomodação adotadas após 1930, que buscaram reforçar a confiança no sistema bancário [...]

Somente após a Segunda Guerra Mundial a economia brasileira voltou a se equilibrar com a entrada de capital privado no país e uma nova perspectiva para a quitação da dívida externa, que fora renegociada em 1943. Na mesma década houve um expressivo aumento no número de agências bancárias no país, impulsionado pelos financiamentos à produção agrícola, e em 1952 foi criado o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) com o objetivo de fomentar o crescimento econômico nacional.

No ano de 1964 houve a promulgação das leis que reorganizaram o Sistema Financeiro Nacional com a finalidade principal de combater a inflação. Assim surgiu o Banco Central do Brasil, órgão regulador responsável por, entre outras atribuições, “assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e da solidez do Sistema Financeiro Nacional” (BRASIL - BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011). Sobre o desenvolvimento das instituições financeiras na época, Costa Neto (2004, p. 109) afirma que:

Não por acaso, portanto, foi a partir da segunda metade da década de 60 que os bancos oficiais estaduais passaram a assumir as dimensões em termos de número de agências, tamanho e importância relativa que se conheceu até recentemente. Arelada às funções de agente financeiro dos governos estaduais, a atividade bancária do setor público estadual inseriu-se no contexto dos novos instrumentos financeiros criados a partir de 1965 como co-partícipe do financiamento do desenvolvimento nacional, baseado em recursos externos e recursos internos de longo prazo repassados por instituições financeiras federais, administradoras de fundos de poupança compulsória e recursos do Banco Central.

Foi em meados deste período que se começou a construir a história dos bancos privados que também serão analisados nesta pesquisa. A seguir será apresentado um breve histórico com os fatos mais relevantes que marcaram a trajetória das instituições estudadas.

2.2.1 Banco do Brasil

O Banco do Brasil foi o primeiro banco brasileiro e o único durante mais de meio século. Inaugurado em 1808, foi a principal instituição financeira na época do Império e a primeira a lançar a oferta pública de ações, que durou nove anos desde sua inauguração. (BANCO DO BRASIL, 2011).

A primeira grande dificuldade enfrentada foi na década de 1860 quando houve o fechamento da Casa Souto, importante casa bancária da época. A partir desse momento, o Banco do Brasil se destacou nas operações relativas ao café e à agricultura. (BANCO DO BRASIL, 2011).

Após as duas grandes guerras mundiais, o Banco do Brasil continuava se expandindo e conquistando cada vez mais o território brasileiro, com suas agências espalhadas por diversos municípios. Seu crescimento foi bastante intenso durante a segunda metade do século XX, principalmente na última década. Foi nesse período que, com o incremento da tecnologia, o BB se reestruturou com a chegada do plano real e superou o grande prejuízo em 1996. (BANCO DO BRASIL, 2011).

Com o início dos anos 2000, o Banco do Brasil fez ofertas públicas de ações e também incorporou alguns bancos estaduais, entre eles o BESC (Banco do Estado de Santa Catarina), o BEP (Banco do Estado do Piauí), o BRB (Banco Regional de Brasília) e o Banco Nossa Caixa. Tais aquisições permitiram o crescimento e o desenvolvimento dessa instituição, mesmo durante o período da crise de 2008. (BANCO DO BRASIL, 2011).

Hoje em dia o Banco do Brasil foca em sua missão, que é “Ser um banco competitivo e rentável, promover o desenvolvimento sustentável do Brasil e cumprir sua função pública com eficiência”. (BANCO DO BRASIL, 2011).

2.2.2 Bradesco

Fundado em 1940 na cidade de Marília, interior do estado de São Paulo, com o nome de Banco Brasileiro de Descontos e tendo por objetivo atrair clientes com menos recursos. Foi um dos primeiros bancos a estimular o uso de cheques e em 1951 tornou-se o maior banco privado do país, sendo o líder em depósitos naquela época. (BRADESCO, 2011).

Dentro da estratégia do pioneirismo, o Bradesco foi o primeiro a implantar a informática e o cartão de crédito, ambos da década de 1960, além dos computadores de grande porte e seu próprio centro de processamento de dados. Após um forte crescimento nos anos seguintes, formou-se o Bradesco Seguros e a Bradesco Previdência na década de 1980, atuando em negócios de previdência, capitalização e seguros. (BRADESCO, 2011).

Nos anos seguintes, com a globalização da economia, o Bradesco foi o primeiro banco “ponto com” brasileiro, permitindo aos seus clientes que as transações financeiras fossem feitas virtualmente pela Internet. No início do século XXI, após uma trajetória já marcada por incorporações de bancos de menor porte, o Bradesco fez outras 20 aquisições entre financeiras, corretoras e bancos regionais. Atualmente, sendo um dos maiores emissores de cartões de crédito e débito do país, o Bradesco ocupa uma posição de liderança no mercado brasileiro e atua também no mercado internacional com suas agências e subsidiárias em Nova York, Nassau, Tóquio, Buenos Aires, Luxemburgo, Grand Cayman, entre outras. (BRADESCO, 2011).

Sua missão é assim definida: “Fornecer soluções, produtos e serviços financeiros e de seguros com agilidade e competência, principalmente por meio da inclusão bancária e da promoção da mobilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de relacionamentos duradouros para a criação de valor aos acionistas e a toda a sociedade”. E a visão organizacional é: “Ser reconhecida como a melhor e mais eficiente instituição financeira do país e pela atuação em prol da inclusão bancária e do desenvolvimento sustentável”. (BRADESCO, 2011).

2.2.3 Caixa Econômica Federal

Criada em 1861 pelo governo, a Caixa Econômica Federal exercia atividades de empréstimo consignado e, em seguida, assumiu a exclusividade nas operações de penhor quando as casas de prego particulares foram encerradas. Quando incorporou o BNH (Banco Nacional de Habitação) em 1931, a Caixa Econômica Federal passou a ser a maior financiadora de imóveis e do desenvolvimento urbano. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

Sobre as funções da Caixa Econômica Federal, Costa Neto (2004, p. 15) explicita que:

Além de prestar apoio à economia popular, as caixas econômicas somente poderiam destinar seus depósitos à aquisição de apólices da dívida pública ou ao financiamento de despesas do Estado, o que veio a constituir, em algumas oportunidades, uma fonte não desprezível de financiamento ao governo central.

Sua função era prover ambiente seguro e remunerador para as pequenas economias, de forma a estimular as classes populares a economizarem parte de seus rendimentos, precavendo-se de qualquer acontecimento futuro, quando fosse necessária alguma soma em dinheiro; e prover auxílio adicional, a juros abaixo dos praticados no mercado, quando aquelas economias fossem insuficientes.

Desde 1990 a Caixa Econômica Federal passou a administrar as contas vinculadas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o PIS (Programa de Integração Social). Atualmente, também detém o monopólio das Loterias Federais que conquistou em 1961. Sua missão é: “Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro” e sua visão é que “A CAIXA será referência mundial como banco público integrado, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação e consolidará sua posição como o banco da maioria da população brasileira”. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

2.2.4 HSBC

O HSBC Holdings plc, fundado em 1865 como *The Hong Kong and Shanghai Banking Corporation*, é uma das maiores instituições de serviços financeiros do mundo atual e conta com aproximadamente 95 milhões de clientes pessoa física e 35 milhões de clientes pessoa jurídica. Com sede em Londres e presente em mais de 80 países, sua abrangência engloba os cinco continentes e suas empresas constituintes possuem mais de um século de existência. Sua expansão aconteceu através de fusões e aquisições de bancos e financeiras em diversos países, iniciando-se pela Ásia e Oriente Médio, posteriormente adquirindo bancos europeus na Inglaterra, na França e em outros países, entrando no mercado americano, até se consolidar como *HSBC Holdings plc*. (HSBC, 2011).

O grupo iniciou suas operações no Brasil em 1997 ao incorporar as ações do Banco Bamerindus do Brasil SA, com sede em Curitiba, e a razão social do banco foi alterada em 1999 para HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo. Seu maior crescimento no país foi entre os anos de 2001 a 2006, com grande ampliação de sua rede de agências e diversificação de seus negócios. O HSBC é conhecido

atualmente pelo seu nível diferenciado de serviços e por sua estratégia em busca de atingir clientes de alta renda. (HSBC, 2011).

A missão do HSBC no Brasil é: “Garantir a excelência na entrega de produtos e serviços financeiros, maximizando valor para clientes e acionistas” e sua visão é “Ser o melhor grupo financeiro do Brasil em geração de valor para clientes, acionistas e colaboradores”. (HSBC, 2011).

2.2.5 Itaú-Unibanco

Esta consolidação financeira surgiu da união de dois importantes bancos: o Banco Itaú e o Unibanco. O primeiro surgiu em 1943 como Banco Central de Crédito e teve sua razão social alterada para Banco Federal de Crédito SA em 1952, década em que sua atuação foi importante junto aos exportadores de café. Nos anos seguintes, com a implementação de novas tecnologias e grande desenvolvimento econômico, em 1964 houve a fusão que deu origem ao Banco Federal Itaú S.A., que foi pioneiro na criação de bancos de investimentos no Brasil. (ITAÚ, 2011).

A história do Itaú também é marcada por fusões e aquisições, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, quando o banco se consolidou como um dos principais do mercado brasileiro. Além disso, o Itaú possuía o maior número de agências no país e contava também com suas filiais no exterior e com a evolução do banco eletrônico. O Itaú cresceu progressivamente durante o século XX e ganhou importância no cenário nacional. Desde o início da década de 1990 vem promovendo ações visando ampliar sua atuação no mercado financeiro brasileiro e internacional através das privatizações e incorporações em diversos países que se estenderam até os anos 2000. As principais aquisições do período foram a do BBA Creditanstalt em 2002, que deu origem ao maior banco de atacado do país (Itaú BBA), e do BankBoston em 2006. (ITAÚ, 2011).

O Unibanco foi criado em 1924 como Casa Bancária Moreira Salles em Minas Gerais, sendo financiadora dos empreendimentos da região e contribuindo significativamente para o desenvolvimento local. Na década de 1940 e 1950 o então Banco Moreira Salles expandiu suas atividades para São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Em 1967 surge a União de Bancos Brasileiros SA (UBB) que, após fusões com outras instituições, já estaria entre os principais bancos de varejo no Brasil e em

1975 transformou-se em Unibanco. Durante os anos 1980 o Unibanco inovou com os terminais 24 horas para atendimento ao público e também com a abertura de agências no exterior. Nos anos seguintes sua expansão continuou com a aquisição de novas empresas e a ampliação de sua carteira de produtos e serviços. (ITAÚ, 2011).

Em novembro de 2008 houve a associação de ambos, Itaú e Unibanco, para o surgimento do principal conglomerado financeiro do país e o maior banco privado do hemisfério sul. Sua visão atual é: "Ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação de clientes". (ITAÚ, 2011).

2.2.6 Santander

O Banco Santander foi criado em 1857 na Espanha para favorecer o comércio entre este país e a América Latina. Entre 1900 e 1950 houve um grande desenvolvimento do banco com o aumento de sua rentabilidade por meio do crescimento de sua rede de agências e em 1957 o Santander era uma das principais instituições financeiras espanhola. A segunda metade do século XX foi de consolidação de sua presença no mercado europeu, com a aquisição de diversos bancos locais de menor porte e a expansão além do velho continente. (SANTANDER, 2011).

O Grupo Santander chegou ao Brasil em 1957 através de um acordo com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Após várias aquisições de outros bancos, em 1997 passou a ser denominado Banco Santander Brasil S.A. e no ano 2000 comprou o Banespa, antes pertencente ao Governo do Estado de São Paulo. (SANTANDER, 2011).

Em julho de 2008 a matriz do grupo na Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real e em abril de 2009 aconteceu a incorporação do Banco Real pelo Santander Brasil. O Banco Real surgiu em Minas Gerais no ano de 1925 como Banco da Lavoura e teve sua razão social alterada em 1971. Já em 1998 houve a aquisição do Banco Real pelo ABM AMRO Bank, que vendeu o controle ao Santander após dez anos. (SANTANDER, 2011).

Atualmente é um dos maiores bancos privados do país, com vasta abrangência e aproximadamente 9 milhões de clientes. Sua missão é estabelecida

por: “Ser uma equipe capaz de gerar boas ideias que satisfaçam nossos clientes, sejam rentáveis para nossos acionistas e nos consolide como um líder financeiro internacional e como entidade que colabora com o desenvolvimento sustentável da sociedade”. (SANTANDER, 2011).

2.3 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A análise de balanços patrimoniais e demonstrações financeiras é um importante instrumento para a administração da empresa, bem como para seus sócios, acionistas, fornecedores e credores. Conforme mencionado por Assaf Neto (2010, p.35):

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Ainda, Ludícibus (1998, p.20) conclui que é possível:

[...] caracterizar a análise de balanços como a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso.

Pelos motivos acima apresentados, nota-se a grande relevância da análise das informações financeiras das empresas em geral e, principalmente, dos bancos. Para ressaltar tal essencialidade, Niyama (2005, p.163) discorre que:

As instituições financeiras e demais entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, por captarem recursos de poupança popular, têm maior responsabilidade perante a sociedade, em geral, quanto aos atos praticados, devendo por isso:

- a) ser controladas e supervisionadas pelas autoridades de supervisão bancária;
- b) ter suas demonstrações financeiras padronizadas com regras específicas para sua elaboração, remessa ao Banco Central e publicação obrigatória na imprensa.

Entretanto, apesar de sua padronização e obrigatoriedade de publicação, ainda há certa dificuldade ao realizar a análise das informações referentes às instituições financeiras. Segundo Assaf Neto (2010, p.284):

A análise de bancos efetuada com base em seus demonstrativos contábeis, como ocorre também com outros segmentos empresariais, pode conter algumas limitações, principalmente no que se refere à qualidade das informações contidas nos relatórios. Mesmo diante dessa realidade, é importante entender-se os indicadores de avaliação como medidas que embutem uma tendência de desempenho, indicando os potenciais pontos fortes e débeis da instituição, e despertando a atenção do analista para os aspectos que demandam maior avaliação.

Neste sentido, a abordagem analítica da presente pesquisa terá sua ênfase nos indicadores de solvência e liquidez dos bancos, discorrendo e traçando comparativos a respeito dos seguintes tópicos propostos por Assaf Neto (2010) para a análise de bancos e instituições financeiras: encaixe voluntário, liquidez imediata, índice empréstimos/depósitos, capital de giro próprio, participação dos empréstimos, indicadores de análise do capital (independência financeira, *leverage*, relação capital/depositantes e imobilização do capital próprio), taxa de reinvestimento do lucro, índices de rentabilidade (retorno sobre o patrimônio líquido e retorno sobre investimento total), índice de eficiência operacional e índice de sensibilidade de juros.

2.3.1 Encaixe voluntário

O encaixe voluntário representa a capacidade de cobertura imediata de saques contra os depósitos à vista no encerramento de um determinado período. Segundo Assaf Neto (2010, p. 285): “Valores mais elevados de encaixe voluntário, ao mesmo tempo que promovem maior segurança financeira à instituição, comprometem aplicações rentáveis em empréstimos e financiamentos”.

Este índice é calculado conforme abaixo:

$$\text{Encaixe voluntário} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Depósitos à vista}}$$

2.3.2 Liquidez imediata

Avalia o nível de recursos (disponibilidades e aplicações interfinanceiras) que são utilizados para cumprir com as obrigações imediatas (depósitos à vista) da instituição financeira. É um índice utilizado principalmente para curtos períodos de tempo e pode ser definido por:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{Aplicações Interfinanceiras de Liquidez}}{\text{Depósitos à vista}}$$

2.3.3 Índice Empréstimos/Depósitos

Este índice revela qual a proporção de empréstimos efetuados com relação aos recursos tomados em forma de depósito. Através deste indicador é possível verificar a capacidade da instituição financeira de atender aos saques dos valores depositados e também de gerar receita e ter maior rentabilidade por meio dos juros dos empréstimos captados.

$$\text{Índice Empréstimos/Depósitos} = \frac{\text{Operações de crédito}}{\text{Depósitos}}$$

2.3.4 Capital de giro próprio

Corroborando com Silva (1999, p. 352), o capital de giro próprio “é aquela parcela do ativo circulante que é financiada com recursos próprios, isto é, o que sobra do patrimônio líquido após o comprometimento dos recursos próprios com o ativo permanente mais o realizável a longo prazo”. Indica o excesso financeiro do banco que está sendo financiado pelo patrimônio líquido e é assim identificado:

$$\text{Capital de Giro Próprio} = \text{Patrimônio líquido} - \text{Ativo Não Circulante}$$

2.3.5 Participação dos empréstimos

A participação dos empréstimos serve para avaliar a parcela do ativo total de uma instituição financeira que está aplicada em operações de crédito, além de indicar também o nível de liquidez e rentabilidade. De acordo com Assaf Neto (2010, p.286): “[...] índices mais elevados de empréstimos em relação aos ativos totais revela baixo nível de liquidez da instituição e, ao mesmo tempo, uma indicação de incremento de seus resultados operacionais”.

$$\text{Participação dos Empréstimos} = \frac{\text{Operações de crédito}}{\text{Ativo Total}}$$

2.3.6 Indicadores de análise do capital

Os indicadores de análise do capital são divididos em quatro índices, sendo eles:

- Independência financeira: é a relação entre o patrimônio líquido e o ativo total de uma instituição.

$$\text{Independência Financeira} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

- *Leverage*: demonstra a relação entre ativo e patrimônio líquido e é possível identificar quantas vezes o ativo é maior que o patrimônio líquido (capital investido).

$$\text{Leverage} = \frac{\text{Ativo}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

- Relação capital/depositantes: indica a relação entre o montante aplicado de recursos próprios (patrimônio líquido) e o valor captado em depósitos.

$$\text{Relação Capital/Depositantes} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Depósitos (Passivo)}}$$

- Imobilização do capital próprio: avalia quanto do patrimônio líquido (capital próprio do banco) foi transformado em ativos permanentes (imobilizado).

$$\text{Imobilização do Capital Próprio} = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

2.3.7 Taxa de reinvestimento do lucro

A taxa de reinvestimento do lucro (TRL) representa a relação entre o lucro que foi retido no banco (lucro líquido – dividendos) e sua parcela que foi utilizada para reinvestimento (variação sobre o patrimônio líquido). Assaf Neto (2010, p.290) diz que: “Quanto maior for a TRL, mais alta se apresenta a capacidade da instituição em financiar variações em seus ativos por meio de recursos próprios gerados pelas operações, exigindo-se menores necessidades de captações passivas. Ou seja, o risco do banco é menor”.

A taxa de reinvestimento do lucro pode ser calculada das seguintes maneiras:

$$1) \text{TRL} = \frac{\text{Lucro Líquido} - \text{Dividendos}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

$$2) \text{TRL} = \text{Leverage} \times \text{Retorno sobre Ativo Total} \times \text{Índice de Retenção do Lucro}$$

ou

$$2) \text{TRL} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times \frac{\text{Lucro Líquido} - \text{Dividendos}}{\text{Lucro Líquido}}$$

2.3.8 Índices de rentabilidade

Este indicador também pode ser dividido em dois índices, quais sejam:

- Retorno sobre o patrimônio líquido ou ROE (*Return On Equity*): mensura o percentual de retorno sobre o capital próprio.

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

- Retorno sobre investimento total ou ROA (*Return On Assets*): indica a taxa de retorno sobre o total do capital investido.

$$\text{ROA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Sobre ambos os índices acima, Assaf Neto (2010, p.292) destaca:

O retorno sobre o *patrimônio líquido* fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro, da eficiência operacional, do *leverage* e do planejamento eficiente de seus negócios. Mede, para cada \$1 investido, o retorno líquido do acionista.

O retorno sobre o investimento total exprime os resultados das oportunidades de negócios acionadas pelo banco. É uma medida de eficiência influenciada principalmente pela qualidade do gerenciamento da lucratividade dos ativos e juros passivos. Indica o retorno apurado sobre o capital (ativo) total investido.

2.3.9 Índice de eficiência operacional

O índice de eficiência operacional é a relação entre as despesas operacionais e as receitas, que demonstra o nível de produtividade da instituição financeira. Segundo Assaf Neto (2010, p. 293): “Quanto menor se apresentar o índice, mais elevada se apresenta a produtividade, ou seja, o banco demonstra a necessidade de uma menor estrutura operacional para manter suas atividades”.

$$\text{Índice de Eficiência Operacional} = \frac{\text{Despesas Operacionais}}{\text{Receitas de Intermediação Financeira}}$$

2.3.10 Índice de sensibilidade dos juros - GAP

O índice de sensibilidade dos juros é desenvolvido pela relação entre os ativos e passivos sensíveis, isto é, aqueles que estão vulneráveis às alterações nas taxas de juros e os efeitos que isso pode causar à rentabilidade de determinado banco. Ao discorrer sobre o tema, Assaf Neto (2010, p. 294) explica que:

[...] a análise do GAP constitui-se numa técnica de administrar a sensibilidade das taxas de juros de uma instituição financeira, ou seja, na forma como os juros dos ativos e passivos se correlacionam com o mercado. Nessa análise, todos os ativos e passivos são distinguidos por *sensíveis* e *não sensíveis* de acordo com a variabilidade de suas taxas de juros com parâmetros de mercado. Assim, uma taxa classificada como sensível apresenta um coeficiente de correlação com o mercado maior que zero, e uma não sensível apura um coeficiente bem próximo (ou igual) a zero. Os ativos e passivos são definidos como *sensíveis* se seus resultados financeiros acompanharem as taxas de juros de curto prazo de mercado, ou seja, mostrarem sensibilidade com seu comportamento. [...] Os ativos e passivos identificados como *não sensíveis* não apresentam alterações em seus fluxos financeiros dentro de certo intervalo de tempo. Muitos desses elementos não têm juros (receitas ou despesas).

Para calcular o índice com base nas informações apresentadas, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Sensibilidade dos Juros} = \frac{\text{Ativos Sensíveis}}{\text{Passivos Sensíveis}}$$

O presente estudo se desenvolve através do estudo dos indicadores mencionados para análise de balanços patrimoniais e demonstrações financeiras de bancos, permitindo a interpretação dos dados para proferir comentários a respeito dos resultados obtidos.

3 METODOLOGIA

Concernentes aos aspectos metodológicos serão identificados a seguir os critérios da tipologia e procedimentos da pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A tipologia da pesquisa possui diferentes abordagens por diversos autores. Considerando as particularidades do presente trabalho em Contabilidade, serão identificados os aspectos metodológicos propostos por Beuren (2003), quais sejam: quanto à abordagem do problema, quanto aos objetivos da pesquisa e quanto aos procedimentos da pesquisa.

3.1.1 Quanto à abordagem do problema

O presente trabalho pode ser caracterizado como qualitativo sob o ponto de vista da abordagem do problema, visto que não irá empregar análise de dados estatística ou mensurações numéricas mas sim a interpretação dos mesmos através dos resultados obtidos com a pesquisa.

Segundo Beuren (2003, p.92):

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.

Conforme citado, o estudo qualitativo aborda informações a respeito das instituições financeiras que não seriam consideradas em um trabalho quantitativo.

Ainda, conforme Richardson *apud* Beuren (2003, p.91):

[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

A interação dos dados analisados nesta pesquisa foi realizada por meio da análise dos indicadores financeiros dos bancos e suas respectivas interpretações.

3.1.2 Quanto aos objetivos da pesquisa

A pesquisa é descritiva, pois concerne na obtenção e identificação dos dados a serem trabalhados e posterior análise dos mesmos, sem quaisquer manipulações ou alterações. Além disso, foram estabelecidas relações entre diversas variáveis a fim de traçar comparativos entre as instituições financeiras estudadas.

Com relação à pesquisa descritiva, Beuren (2003, p.81) destaca:

A pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Desta forma, as informações das instituições financeiras analisadas (balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício) foram coletadas e interpretadas, sem sofrer quaisquer manipulações ou tratamento de dados.

3.1.3 Quanto aos procedimentos de pesquisa

No tocante aos procedimentos, o presente trabalho pode ser entendido como uma pesquisa documental, pois suas fontes ainda não foram alvos de análise. Os documentos utilizados são as publicações fornecidas pelas instituições financeiras nos padrões do Banco Central do Brasil.

Beuren (2003, p.89) diz que:

A pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. [...] Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Referentes aos procedimentos da pesquisa serão identificadas a seguir as metodologias para seleção de amostra a ser estudada neste trabalho, coleta e análise de dados.

3.2.1 Seleção de Amostra

A seleção da amostra para a pesquisa é mais adequadamente classificada como não-probabilística, uma vez que a escolha das instituições financeiras estudadas foi intencional e feita com base nos interesses do trabalho. De acordo com Cooper e Schindler (2003, p. 172), a amostragem não-probabilística intencional “é a amostragem por julgamento na qual há o interesse em estudar apenas os tipos de sujeitos selecionados”.

A população para este estudo foi selecionada com base no *ranking* do Banco Central do Brasil dos bancos com os maiores saldos de depósitos totais em dezembro de 2010. São eles (Tabela 1):

TABELA 1 – RANKING DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Nome da instituição financeira	Saldos em Mil R\$	Representatividade	Rep. Acumulada
ITAÚ UNIBANCO	353.120.676	19,55%	78,55%
BANCO DO BRASIL S.A.	347.339.400	19,23%	
BANCO BRADESCO S.A.	276.865.494	15,33%	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	215.189.002	11,92%	
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	147.215.605	8,15%	
HSBC BANK BRASIL SA	78.787.882	4,36%	
Outras instituições financeiras	387.351.796	21,45%	21,45%
TOTAL	1.805.869.855	100,00%	100,00%

Adaptado de: Banco Central do Brasil (2010)

Na tabela acima estão identificadas as instituições financeiras as quais foram objeto de análise desta pesquisa em ordem de representatividade percentual do saldo de depósitos totais. Tais instituições serão aqui tratadas, respectivamente, por:

- Itaú-Unibanco,
- Banco do Brasil,
- Bradesco,

- CEF,
- Santander,
- HSBC.

Tais instituições foram selecionadas intencionalmente, pois representam os principais bancos do mercado brasileiro em percentual de depósitos totais. Além disso, de acordo com a AméricaEconomia (2011) todos os seis bancos estudados figuram entre as dez primeiras posições do *ranking* dos 250 maiores bancos da América Latina. Este *ranking* foi elaborado com base nos dados de junho de 2010 e o critério principal foi o valor de ativos totais de cada instituição. Segue abaixo a tabela com as dez primeiras posições:

TABELA 2 – RANKING AMÉRICAECONOMIA DOS MAIORES BANCOS DA AMÉRICA LATINA

<i>Ranking</i>	Banco	País	Ativo Total US\$ Mi (Jun/10)
1	BANCO DO BRASIL	Brasil	362.628,20
2	ITAÚ UNIBANCO	Brasil	352.920,60
3	BRADESCO	Brasil	313.189,30
4	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Brasil	212.117,00
5	SANTANDER	Brasil	207.513,40
6	BBVA BANCOMER	México	86.635,60
7	BANAMEX	México	84.743,60
8	HSBC BANK BRASIL	Brasil	63.691,10
9	VOTORANTIM	Brasil	59.340,10
10	SANTANDER	México	48.996,10

Adaptado de: AméricaEconomia (2010)

De posse das informações supracitadas, é possível verificar a relevância das instituições financeiras brasileiras no mercado latino-americano, sendo que dos dez maiores bancos apenas três não são brasileiros e apenas um deles (Banco Votorantim) não foi selecionado para o presente trabalho.

3.2.2 Coleta de Dados

Com relação à coleta de dados a pesquisa é documental, com sua abordagem de dados qualitativa. Beuren (2003) afirma que a pesquisa documental trata-se de uma fonte primária de informações, pois serve como base para análises posteriores e outras pesquisas.

Dessa forma, os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados do exercício das instituições financeiras analisadas foram coletados de maneira padronizada através do órgão regulador, qual seja, o Banco Central do Brasil. As consultas foram referentes aos quatro trimestres dos anos de 2008, 2009 e 2010 para cada banco analisado e buscaram abrangência e uniformidade nas informações coletadas. Alguns dados foram coletados diretamente em publicações fornecidas pelas próprias instituições, sejam em seus *sítes* ou em outro meio de comunicação.

3.2.3 Análise de Dados

A análise dos dados coletados foi realizada de maneira qualitativa, pela interpretação dos resultados obtidos por meio dos índices calculados sobre os balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício. Segundo Gitman (1997, p.102):

A análise por meio de índices envolve os métodos de cálculo e a interpretação dos índices financeiros, para avaliar o desempenho e a situação da empresa. Os insumos básicos para a análise baseada em índices são a demonstração do resultado e o balanço patrimonial da empresa, referentes aos períodos a serem examinados.

A compreensão e contextualização dos produtos resultantes da análise foram aplicadas pelos comparativos entre as instituições financeiras analisadas, buscando estabelecer semelhanças ou divergências entre elas e seus respectivos índices.

Para este estudo foram utilizados os indicadores e critérios propostos por Assaf Neto (2010) para a análise de bancos explicados mais detalhadamente na seção anterior, são eles:

- Encaixe voluntário;
- Liquidez imediata;
- Índice Empréstimos/Depósitos;
- Capital de giro próprio;
- Participação dos empréstimos;
- Indicadores de análise do capital;
- Taxa de reinvestimento do lucro;

- Índices de rentabilidade e *spread*;
- Índice de eficiência;
- Índice de sensibilidade dos juros.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo irá tratar da análise dos dados coletados, bem como a interpretação através de gráficos e tabelas referentes aos períodos estudados.

Primeiramente, será abordado cada instituição de forma individual e o comportamento de seus indicadores financeiros. Posteriormente, serão observados todos os bancos e seus índices no período, traçando comparativos entre si.

A análise será dividida em conjuntos de índices, que foram agrupados de acordo com Assaf Neto (2010), são eles:

- Indicadores de solvência e liquidez: encaixe voluntário, liquidez imediata, índice de empréstimos/depósitos, capital de giro próprio e participação dos empréstimos;
- Indicadores de capital e risco: independência financeira, *leverage*, relação capital/depositantes, imobilização do capital próprio e índice de sensibilidade dos juros;
- Indicadores de rentabilidade e lucratividade: taxa de reinvestimento do lucro, retorno sobre patrimônio líquido (ROE), retorno sobre investimento total (ROA) e índice de eficiência operacional.

4.1 ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Neste tópico as instituições financeiras serão analisadas individualmente dentro dos critérios de conjuntos de índices propostos anteriormente.

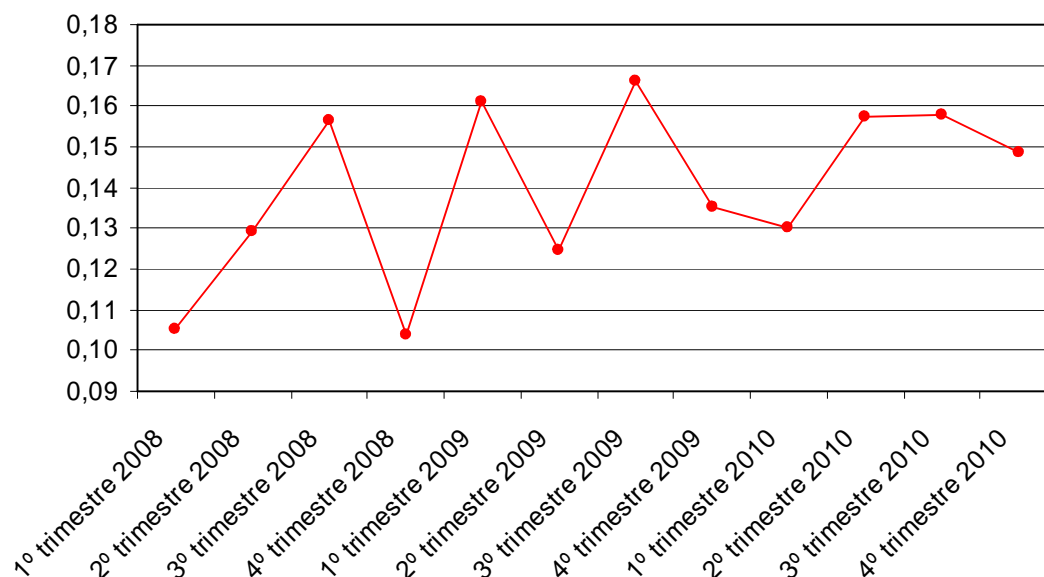
4.1.1 Banco do Brasil

Os indicadores de solvência e liquidez do Banco do Brasil estão apresentados na tabela a seguir.

TABELA 3 - INDICADORES DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ DO BANCO DO BRASIL

	Encaixe voluntário	Liquidez Imediata	Índice Empréstimos/Depósitos	Capital de Giro Próprio	Participação dos Empréstimos
1º trimestre 2008	0,11	1,81	83,08%	(137.900.083,09)	37,28%
2º trimestre 2008	0,13	1,41	90,18%	(152.226.468,67)	40,24%
3º trimestre 2008	0,16	1,68	80,75%	(167.110.599,51)	38,78%
4º trimestre 2008	0,10	2,57	74,36%	(188.536.276,55)	36,40%
1º trimestre 2009	0,16	3,33	75,15%	(192.366.475,54)	35,62%
2º trimestre 2009	0,12	3,03	78,07%	(198.228.685,99)	37,29%
3º trimestre 2009	0,17	3,36	81,78%	(222.421.438,44)	36,59%
4º trimestre 2009	0,14	3,10	79,18%	(257.930.700,08)	36,76%
1º trimestre 2010	0,13	3,00	79,36%	(250.183.699,20)	36,77%
2º trimestre 2010	0,16	2,50	85,31%	(267.975.490,49)	38,71%
3º trimestre 2010	0,16	2,42	87,14%	(268.991.570,25)	38,31%
4º trimestre 2010	0,15	1,88	83,56%	(273.394.220,85)	39,50%

O encaixe voluntário mostrou grande variação durante o período estudado, tendo seu nível mínimo durante o último trimestre de 2008, auge da crise financeira, representando a ligeira dificuldade de cobertura imediata dos depósitos à vista. Em 2009 o índice oscilou entre 0,12 e 0,16, como consequência da recente crise, estando ligeiramente mais estável durante o ano de 2010.

**GRÁFICO 1 - ENCAIXE VOLUNTÁRIO DO BANCO DO BRASIL**

Na avaliação da liquidez imediata é possível concluir que, apesar das dificuldades durante o ano de 2008, o Banco do Brasil manteve-se capaz de cobrir

seus depósitos utilizando-se de seus recursos durante todo o período estudado. De acordo com Assaf Neto (2010, p. 285), a liquidez imediata “quando maior que 1,0, apresenta-se como favorável”.

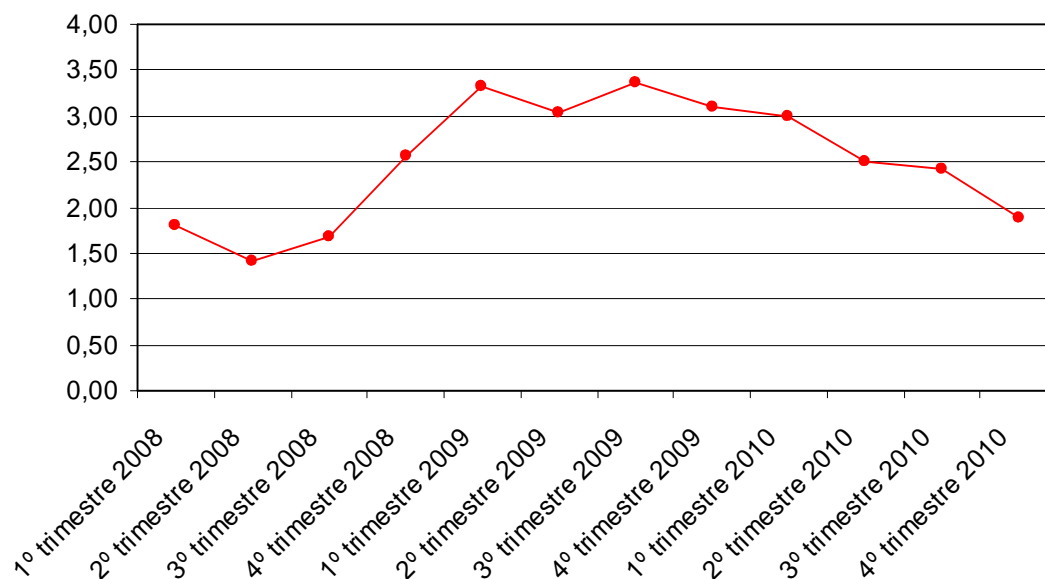


GRÁFICO 2 - LIQUIDEZ IMEDIATA DO BANCO DO BRASIL

O índice de empréstimos/depósitos mensura a quantidade de crédito concedido pela instituição financeira com relação aos recursos tomados. No caso do Banco do Brasil, nota-se que no primeiro semestre de 2008 os empréstimos chegaram a representar 90% dos depósitos, o que pode possibilitar à instituição uma maior rentabilidade. Entretanto, esse nível não se manteve tão elevado durante o restante do período analisado, tendo sua média em 81,19% em 2009 e 2010, após a queda no final de 2008.

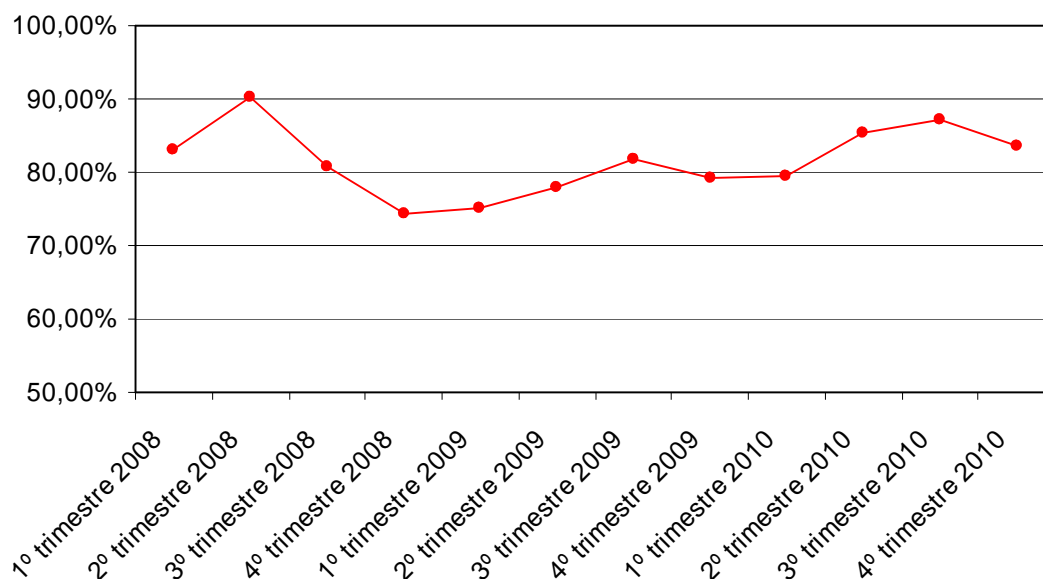


GRÁFICO 3 - ÍNDICE DE EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS DO BANCO DO BRASIL

O capital de giro próprio revela a quantidade de recursos próprios que está sendo utilizada para financiar as operações ativas e, no caso do Banco do Brasil, este índice mostrou-se cada vez mais negativo ao longo do período. Isso significa que a diferença entre seus ativos não circulantes e o capital próprio aumentou e são necessários outros recursos além do patrimônio líquido para subsidiar as atividades financeiras da instituição, principalmente após a crise (anos de 2009 e 2010).

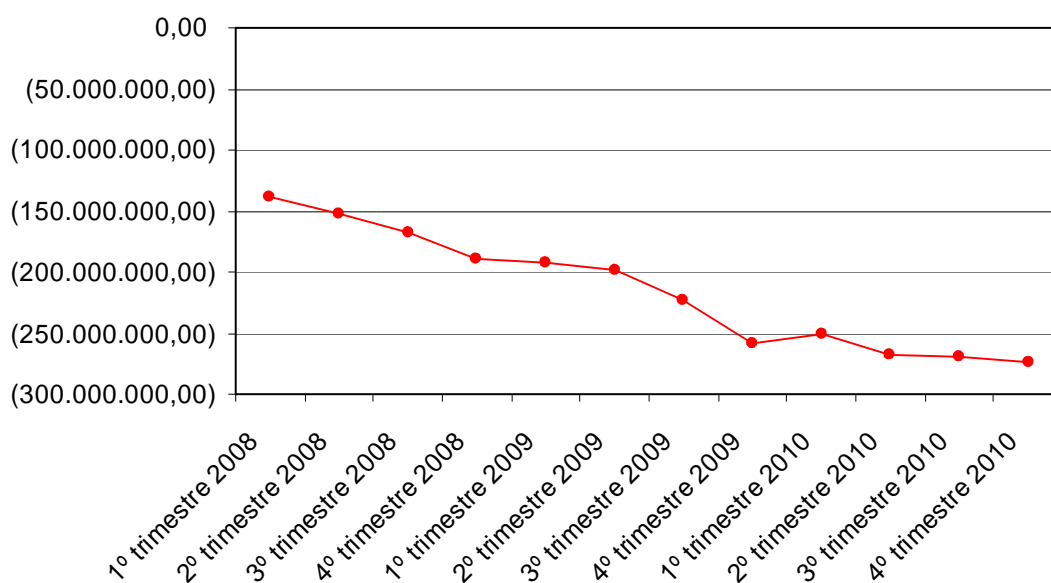


GRÁFICO 4 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO DO BANCO DO BRASIL

No Banco do Brasil, a participação de empréstimos se revelou praticamente estável durante os anos de 2008, 2009 e 2010, mantendo a média de 37,69% no período. Isso evidencia que o seu percentual de ativo que se encontra aplicado em empréstimos e/ou operações de crédito não sofreu alterações durante e após a crise.

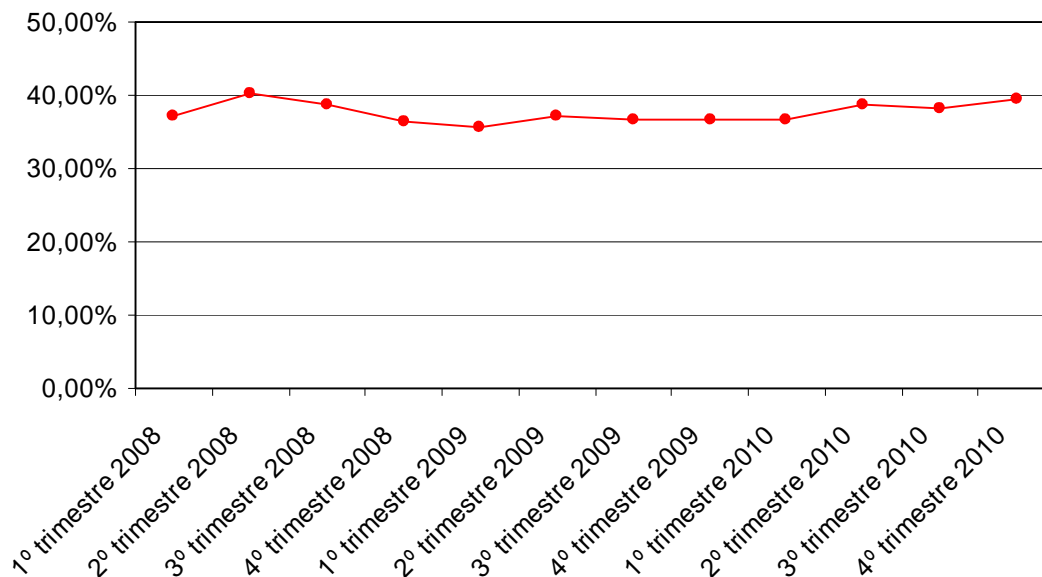


GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL

Dando sequência, os indicadores de capital e risco do Banco do Brasil podem ser verificados na tabela a seguir.

TABELA 4 - INDICADORES DE CAPITAL E RISCO DO BANCO DO BRASIL

	Independência Financeira	Leverage	Relação Capital/ Depositantes	Imobilização do Capital Próprio	Índice de Sensibilidade dos Juros
1º trimestre 2008	6,37%	1570,88%	13,27%	27,86%	127,33%
2º trimestre 2008	6,44%	1553,58%	13,39%	23,89%	131,06%
3º trimestre 2008	6,19%	1614,54%	12,08%	25,12%	131,97%
4º trimestre 2008	5,75%	1740,57%	10,83%	36,85%	131,34%
1º trimestre 2009	5,74%	1742,90%	11,25%	54,86%	130,63%
2º trimestre 2009	6,09%	1643,07%	11,76%	50,85%	133,21%
3º trimestre 2009	5,87%	1704,77%	12,10%	66,53%	129,56%
4º trimestre 2009	5,47%	1828,97%	10,94%	61,69%	127,99%
1º trimestre 2010	5,61%	1781,69%	11,26%	66,19%	128,69%
2º trimestre 2010	5,69%	1758,42%	11,73%	62,12%	129,05%
3º trimestre 2010	6,67%	1498,13%	14,24%	51,38%	135,55%
4º trimestre 2010	6,85%	1460,51%	13,70%	57,19%	136,16%

Na análise da independência financeira do Banco do Brasil é possível notar que a relação entre seu patrimônio líquido e o ativo total não se alteraram significativamente durante o período estudado mesmo com os efeitos da crise financeira, mantendo-se na média de 6,06%.

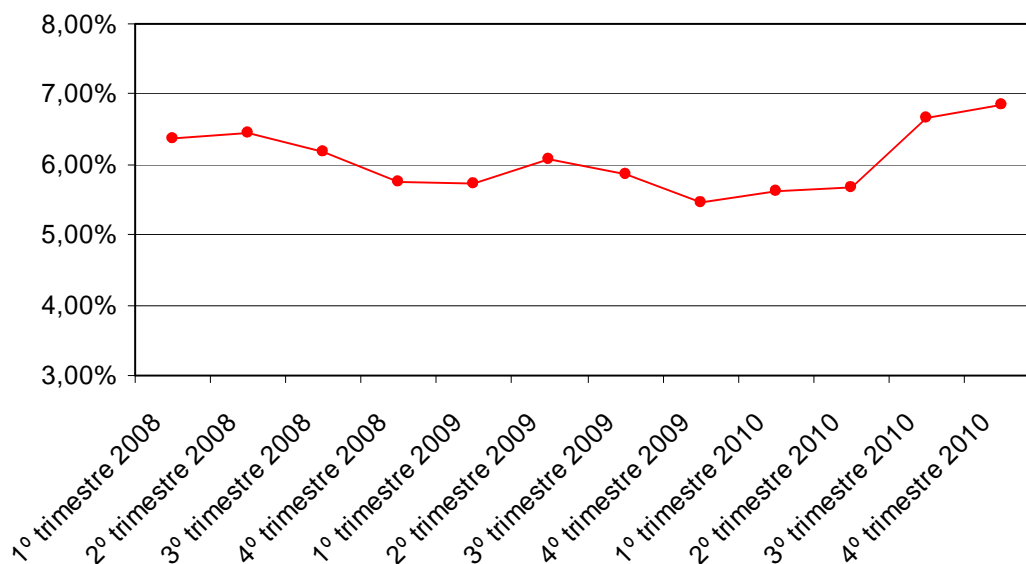


GRÁFICO 6 - INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DO BANCO DO BRASIL

O *leverage*, calculado através da relação entre ativo e patrimônio líquido, demonstra a relação entre ambos e também quantas vezes o ativo do Banco do Brasil é maior que seu capital investido. Neste caso, é possível perceber que o *leverage* oscilou consideravelmente durante o período e, por mais que o patrimônio líquido tenha aumentado, o total de ativos aumentou ainda mais. Exceto pelos últimos trimestres de 2010, quando o ativo caiu de 16,93 vezes (em 2008 e 2009) e passou a ser 14,79 vezes maior que o patrimônio líquido, em média.

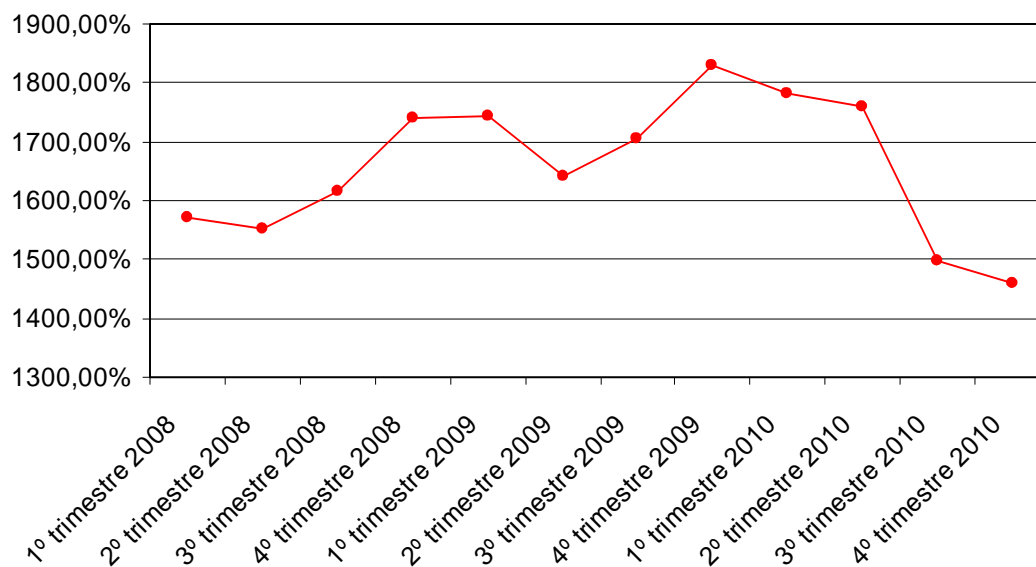


GRÁFICO 7 - LEVERAGE DO BANCO DO BRASIL

A relação capital/depositantes do Banco do Brasil entre os anos de 2008, 2009 e 2010 indica que, em média, os recursos próprios representam 12,21% do valor captado em depósitos. Os menores índices podem ser percebidos no auge da crise financeira, no final de 2008, prolongando-se até 2009 quando ainda eram sentidas as suas consequências.

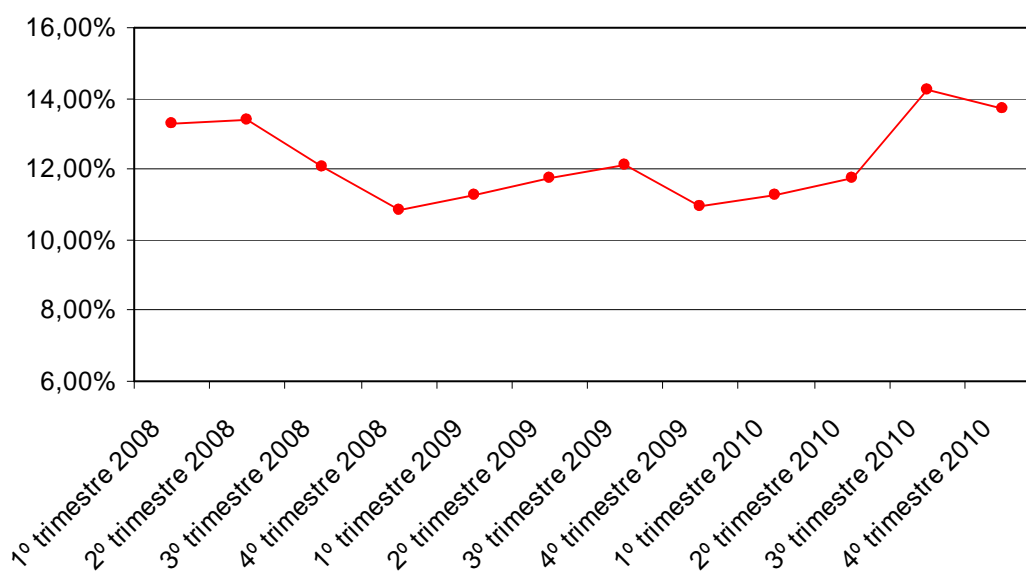


GRÁFICO 8 - RELAÇÃO CAPITAL/DEPOSITANTES DO BANCO DO BRASIL

Com relação à imobilização do capital próprio, verifica-se que durante o ano de 2008 a proporção do patrimônio líquido do Banco do Brasil utilizada em ativos permanente foi, em média, 28,43%. Nos anos seguintes, esse valor subiu para 58,85%, indicando maiores investimentos em imobilizado oriundos de recursos próprios.

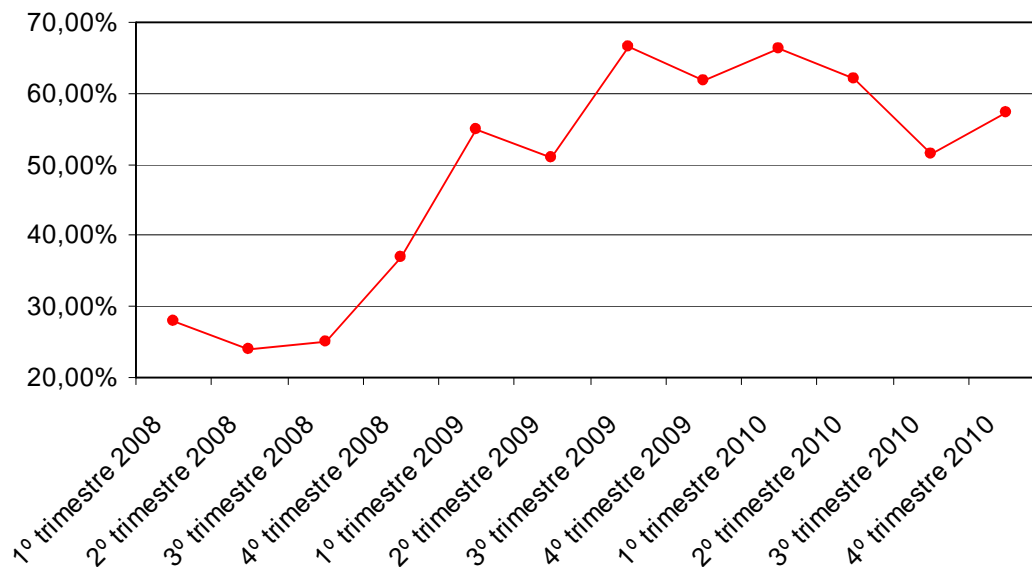


GRÁFICO 9 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO DO BANCO DO BRASIL

O índice de sensibilidade dos juros demonstra a vulnerabilidade dos ativos e passivos sensíveis às alterações de mercado. No caso do Banco do Brasil, é possível perceber que o indicador não sofreu variações significativas, oscilando apenas 8,83% durante todo o período e mantendo a média de 131,05%.

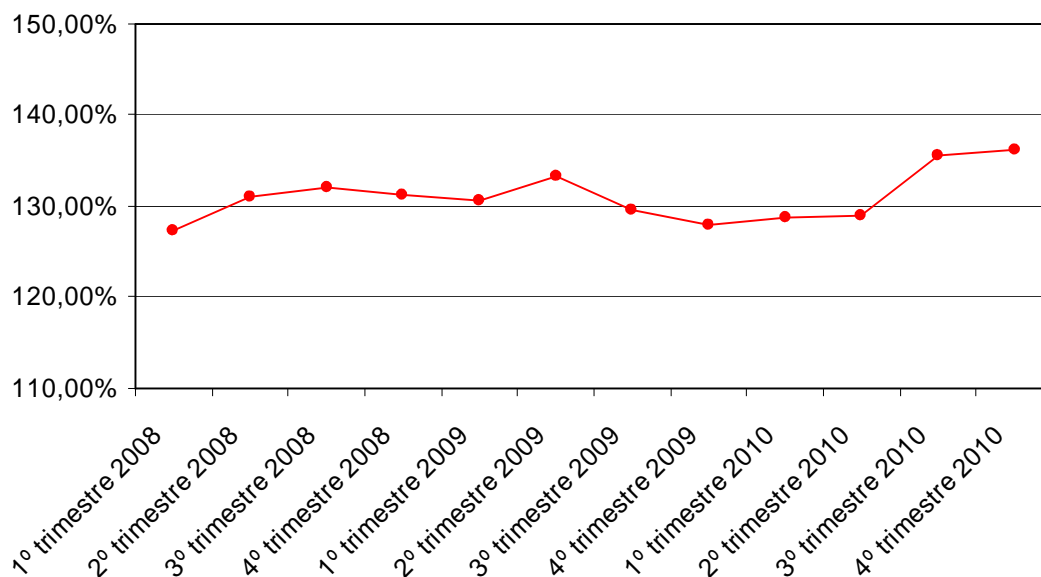


GRÁFICO 10 - ÍNDICE DE SENSIBILIDADE DOS JUROS DO BANCO DO BRASIL

Destacam-se abaixo os indicadores de rentabilidade e lucratividade do Banco do Brasil.

TABELA 5 - INDICADORES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE DO BANCO DO BRASIL

	Taxa de Reinvestimento do Lucro	ROE	ROA	Índice de Eficiência Operacional
1º trimestre 2008	5,54%	9,24%	0,59%	42,51%
2º trimestre 2008	3,74%	6,23%	0,40%	52,75%
3º trimestre 2008	4,02%	6,69%	0,41%	36,34%
4º trimestre 2008	5,90%	9,84%	0,57%	37,45%
1º trimestre 2009	3,24%	5,40%	0,31%	47,06%
2º trimestre 2009	4,35%	7,26%	0,44%	52,05%
3º trimestre 2009	3,53%	5,88%	0,34%	47,39%
4º trimestre 2009	6,90%	11,50%	0,63%	43,73%
1º trimestre 2010	3,83%	6,38%	0,36%	43,52%
2º trimestre 2010	4,15%	6,92%	0,39%	40,93%
3º trimestre 2010	3,26%	5,44%	0,36%	41,85%
4º trimestre 2010	4,75%	7,93%	0,54%	43,67%

A taxa de reinvestimento do lucro do Banco do Brasil teve certa variação durante o período estudado, o que indica que o percentual de lucro que foi retido na instituição para reinvestimento também se alterou. Verifica-se que, apesar da crise, o índice do quarto trimestre de 2008 foi o segundo mais elevado do período, atrás

apenas do quarto trimestre de 2009. Desconsiderando esses dois picos, no restante do período o índice se manteve em 4,04%, em média.

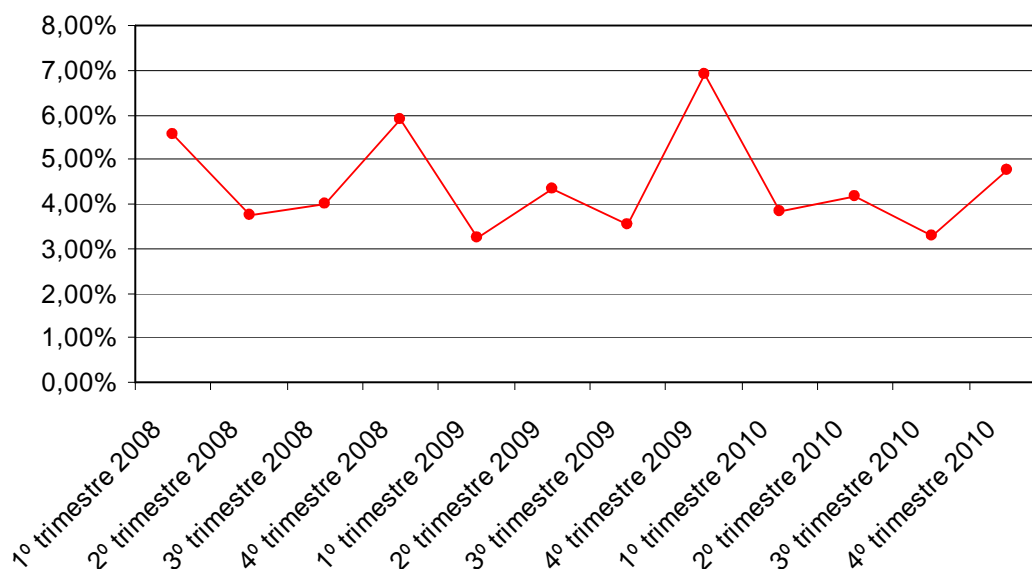


GRÁFICO 11 - TAXA DE REINVESTIMENTO DO LUCRO DO BANCO DO BRASIL

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) do Banco do Brasil, assim como a taxa de reinvestimento do lucro, teve seus níveis mais altos nos últimos trimestres dos anos de 2008 e 2009. Isso indica que o maior reinvestimento nesses dois períodos pode ter ocorrido por conta do maior percentual de retorno sobre o capital próprio.

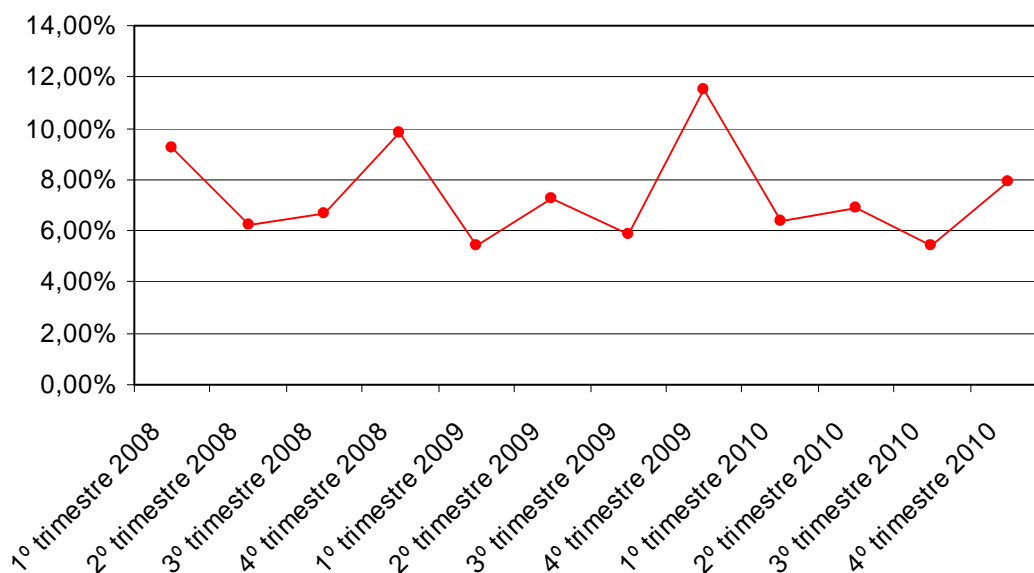


GRÁFICO 12 - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BANCO DO BRASIL

O retorno sobre investimento total (ROA) teve seu comportamento bem semelhante ao do ROE, explicitado anteriormente, embora em percentuais menores devido à proporcionalidade. Verifica-se a coerência dos indicadores no que concerne o retorno sobre o capital, seja ele total ou próprio.

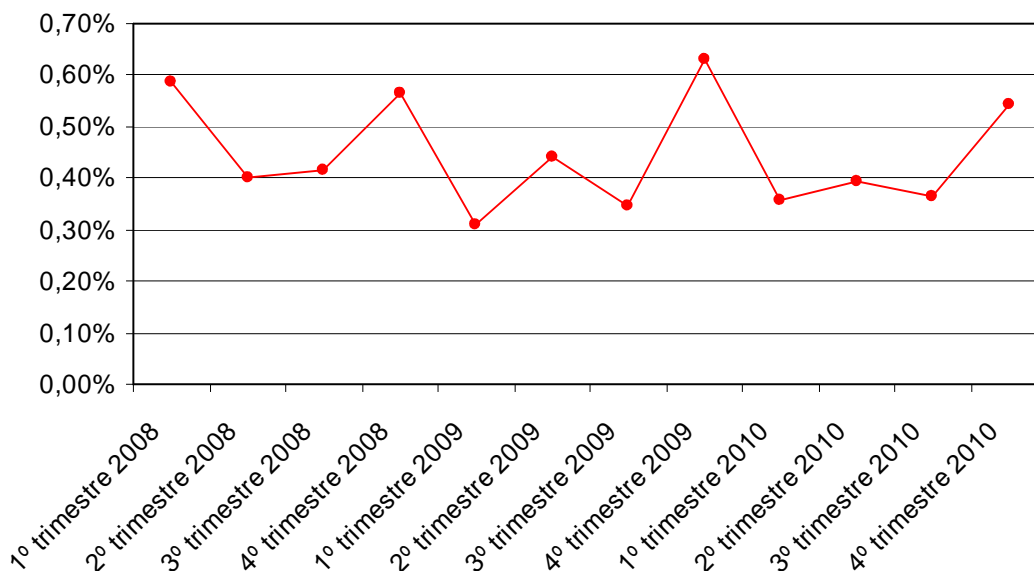


GRÁFICO 13 - RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL DO BANCO DO BRASIL

O índice de eficiência operacional do Banco do Brasil demonstra que, exceto durante o ano da crise, a relação entre suas despesas e receitas operacionais se manteve na média de 45%. Este indicador destaca o nível de produtividade da instituição e a estrutura operacional necessária para a manutenção de suas atividades. Durante o terceiro e quarto trimestres de 2008 notam-se os melhores resultados do índice, o que indica que, em média, as despesas operacionais representavam 36,90% da receita operacional.

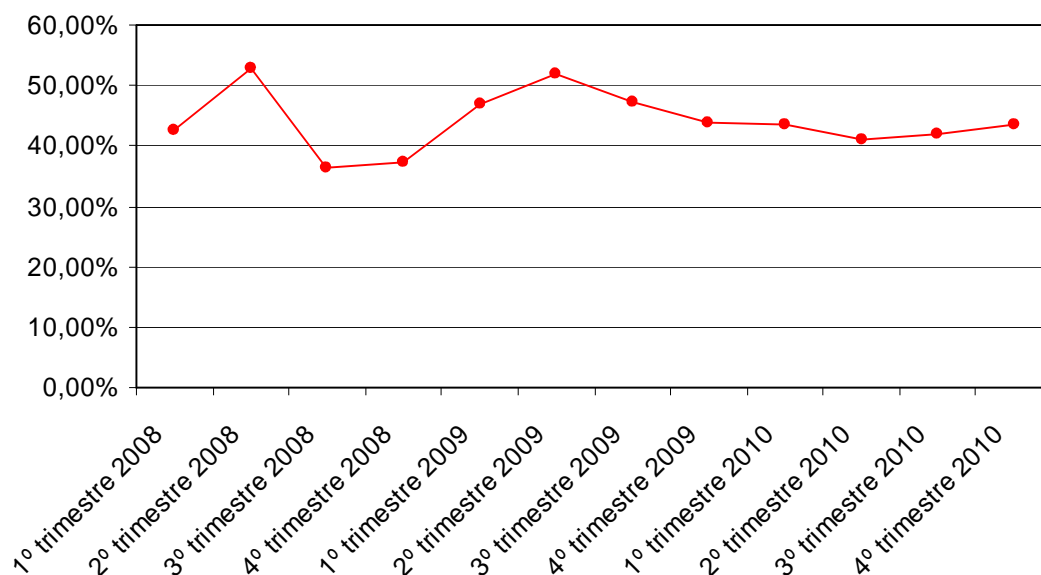


GRÁFICO 14 - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO BANCO DO BRASIL

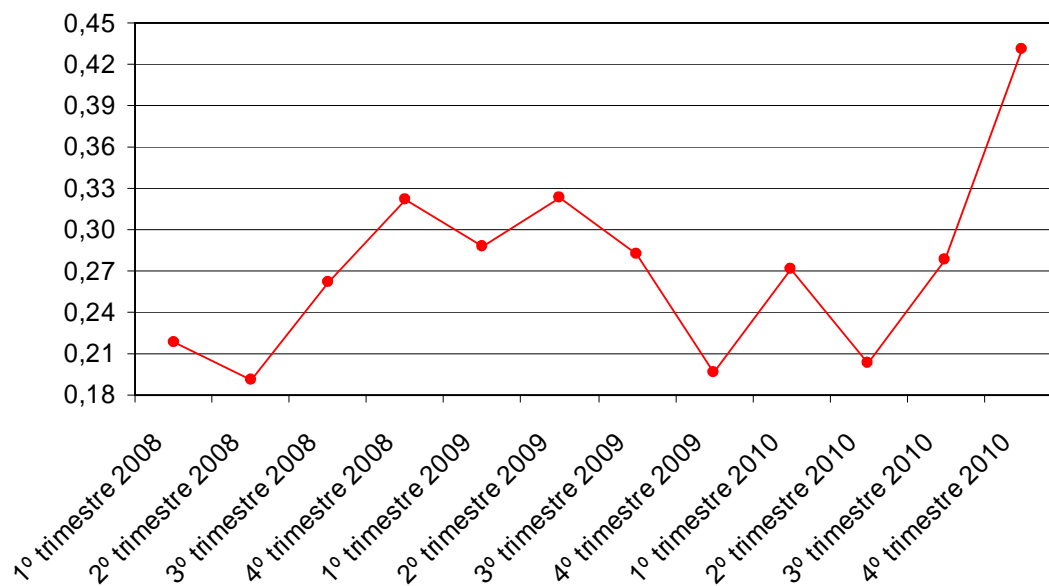
4.1.2 Bradesco

Estão descritos na tabela a seguir os indicadores de solvência e liquidez do Bradesco.

TABELA 6 - INDICADORES DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ DO BRADESCO

	Encaixe voluntário	Liquidez Imediata	Índice Empréstimos/Depósitos	Capital de Giro Próprio	Participação dos Empréstimos
1º trimestre 2008	0,22	2,65	61,78%	(118.474.702,40)	26,50%
2º trimestre 2008	0,19	3,57	72,07%	(89.897.386,57)	24,47%
3º trimestre 2008	0,26	3,06	67,43%	(101.517.890,33)	25,62%
4º trimestre 2008	0,32	3,85	58,41%	(118.662.003,75)	24,23%
1º trimestre 2009	0,29	4,85	57,48%	(122.620.630,83)	22,74%
2º trimestre 2009	0,32	4,25	55,13%	(130.741.383,29)	21,81%
3º trimestre 2009	0,28	4,16	57,08%	(202.349.111,93)	22,18%
4º trimestre 2009	0,20	3,95	59,00%	(144.620.009,89)	22,63%
1º trimestre 2010	0,27	3,91	63,31%	(147.085.444,93)	23,21%
2º trimestre 2010	0,20	3,70	64,83%	(164.780.778,36)	23,52%
3º trimestre 2010	0,28	3,51	66,60%	(183.885.719,42)	22,94%
4º trimestre 2010	0,43	2,94	68,38%	(195.859.817,52)	24,02%

Conforme é possível verificar no gráfico abaixo, o índice de encaixe voluntário do Bradesco sofreu grandes variações durante o período de 2008 a 2010, o que indica as variações na capacidade de cobrir seus depósitos à vista. O pior desempenho foi durante o segundo trimestre de 2008 e, a partir de segundo trimestre de 2010, o índice aumentou expressivamente.

**GRÁFICO 15 - ENCAIXE VOLUNTÁRIO DO BRADESCO**

A liquidez imediata do Bradesco mostrou-se favorável durante os três anos analisados, embora tenha tido a menor média durante a crise de 2008. Nota-se que

em 2009 houve uma forte recuperação, como provável resultado das estratégias adotadas no período pós-crise, embora em 2010 o indicador tenha voltado a apresentar ligeira queda.

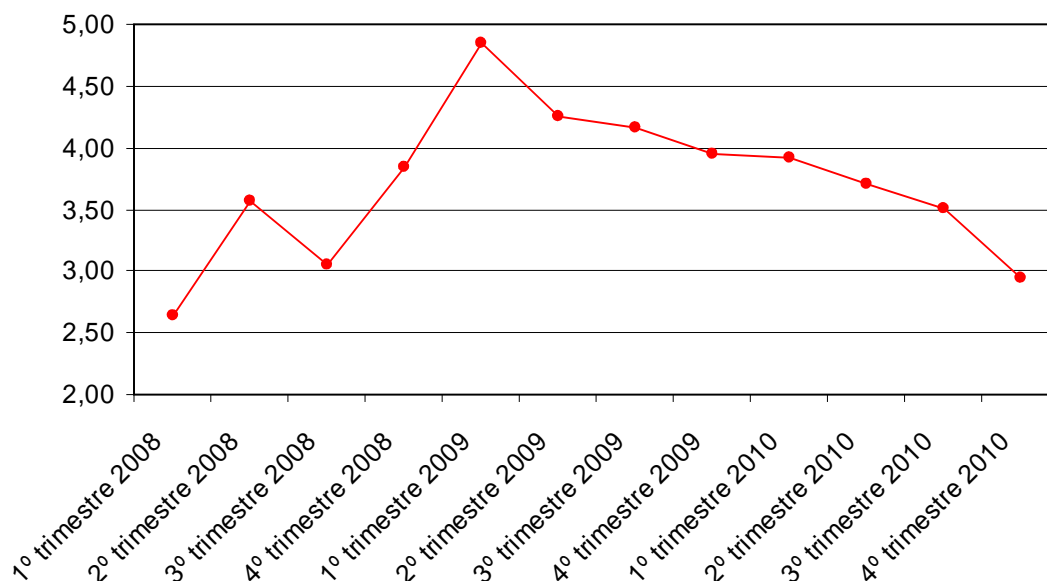


GRÁFICO 16 - LIQUIDEZ IMEDIATA DO BRADESCO

Por meio da análise do índice de empréstimos/depósitos do Bradesco verifica-se que em 2008, durante a crise, os empréstimos tiveram seu pico no segundo trimestre embora a média anual não ultrapasse a de 2010, sendo 64,92% contra 65,78%. Isso revela que a proporção dos empréstimos com relação aos depósitos foi maior em 2010 e não em 2008, ao contrário de sua capacidade de cobertura.

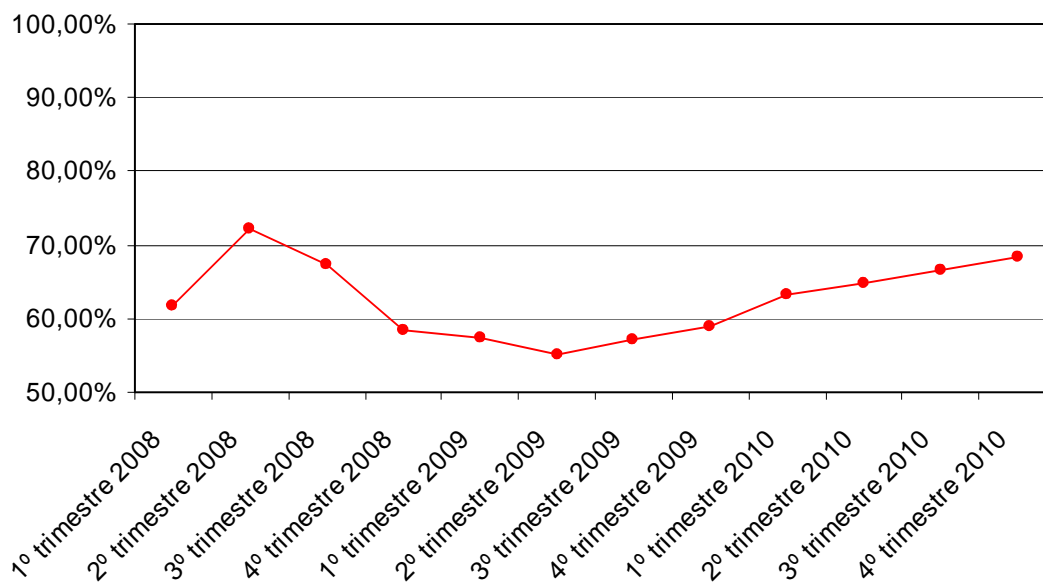


GRÁFICO 17 - ÍNDICE DE EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS DO BRADESCO

Com relação ao capital de giro próprio do Bradesco destaca-se o decréscimo linear ao longo do período, exceto pelo terceiro trimestre de 2009 quando houve uma queda bruta no valor, voltando aos mesmos patamares anteriores. O capital de giro próprio negativo indica a necessidade de recursos diferentes do patrimônio líquido para financiar as operações ativas, situação comum em instituições financeiras.

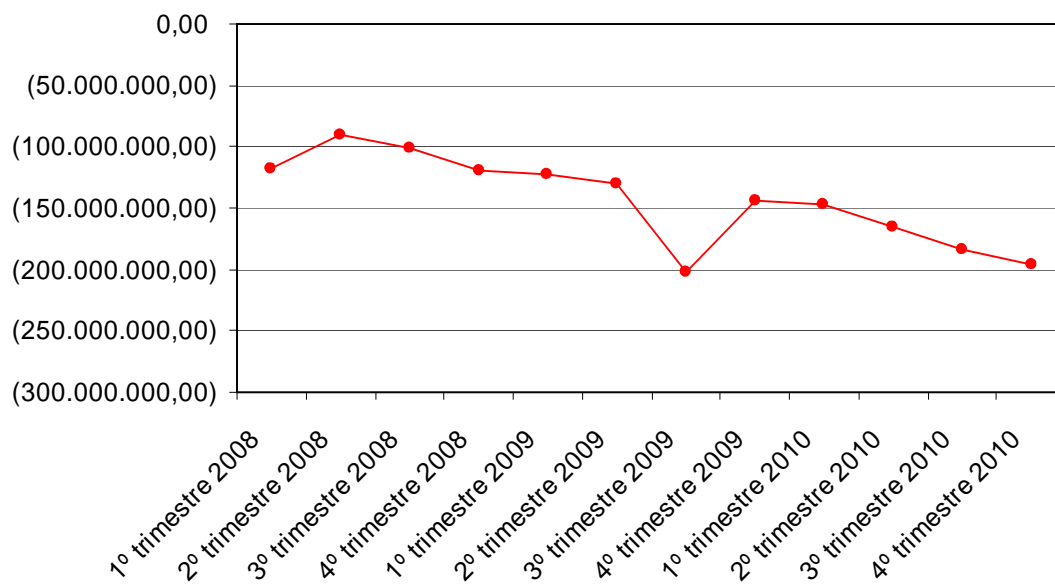


GRÁFICO 18 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO DO BRADESCO

A participação dos empréstimos do Bradesco não sofreu alterações significativas durante os anos de 2008, 2009 e 2010 e, conseqüentemente, a sua proporção de ativos totais que permaneceram aplicados em operações de crédito. Mesmo com a crise financeira, sua variação foi de 4,69% entre o menor valor, no segundo trimestre de 2009, e o maior valor, no primeiro trimestre de 2008. A média do período foi de 23,66%.

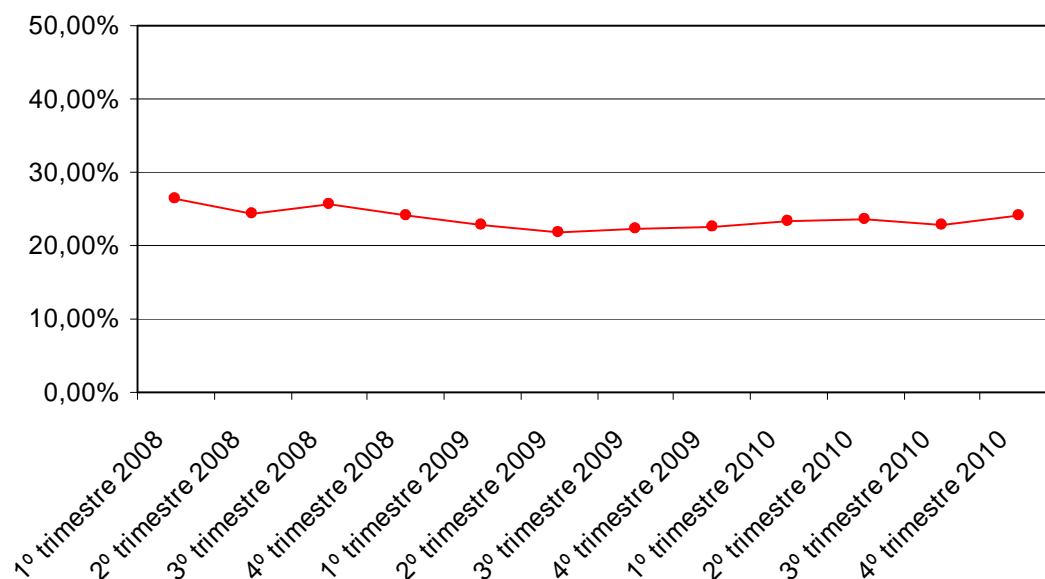


GRÁFICO 19 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DO BRADESCO

Os indicadores de capital e risco do Bradesco seguem abaixo.

TABELA 7 - INDICADORES DE CAPITAL E RISCO DO BRADESCO

	Independência Financeira	Leverage	Relação Capital/Depositantes	Imobilização do Capital Próprio	Índice de Sensibilidade dos Juros
1º trimestre 2008	9,73%	1028,05%	21,20%	126,17%	119,49%
2º trimestre 2008	8,60%	1162,66%	19,31%	149,06%	113,29%
3º trimestre 2008	8,34%	1199,44%	17,31%	149,18%	113,35%
4º trimestre 2008	7,47%	1338,20%	14,59%	192,67%	112,08%
1º trimestre 2009	7,29%	1372,16%	14,84%	191,61%	114,80%
2º trimestre 2009	7,66%	1305,12%	15,34%	202,01%	109,56%
3º trimestre 2009	7,92%	1262,19%	15,87%	198,20%	109,13%
4º trimestre 2009	8,18%	1222,46%	16,57%	198,60%	108,52%
1º trimestre 2010	8,03%	1244,83%	17,11%	192,49%	110,16%
2º trimestre 2010	7,76%	1288,64%	16,63%	211,05%	110,22%
3º trimestre 2010	7,43%	1345,83%	16,77%	206,69%	112,19%
4º trimestre 2010	7,56%	1321,91%	16,86%	205,77%	108,37%

Os indicadores de independência financeira do Bradesco apresentaram queda progressiva durante o ano de 2008. Após a crise, a relação entre os recursos próprios do banco e seus ativos totais esboçou uma recuperação, entretanto os valores voltaram a cair em 2010.

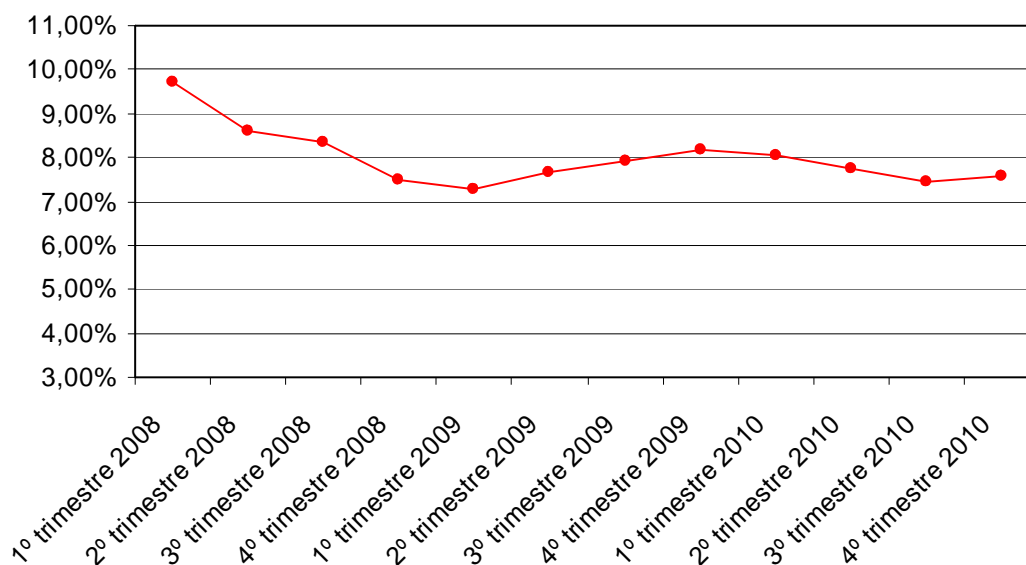


GRÁFICO 20 - INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DO BRADESCO

Na análise do *leverage* do Bradesco nota-se a alta variação durante o período, principalmente no ano da crise de 2008. Do primeiro trimestre de 2008 até o primeiro trimestre de 2009, o ativo cresceu quase 3,5 vezes em relação ao patrimônio líquido e, apesar da queda durante o ano de 2009, seus valores voltaram a se recuperar em 2010.

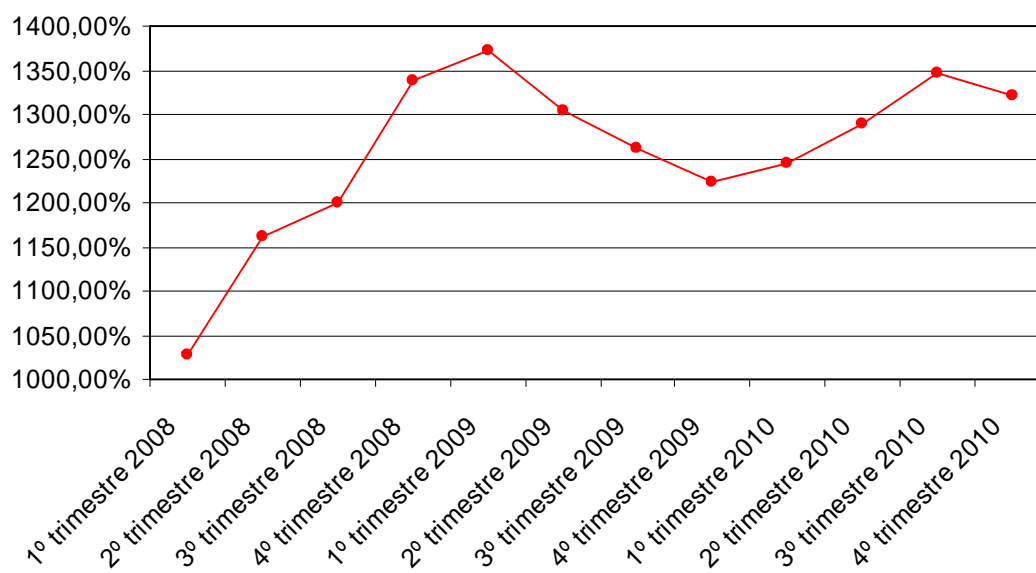


GRÁFICO 21 - LEVERAGE DO BRADESCO

A relação capital/depositantes do Bradesco apresentou declínio durante a crise, o que indica que a proporção de seus recursos aplicados contra seus passivos diminuiu 6,61% em um ano. Em 2009 e 2010 os valores não se alteraram significativamente, sendo que a média desses anos foi de 16,25%

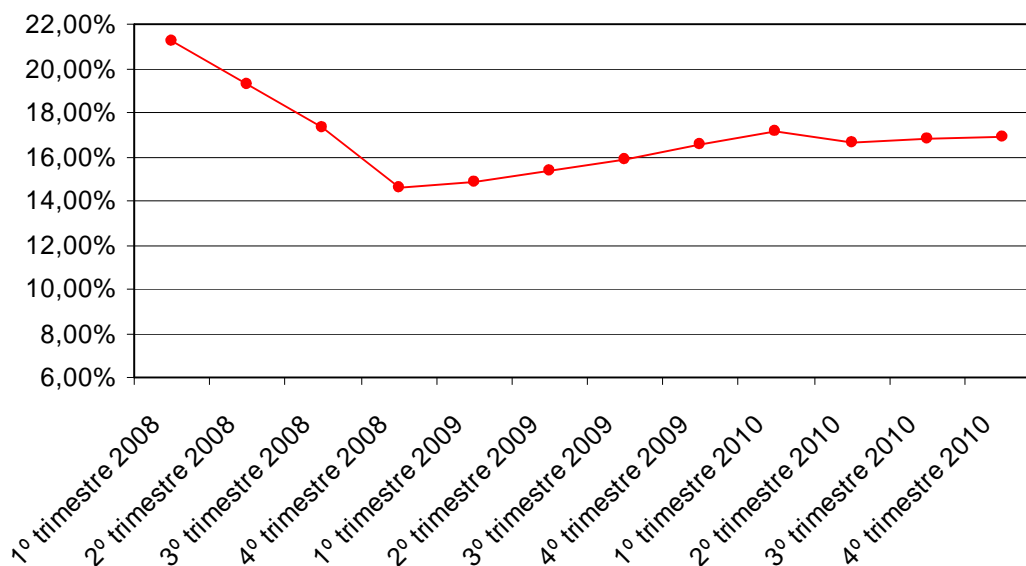


GRÁFICO 22 - RELAÇÃO CAPITAL/DEPOSITANTES DO BRADESCO

Utilizando-se da análise do indicador de imobilização do capital próprio do Bradesco é possível verificar que os valores de seus ativos permanentes são maiores que seu patrimônio líquido, pois durante todo o período esse índice esteve acima de 100%. Houve um salto de 66,51% entre o primeiro e o quarto trimestre de 2008, sendo que em 2009 e 2010 a oscilação não foi maior que 20%.

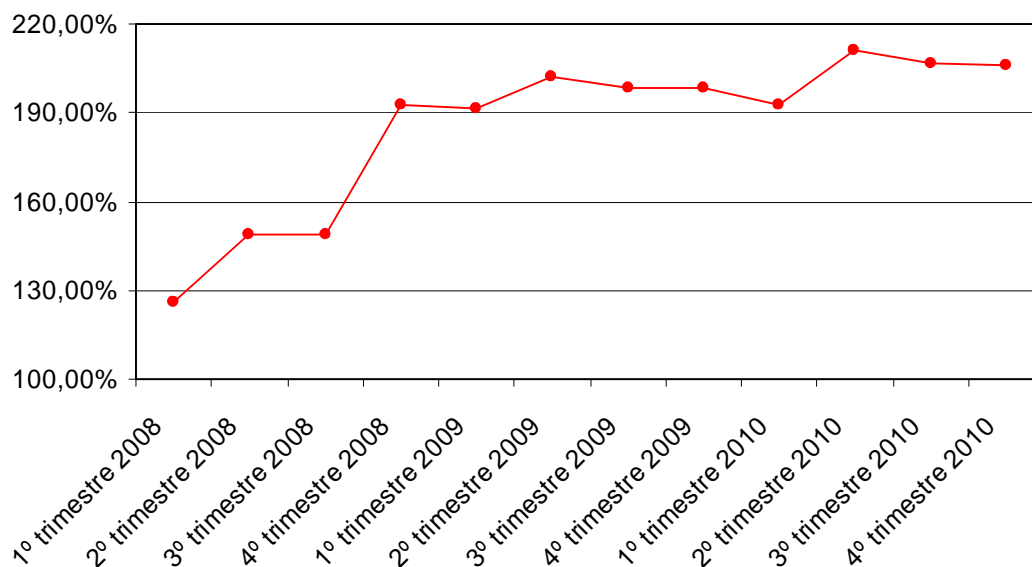


GRÁFICO 23 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO DO BRADESCO

O índice de sensibilidade dos juros do Bradesco mostrou-se mais vulnerável ao mercado no início de 2008 e também durante o período pós-crise, no início de 2009. Além disso, apesar de tais oscilações, a variação entre o maior e o menor valor do indicador não passa de 12%, quais sejam no primeiro trimestre de 2008 e no último trimestre de 2010.

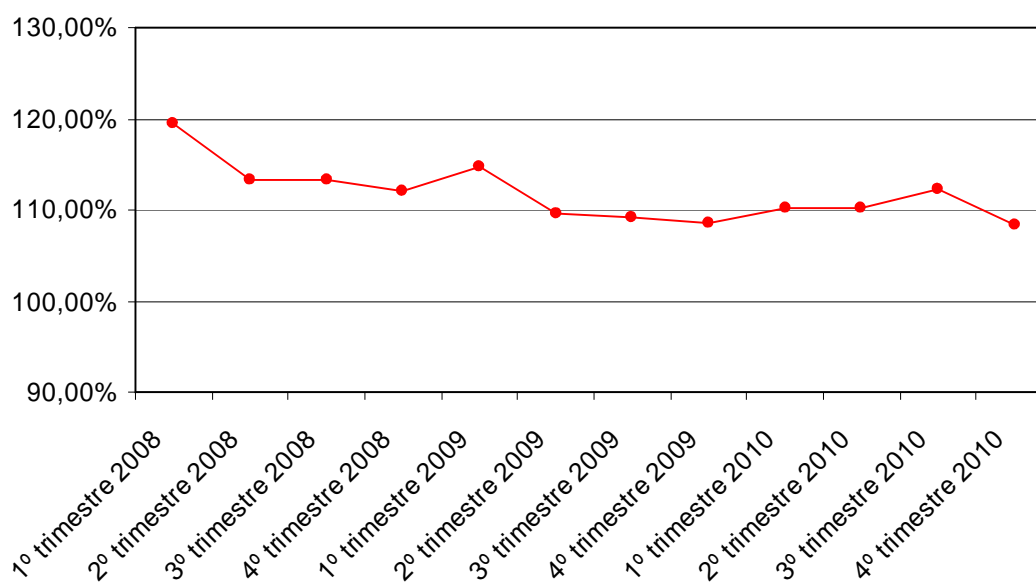


GRÁFICO 24 - ÍNDICE DE SENSIBILIDADE DOS JUROS DO BRADESCO

Verificam-se os indicadores de rentabilidade e lucratividade do Bradesco na tabela 8.

TABELA 8 - INDICADORES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE DO BRADESCO

	Taxa de Reinvestimento do Lucro	ROE	ROA	Índice de Eficiência Operacional
1º trimestre 2008	4,14%	6,39%	0,62%	35,80%
2º trimestre 2008	3,81%	5,94%	0,51%	32,56%
3º trimestre 2008	3,80%	5,59%	0,47%	31,58%
4º trimestre 2008	2,87%	4,69%	0,35%	32,39%
1º trimestre 2009	3,05%	4,88%	0,36%	27,05%
2º trimestre 2009	4,22%	6,16%	0,47%	26,12%
3º trimestre 2009	3,08%	4,66%	0,37%	32,48%
4º trimestre 2009	3,47%	5,22%	0,43%	36,16%
1º trimestre 2010	3,15%	4,88%	0,39%	31,48%
2º trimestre 2010	3,64%	5,43%	0,42%	29,34%
3º trimestre 2010	3,59%	5,48%	0,41%	28,17%
4º trimestre 2010	4,22%	6,22%	0,47%	29,70%

Durante o período estudado a taxa de reinvestimento do lucro do Bradesco sofreu grandes oscilações, sendo que o período no qual houve o menor percentual de lucro reinvestido foi no quarto trimestre de 2008. Os valores se igualaram no segundo trimestre de 2009 e no último trimestre de 2010, indicando o alto nível de investimento para recuperação após a crise, bem como os contínuos investimentos posteriores.

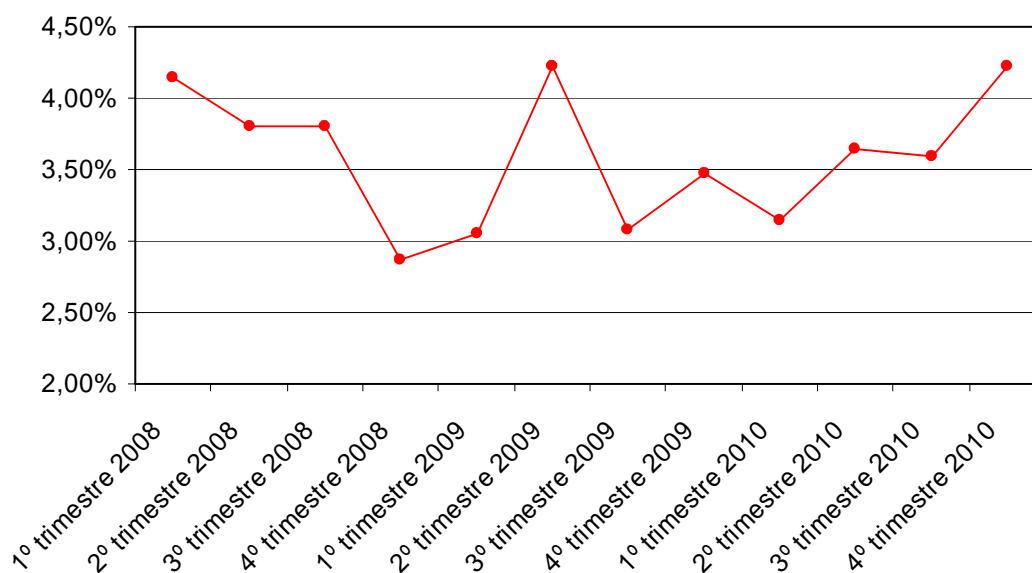


GRÁFICO 25 - TAXA DE REINVESTIMENTO DO LUCRO DO BRADESCO

Por meio da análise do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) do Bradesco verifica-se que houve queda de seu índice durante o ano de 2008, explicado pela crise financeira. Ainda, a melhor performance foi durante o segundo trimestre de 2009 quando também os níveis de reinvestimento foram mais altos. No último ano o indicador voltou a crescer, quase alcançando os valores do início de 2008, antes da crise.

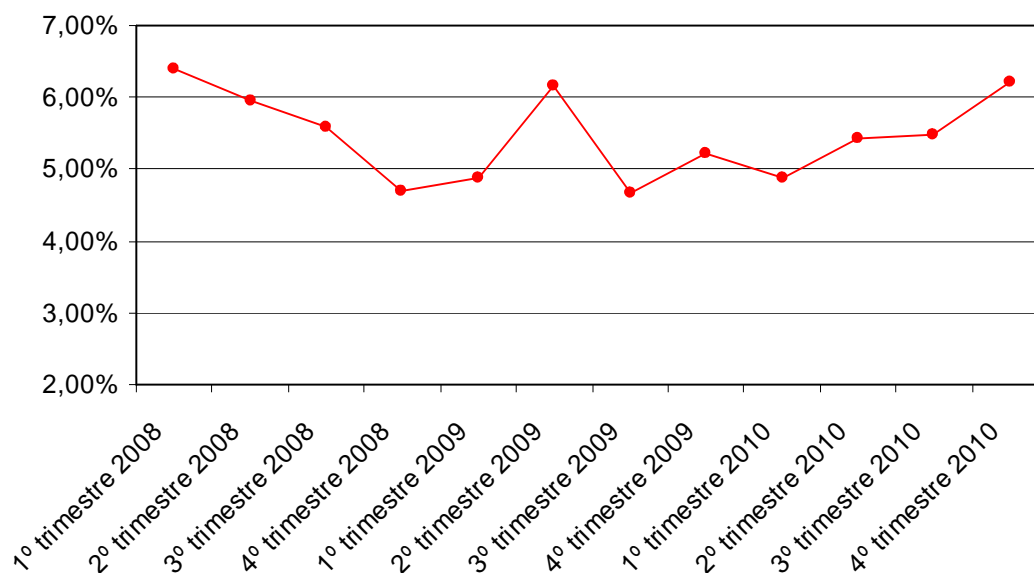


GRÁFICO 26 - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BRADESCO

Com relação ao retorno sobre investimento total (ROA) do Bradesco, a queda dos percentuais durante o primeiro ano do período estudado foi ainda maior. Nota-se que, mesmo durante o segundo trimestre de 2009 até o final de 2010, os resultados não superaram ou atingiram os níveis do primeiro trimestre de 2008, antes da crise.

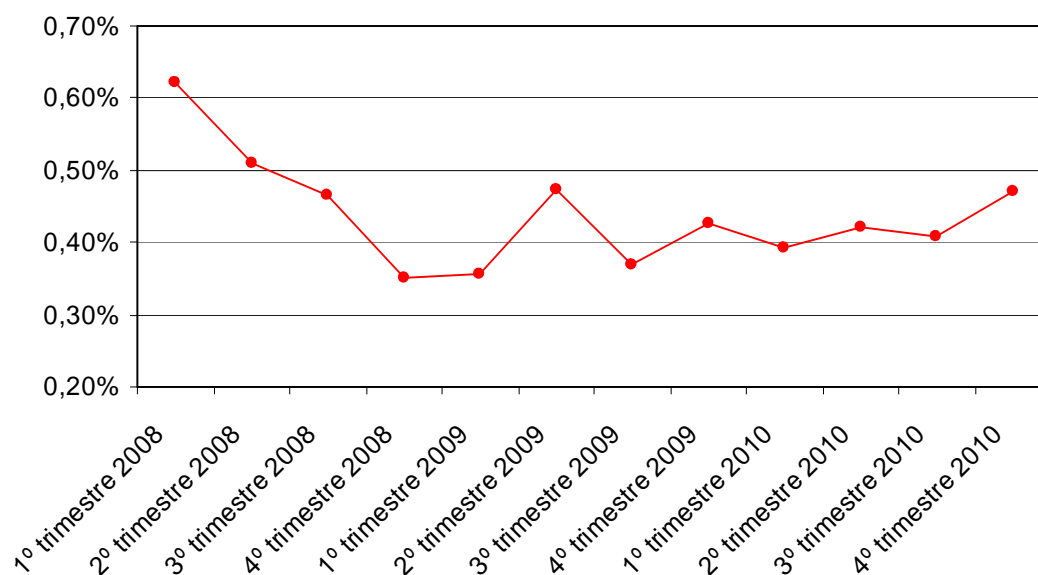


GRÁFICO 27 - RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL DO BRADESCO

A relação entre as despesas e receitas operacionais do Bradesco sofreu leve queda durante o ano de 2008. Seu índice de eficiência operacional apresentou melhor resultado no primeiro semestre de 2009, quando a média foi de 26,58%. Após esse período, houve grande variação dos valores e leve declínio, sendo a média do ano de 2010 de 29,67%.

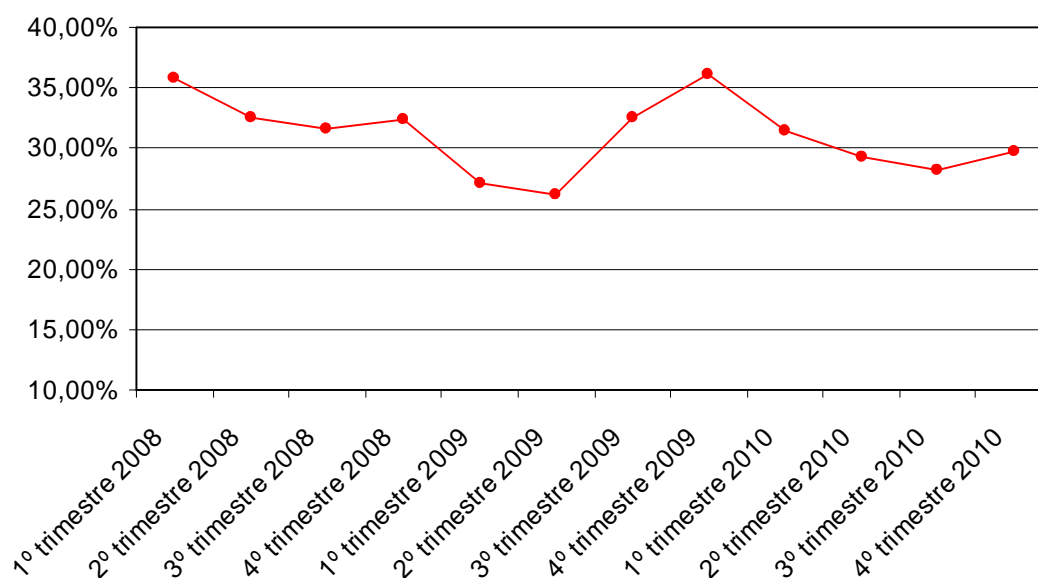


GRÁFICO 28 - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO BRADESCO

4.1.3 Caixa Econômica Federal

Demonstram-se na tabela abaixo os indicadores de solvência de liquidez da Caixa Econômica Federal.

TABELA 9 - INDICADORES DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

	Encaixe voluntário	Liquidez Imediata	Índice Empréstimos/ Depósitos	Capital de Giro Próprio	Participação dos Empréstimos
1º trimestre 2008	0,19	1,48	40,75%	(121.518.983,00)	21,00%
2º trimestre 2008	0,19	1,71	42,95%	(134.466.522,00)	21,98%
3º trimestre 2008	0,21	2,30	43,93%	(133.540.708,00)	22,95%
4º trimestre 2008	0,20	2,69	48,37%	(143.624.651,00)	24,72%
1º trimestre 2009	0,19	3,59	51,96%	(146.630.421,00)	26,19%
2º trimestre 2009	0,19	3,13	56,41%	(153.622.664,00)	28,21%
3º trimestre 2009	0,21	4,10	60,42%	(162.419.658,00)	30,25%
4º trimestre 2009	0,19	1,95	68,84%	(175.033.157,00)	33,79%
1º trimestre 2010	0,16	2,33	70,57%	(178.568.982,00)	34,45%
2º trimestre 2010	0,18	1,93	76,15%	(186.918.203,00)	36,58%
3º trimestre 2010	0,19	2,10	80,03%	(195.975.378,00)	38,04%
4º trimestre 2010	0,18	0,80	81,69%	(199.461.528,00)	41,01%

O encaixe voluntário da Caixa Econômica Federal não teve muitas oscilações durante o período estudado, sendo que a maior variação foi de 0,05 entre os valores do terceiro trimestre de 2008 e de 2009 e o primeiro trimestre de 2010. Isso indica que, independentemente da crise, a CEF não teve dificuldades no que concerne ao cumprimento de seus depósitos à vista.

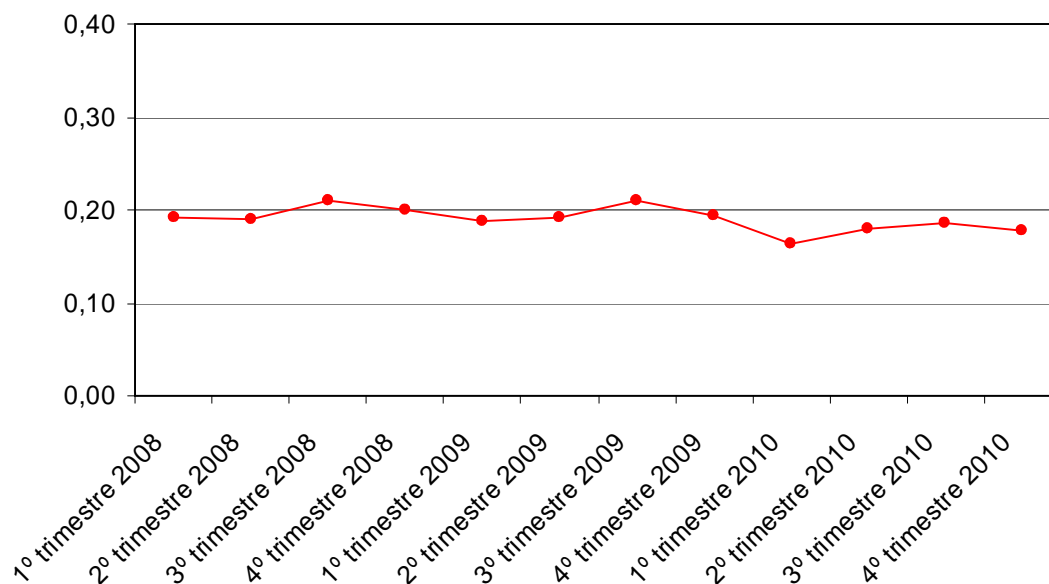


GRÁFICO 29 - ENCAIXE VOLUNTÁRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A liquidez financeira da Caixa Econômica Federal apresentou alterações em seu índice principalmente em 2009 e 2010, no período pós-crise financeira. Verifica-se que o nível de recursos disponíveis com relação aos depósitos aumentou em 2008 até meados de 2009, quando caiu bruscamente. Apesar disso, o indicador mostrou-se desfavorável apenas no último trimestre de 2010, quando seu valor foi inferior a 1,0.

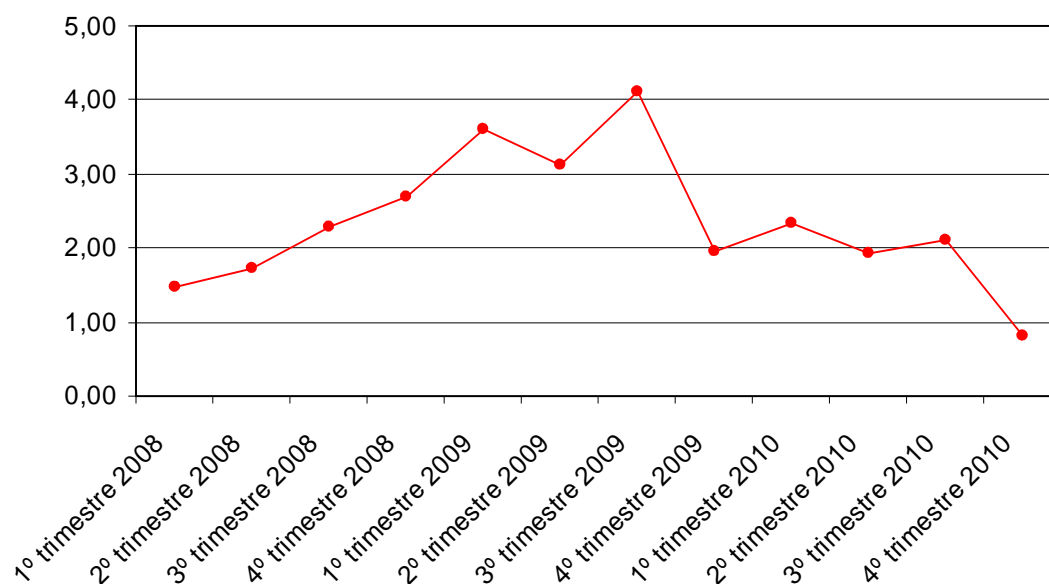


GRÁFICO 30 - LIQUIDEZ IMEDIATA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Ao efetuar a análise do índice de empréstimos/depósitos da CEF é possível verificar um crescimento constante durante todos os trimestres dos três anos estudados. Isso indica que os valores em operações de crédito foram superiores aos depósitos, além de possibilitar à instituição uma maior lucratividade por meio do *spread*, ou seja, a diferença entre as taxas cobradas ao emprestar e captar recursos.

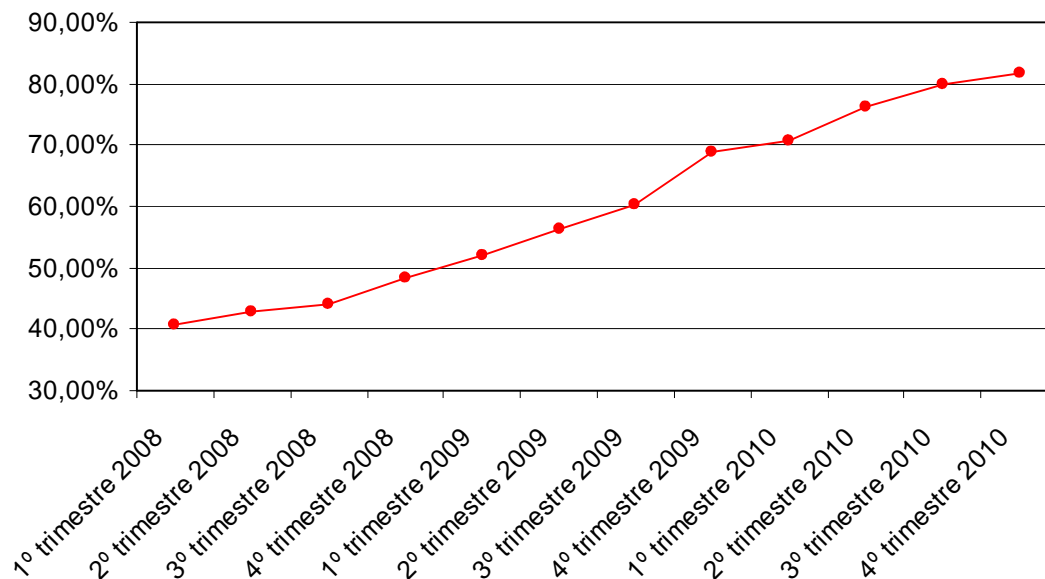


GRÁFICO 31 - ÍNDICE DE EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O capital de giro próprio da Caixa Econômica Federal apresentou decréscimo em quase todo o período analisado, exceto pelo terceiro trimestre de 2008 quando o valor foi ligeiramente mais elevado que no trimestre anterior. Isso demonstra que os valores em ativo permanente e realizável a longo prazo da CEF excederam cada vez mais seu patrimônio líquido.

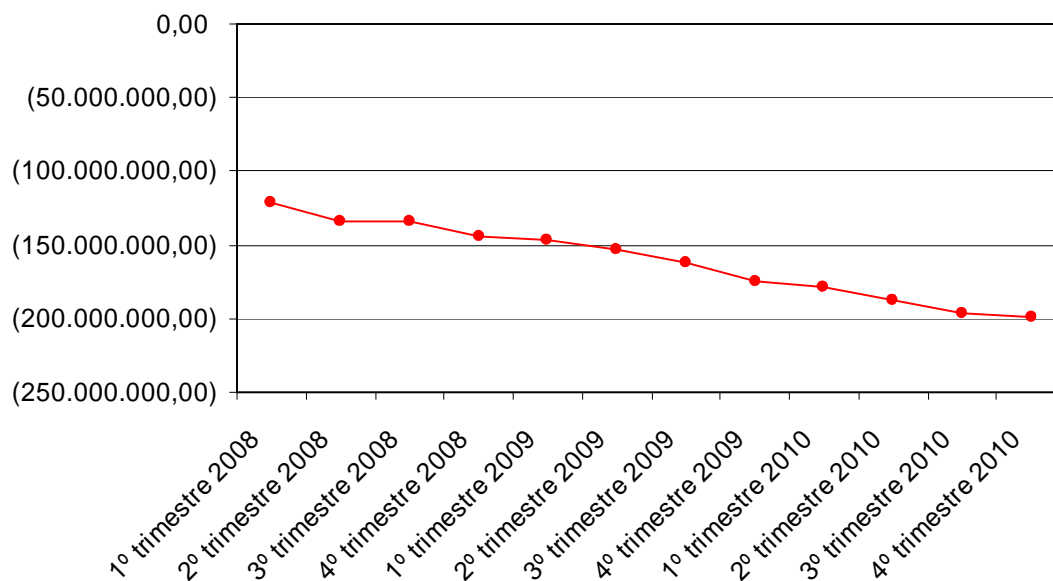


GRÁFICO 32 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Na Caixa Econômica Federal a participação dos empréstimos aumentou em escala praticamente constante do início de 2008 até o final de 2010, sendo sua média de 29,93%. Representa o indicativo de que a proporção entre seus ativos aplicados em operações de crédito também foi incrementada, assim como o índice de empréstimos/depósitos apresentado anteriormente.

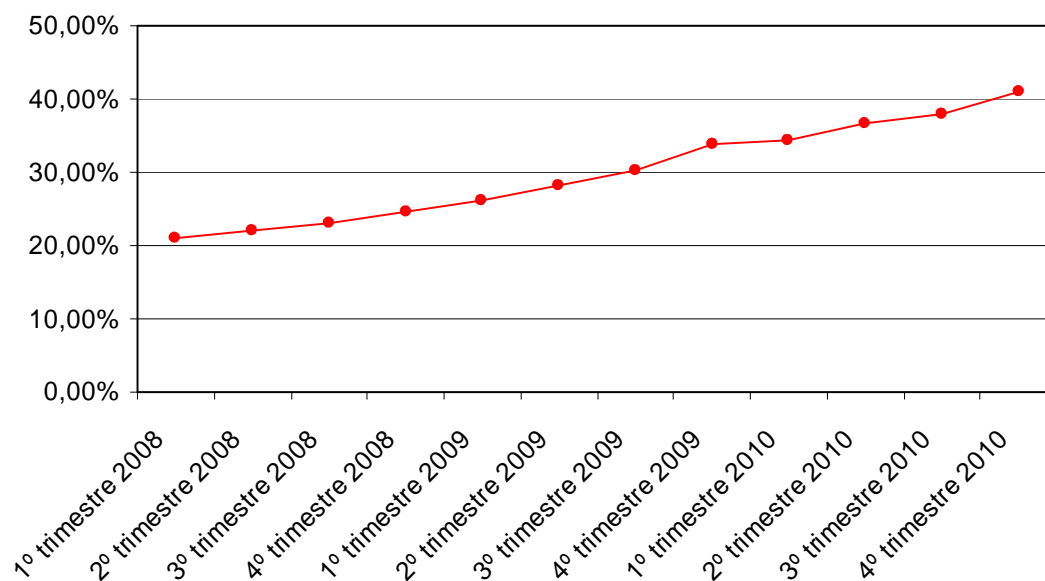


GRÁFICO 33 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Na tabela 10 estão descritos os indicadores de capital e risco da Caixa Econômica Federal.

TABELA 10 - INDICADORES DE CAPITAL E RISCO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

	Independência Financeira	Leverage	Relação Capital/Depositantes	Imobilização do Capital Próprio	Índice de Sensibilidade dos Juros
1º trimestre 2008	4,44%	2253,94%	7,85%	22,70%	132,21%
2º trimestre 2008	4,72%	2118,51%	8,43%	21,18%	135,03%
3º trimestre 2008	4,42%	2261,82%	7,75%	22,52%	133,68%
4º trimestre 2008	4,29%	2329,22%	7,68%	26,20%	132,74%
1º trimestre 2009	4,15%	2408,35%	7,56%	25,39%	131,18%
2º trimestre 2009	4,17%	2397,04%	7,68%	28,52%	132,03%
3º trimestre 2009	3,61%	2771,30%	6,66%	32,29%	131,20%
4º trimestre 2009	3,85%	2600,71%	7,28%	39,79%	134,94%
1º trimestre 2010	3,77%	2653,06%	7,20%	38,70%	136,99%
2º trimestre 2010	3,75%	2666,89%	7,30%	38,53%	139,64%
3º trimestre 2010	4,08%	2452,63%	8,04%	34,75%	143,18%
4º trimestre 2010	3,85%	2600,34%	7,17%	40,49%	149,09%

A independência financeira da CEF não sofreu alterações expressivas durante o período da pesquisa. A variação máxima foi de menos de 1%, entre o segundo trimestre de 2008 e o segundo trimestre de 2010. A média dos três anos foi de 4,09%.

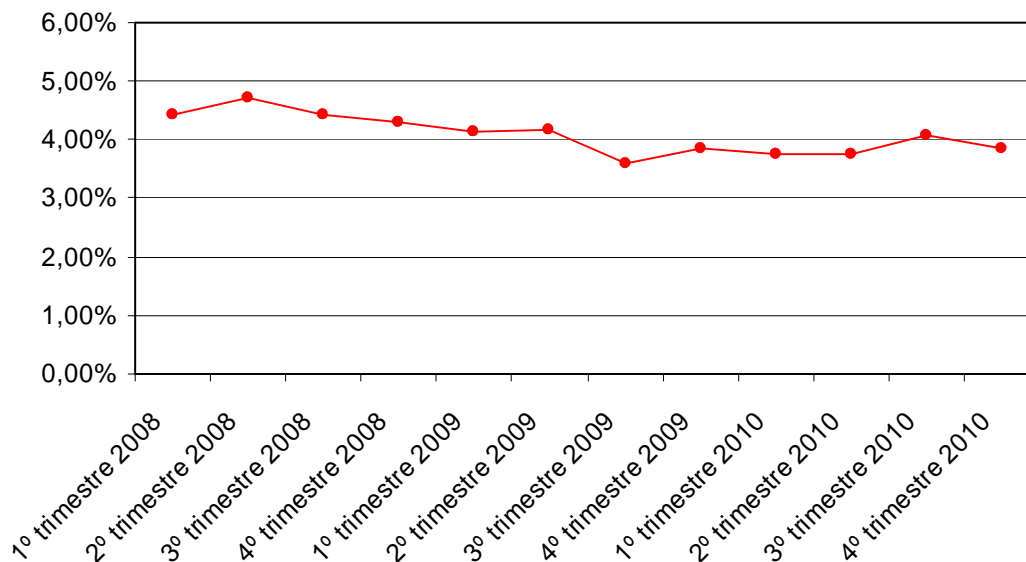


GRÁFICO 34 - INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Ao contrário da independência financeira, o *leverage* da Caixa Econômica Federal oscilou consideravelmente durante o período. Este índice, que demonstra e mensura a relação entre o ativo total e os recursos próprios, teve seu menor valor no segundo trimestre de 2008, quando a proporção era de 21,18 vezes. Por sua vez, o pico foi no terceiro trimestre de 2009, quando o ativo era 27,71 vezes maior que o patrimônio líquido.

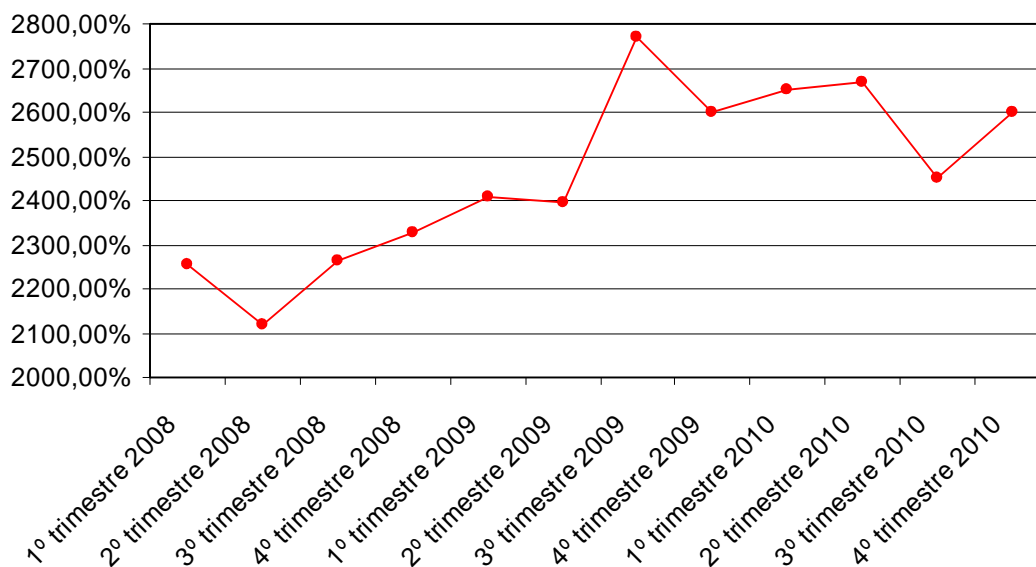


GRÁFICO 35 - LEVERAGE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Por intermédio da análise da relação capital/depositantes da Caixa Econômica Federal verifica-se que seus valores não tiveram muitas oscilações, exceto pela leve diminuição no terceiro trimestre de 2009. Isso indica que o patrimônio líquido e montante em depósitos mantiveram sua proporcionalidade ao longo dos anos, apesar da crise financeira.

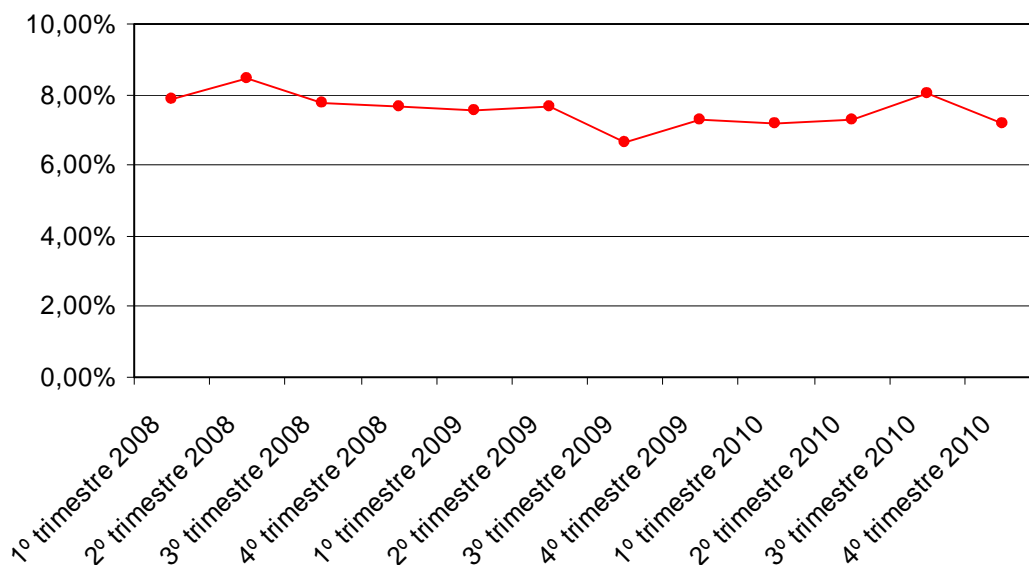


GRÁFICO 36 - RELAÇÃO CAPITAL/DEPOSITANTES DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O indicador de imobilização do capital próprio da CEF demonstra que os investimentos em ativos permanentes oriundos do capital próprio da instituição foram maiores a partir do quarto trimestre de 2009. Do início de 2008 até o final de 2009 a média foi de 25,54%, quando depois passou a ser de 38,45%. Esses valores representam a proporção do imobilizado com relação ao patrimônio líquido da Caixa Econômica Federal.

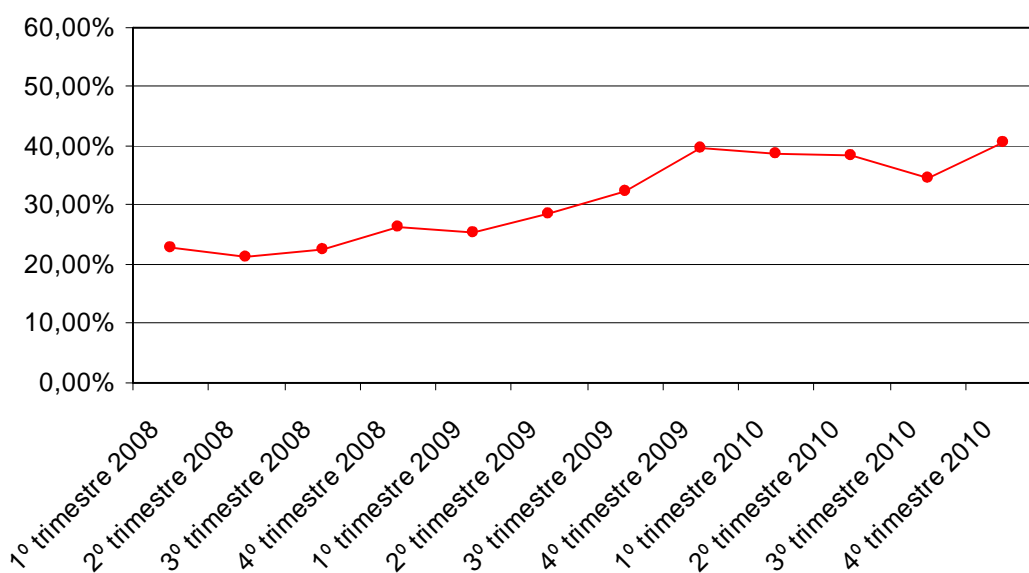


GRÁFICO 37 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O índice de sensibilidade dos juros da Caixa Econômica Federal mostrou-se estável durante os dois primeiros anos analisados. Porém, a partir do último trimestre de 2009 os valores só aumentaram. A média dos três anos foi de 135,99%, indicando a vulnerabilidade de seus ativos e passivos sensíveis às taxas de juros do mercado.

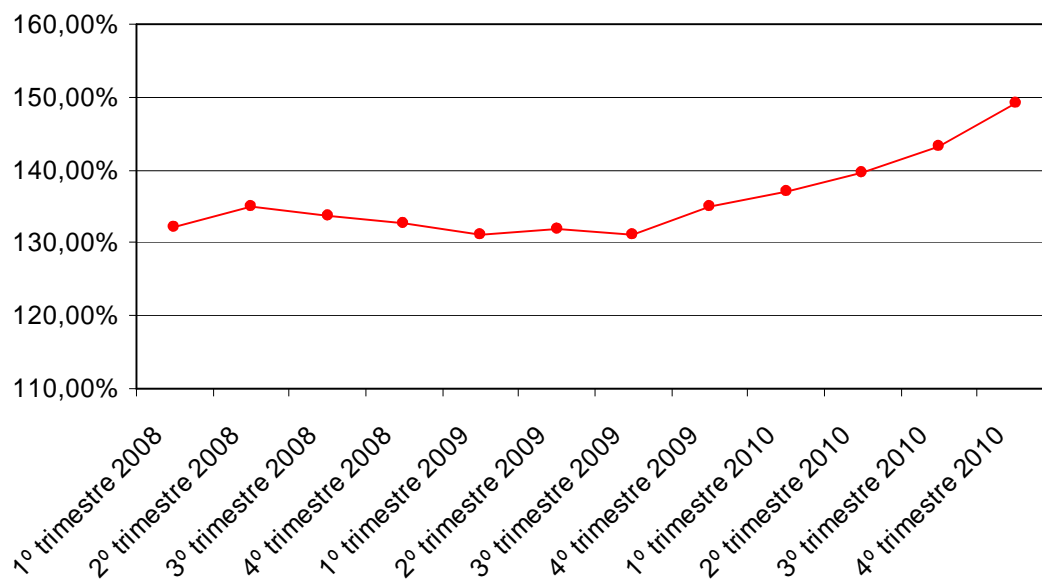


GRÁFICO 38 - ÍNDICE DE SENSIBILIDADE DOS JUROS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A seguir estão apresentados os indicadores de rentabilidade e lucratividade da Caixa Econômica Federal.

TABELA 11 - INDICADORES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

	Taxa de Reinvestimento do Lucro	ROE	ROA	Índice de Eficiência Operacional
1º trimestre 2008	7,73%	7,73%	0,34%	54,71%
2º trimestre 2008	8,67%	13,38%	0,63%	61,84%
3º trimestre 2008	4,66%	5,92%	0,26%	54,66%
4º trimestre 2008	-1,68%	4,86%	0,21%	56,19%
1º trimestre 2009	3,48%	3,48%	0,14%	55,69%
2º trimestre 2009	2,41%	5,23%	0,22%	59,43%
3º trimestre 2009	6,29%	7,05%	0,25%	68,06%
4º trimestre 2009	5,96%	7,40%	0,28%	67,21%
1º trimestre 2010	4,29%	5,66%	0,21%	63,07%
2º trimestre 2010	4,90%	6,23%	0,23%	60,57%
3º trimestre 2010	2,27%	4,58%	0,19%	59,48%
4º trimestre 2010	6,30%	8,73%	0,34%	66,44%

A taxa de reinvestimento do lucro da CEF teve significativas alterações durante os anos de 2008, 2009 e 2010. É importante ressaltar que no primeiro trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009 não foram identificadas evidências de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Sendo assim, em ambos os períodos o valor de dividendos para fins de cálculo foi considerado como sendo zero. Verifica-se que, a partir do segundo trimestre de 2008, a taxa de reinvestimento do lucro sofreu uma brusca queda, atingindo valor negativo no início de 2009. Tal fato pode indicar a ausência de novos investimentos originados por meio da variação do patrimônio líquido.

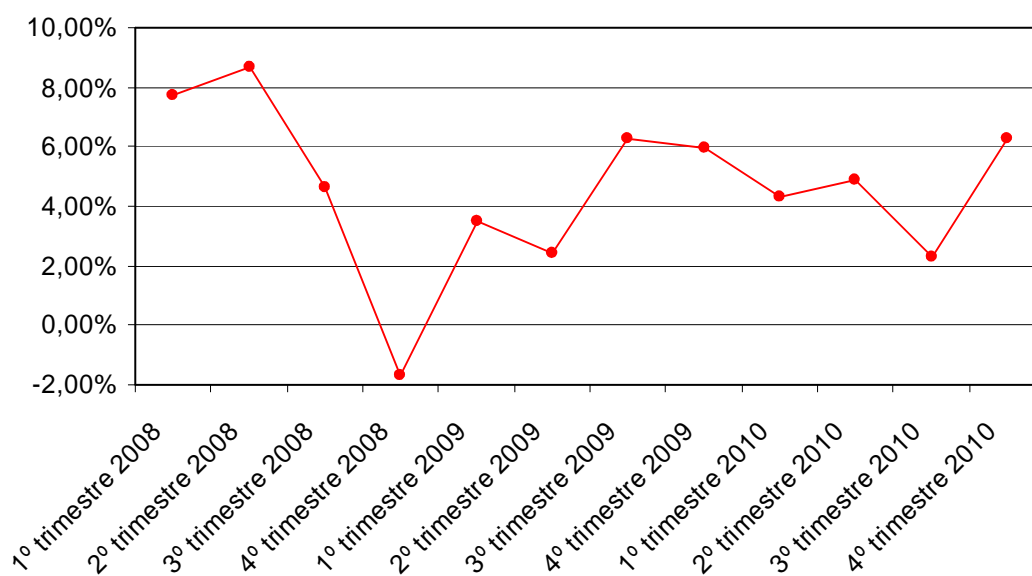


GRÁFICO 39 - TAXA DE REINVESTIMENTO DO LUCRO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) da Caixa Econômica Federal demonstra que o maior índice ocorreu no segundo trimestre de 2008, antes do auge da crise financeira. Depois desse período, o pior resultado foi no segundo trimestre de 2009, quando os valores voltaram a crescer. A média de todo o período estabeleceu-se em 6,69%, que representa a proporção do lucro líquido sobre o capital próprio. Nos trimestres em que não houve a distribuição de dividendos o ROE foi igual à taxa de reinvestimento do lucro (primeiro trimestre de 2008 e 2009).

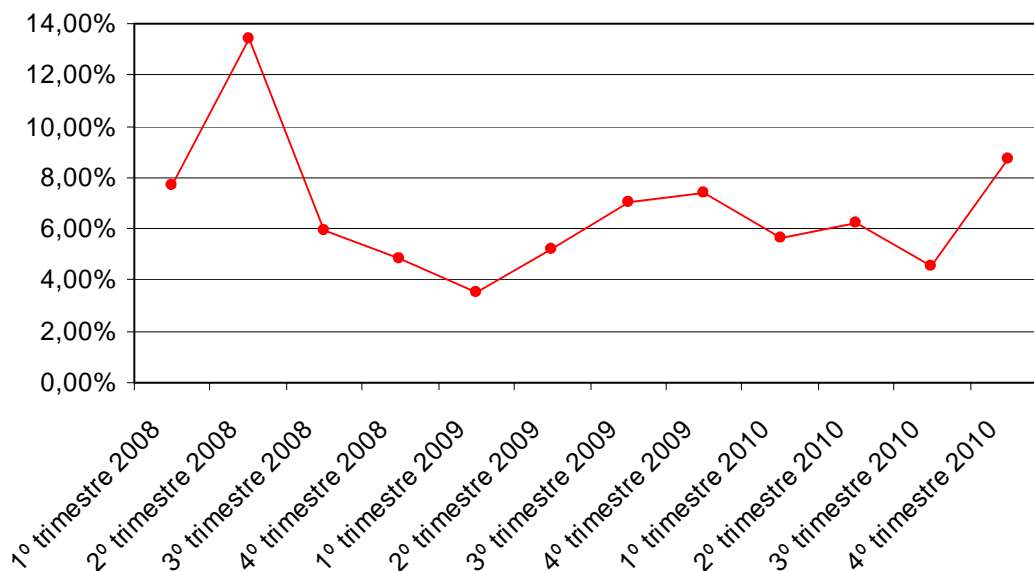


GRÁFICO 40 - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Assim como o ROE, retorno sobre investimento total (ROA) da Caixa Econômica Federal demonstrou melhores resultados antes da crise, no primeiro semestre de 2008. Depois desse período o indicador demonstrou poucas oscilações, sendo sua média a partir do terceiro trimestre de 2008 de 0,23%.

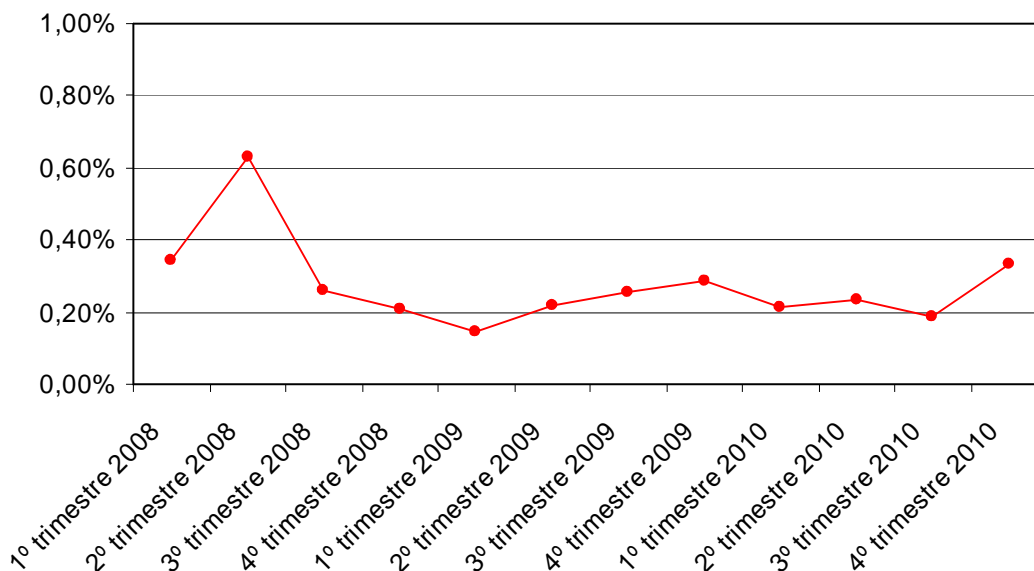


GRÁFICO 41 - RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O índice de eficiência operacional da CEF demonstrou que, durante o final de 2008 e início de 2009 a proporção das despesas operacionais e da receita teve os menores valores de todo o período analisado. É possível apontar uma eventual contenção de recursos durante e imediatamente após a crise financeira para evitar consequências financeiras mais drásticas.

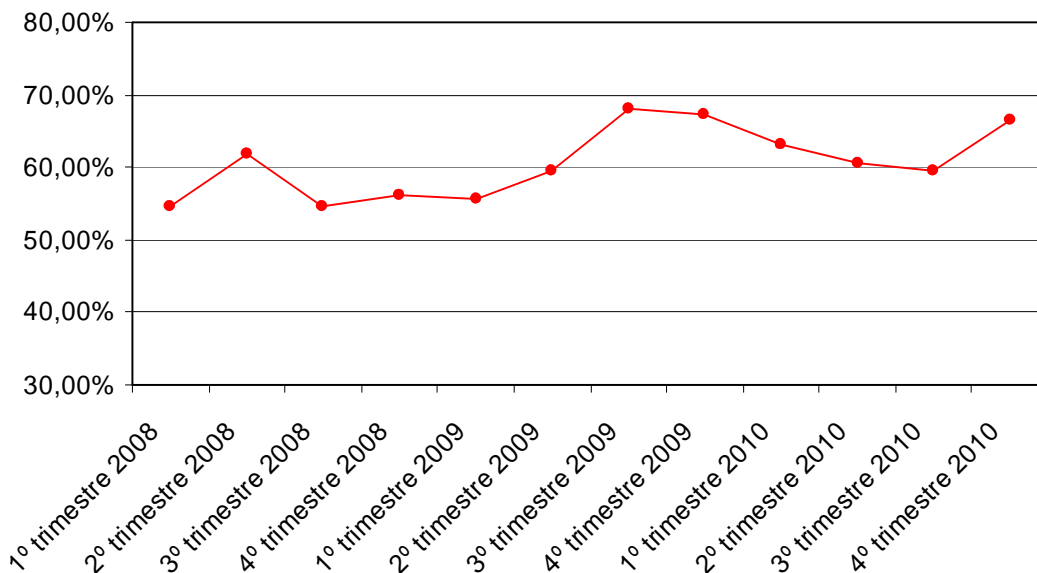


GRÁFICO 42 - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

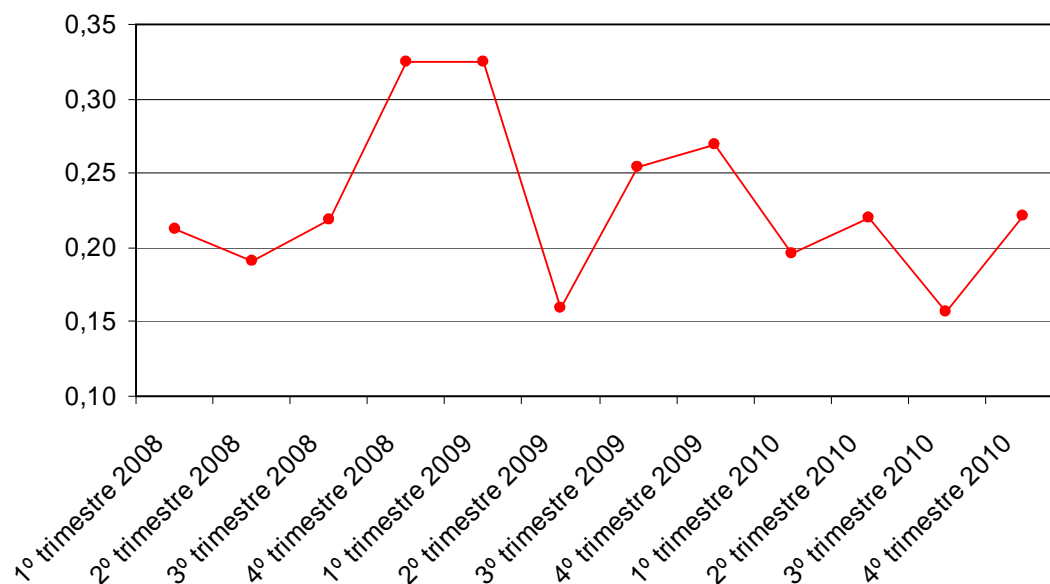
4.1.4 HSBC

Os indicadores de solvência e liquidez do HSBC são evidenciados na tabela 12.

TABELA 12 - INDICADORES DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ DO HSBC

	Encaixe voluntário	Liquidez Imediata	Índice Empréstimos/ Depósitos	Capital de Giro Próprio	Participação dos Empréstimos
1º trimestre 2008	0,21	1,90	56,90%	(18.648.885,00)	31,66%
2º trimestre 2008	0,19	2,16	54,06%	(25.350.814,00)	29,20%
3º trimestre 2008	0,22	2,50	49,81%	(29.564.367,00)	26,65%
4º trimestre 2008	0,33	2,95	49,31%	(29.112.341,00)	27,35%
1º trimestre 2009	0,33	2,97	48,27%	(28.142.469,00)	27,85%
2º trimestre 2009	0,16	3,25	46,81%	(28.897.933,00)	26,54%
3º trimestre 2009	0,25	3,80	46,61%	(28.020.625,00)	26,05%
4º trimestre 2009	0,27	3,19	46,86%	(27.002.001,00)	28,49%
1º trimestre 2010	0,20	3,16	44,56%	(29.712.406,00)	26,09%
2º trimestre 2010	0,22	2,31	46,03%	(30.856.620,00)	26,34%
3º trimestre 2010	0,16	2,64	45,66%	(31.506.256,00)	25,01%
4º trimestre 2010	0,22	1,62	49,04%	(32.714.564,00)	29,39%

O encaixe voluntário do HSBC apresentou fortes variações durante o período analisado. Os piores resultados foram no segundo trimestre de 2009, após a crise financeira, e no terceiro trimestre de 2010, quando demonstrou dificuldades caso fosse necessário cobrir todos os recursos de depósitos à vista.

**GRÁFICO 43 - ENCAIXE VOLUNTÁRIO DO HSBC**

Por meio da análise da liquidez imediata do HSBC nota-se que o nível de seus recursos utilizados para cumprir com as obrigações imediatas aumentou consideravelmente durante e após a crise financeira, nos anos de 2008 e 2009.

Esse indicador só voltou a cair em meados de 2010, sendo a média de todo o período de 2,70.

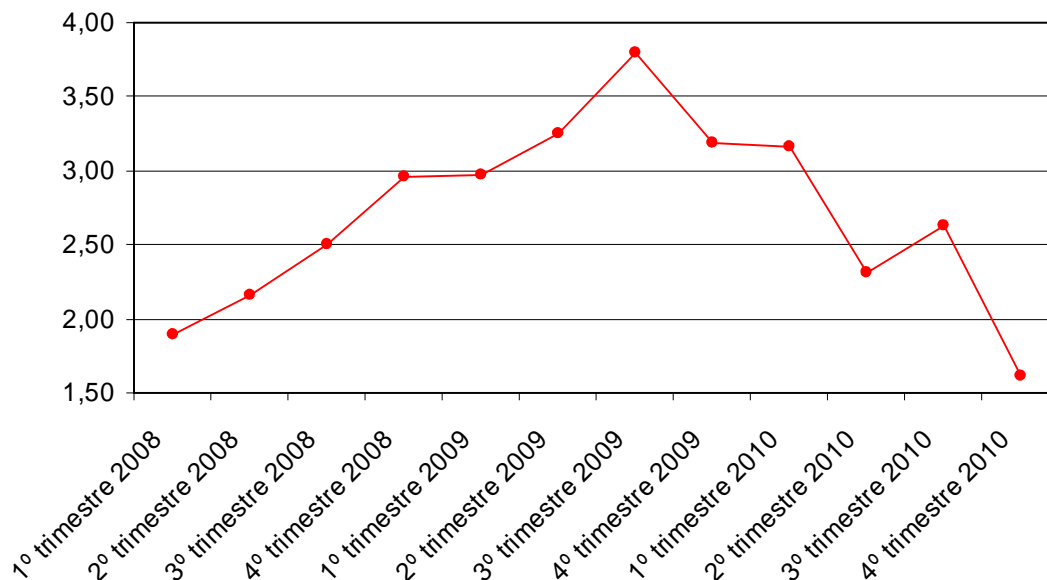


GRÁFICO 44 - LIQUIDEZ IMEDIATA DO HSBC

O índice de empréstimos/depósitos do HSBC mostrou estabilidade, com leve decréscimo, durante os anos analisados. Isso indica que a proporção entre seus empréstimos concedidos e os depósitos captados não sofreu grandes alterações. A média de 2008 a 2010 ficou em 48,66%.

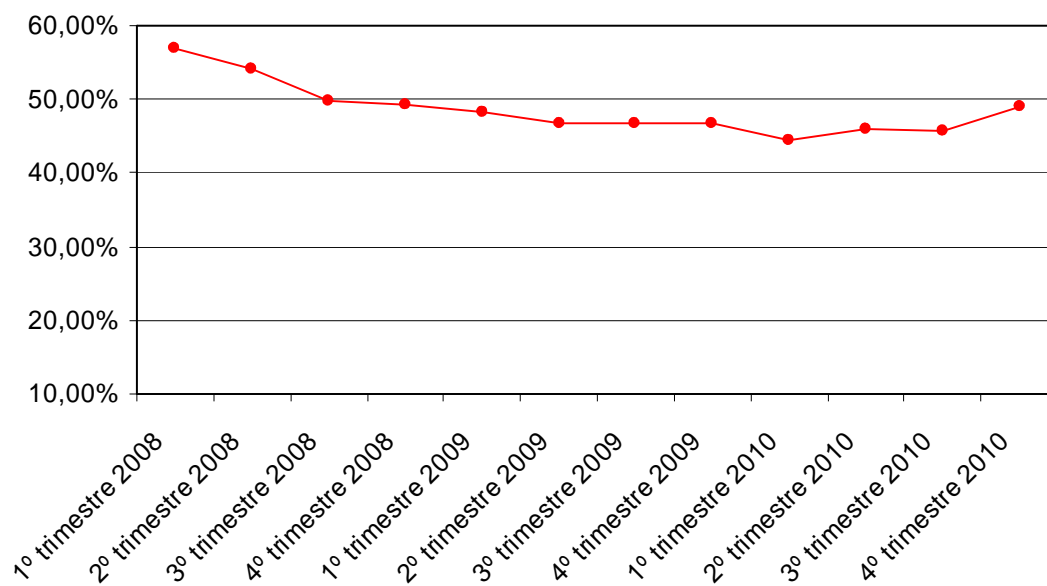


GRÁFICO 45 - ÍNDICE DE EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS DO HSBC

O capital de giro próprio do HSBC apresentou redução apenas durante o primeiro semestre de 2008. No restante do período verifica-se que a diferença entre seu ativo não circulante e seu patrimônio líquido não oscilou de maneira expressiva, tendo leve decréscimo em 2010.

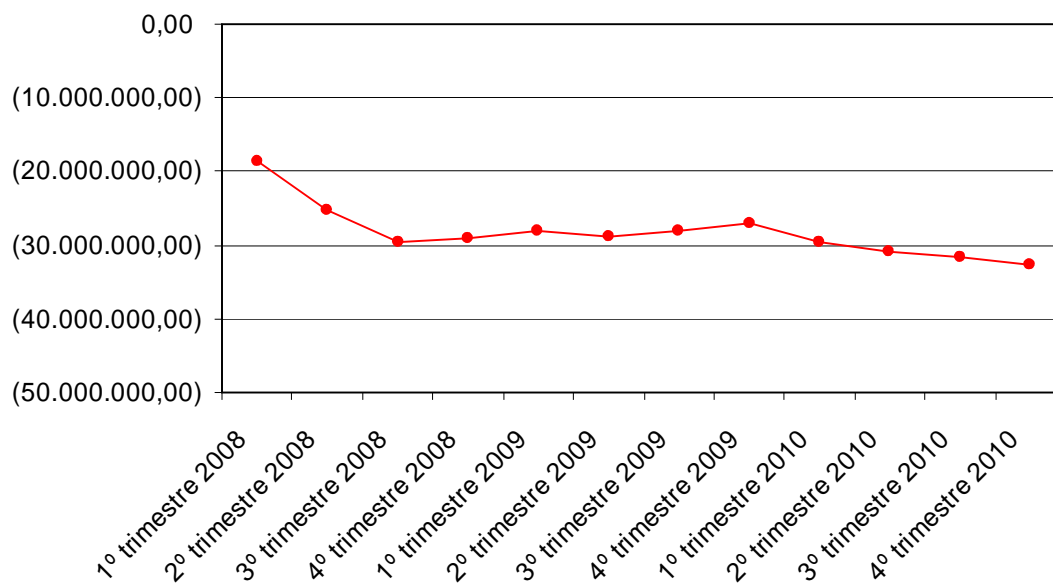


GRÁFICO 46 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO DO HSBC

A participação dos empréstimos do HSBC apresentou estabilidade em todos os anos, apesar da crise financeira. Isso indica que, proporcionalmente, a parcela de seus ativos totais aplicada em empréstimos não se alterou. A média foi de 27,55% no período e a maior variação foi de 6,66% entre o primeiro trimestre de 2008 e o terceiro trimestre de 2010.

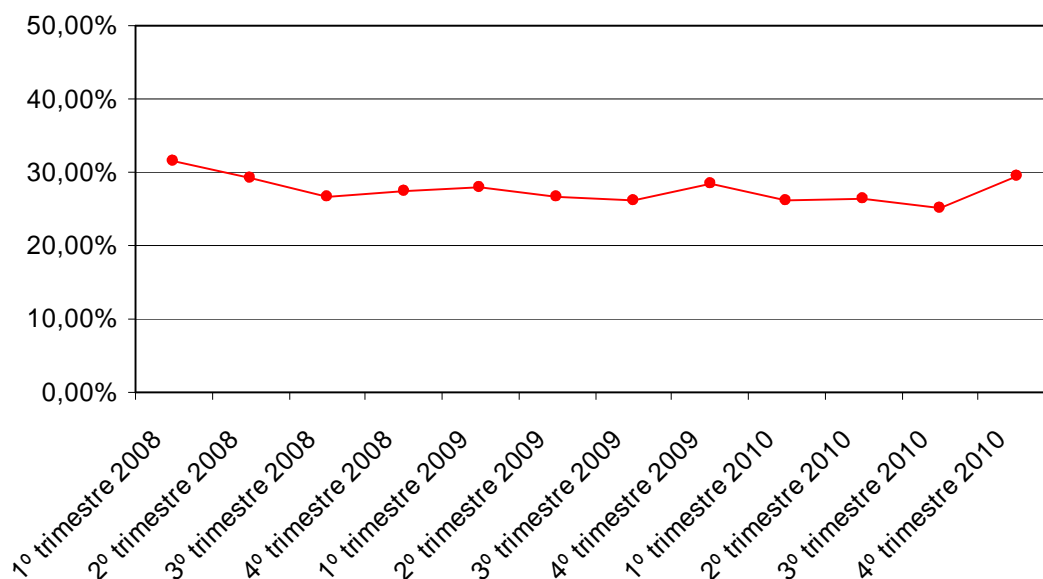


GRÁFICO 47 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DO HSBC

São demonstrados abaixo os indicadores de capital e risco do HSBC.

TABELA 13 - INDICADORES DE CAPITAL E RISCO DO HSBC

	Independência Financeira	Leverage	Relação Capital/Depositantes	Imobilização do Capital Próprio	Índice de Sensibilidade dos Juros
1º trimestre 2008	6,35%	1575,15%	10,82%	130,01%	134,31%
2º trimestre 2008	5,98%	1671,06%	10,49%	139,35%	140,62%
3º trimestre 2008	5,18%	1930,82%	9,14%	151,62%	143,68%
4º trimestre 2008	5,32%	1881,26%	8,97%	161,28%	136,70%
1º trimestre 2009	5,29%	1891,33%	8,49%	182,11%	131,79%
2º trimestre 2009	5,26%	1899,60%	8,49%	187,44%	134,81%
3º trimestre 2009	5,33%	1875,70%	8,62%	192,75%	127,99%
4º trimestre 2009	7,09%	1409,68%	10,56%	158,10%	122,21%
1º trimestre 2010	6,27%	1594,62%	9,88%	161,75%	127,26%
2º trimestre 2010	6,11%	1635,73%	9,92%	159,90%	131,05%
3º trimestre 2010	5,41%	1849,23%	9,31%	156,77%	140,87%
4º trimestre 2010	6,20%	1611,99%	9,81%	146,15%	130,07%

Ao analisar a independência financeira do HSBC verifica-se que houve queda durante o primeiro semestre de 2008 e os valores se mantiveram baixos até o terceiro trimestre de 2009, intervalo de tempo da crise e do pós-crise financeira. No último trimestre de 2009 a proporção de seus recursos próprios e seus ativos totais aumentou, entretanto voltou a cair em 2010.

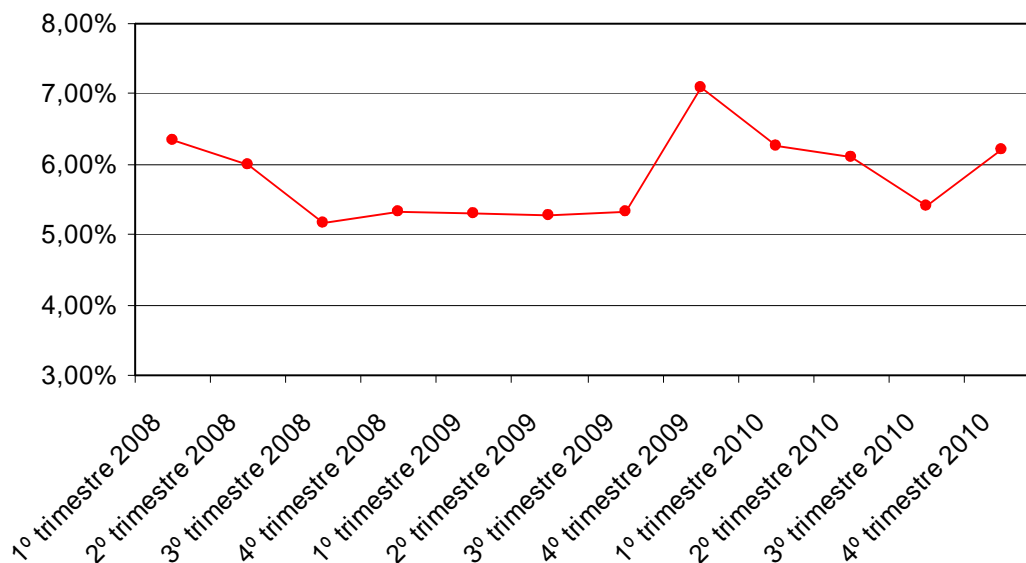


GRÁFICO 48 - INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DO HSBC

O *leverage* do HSBC teve seus valores bastante variados, conforme apresenta o gráfico a seguir. A relação entre o ativo e o patrimônio líquido do banco aumentou no início de 2008 e manteve a média de 1895,74% entre o terceiro trimestre de 2008 e o terceiro trimestre de 2009. O índice sofreu redução brusca para 1409,68% no final de 2009 e depois voltou a crescer novamente.

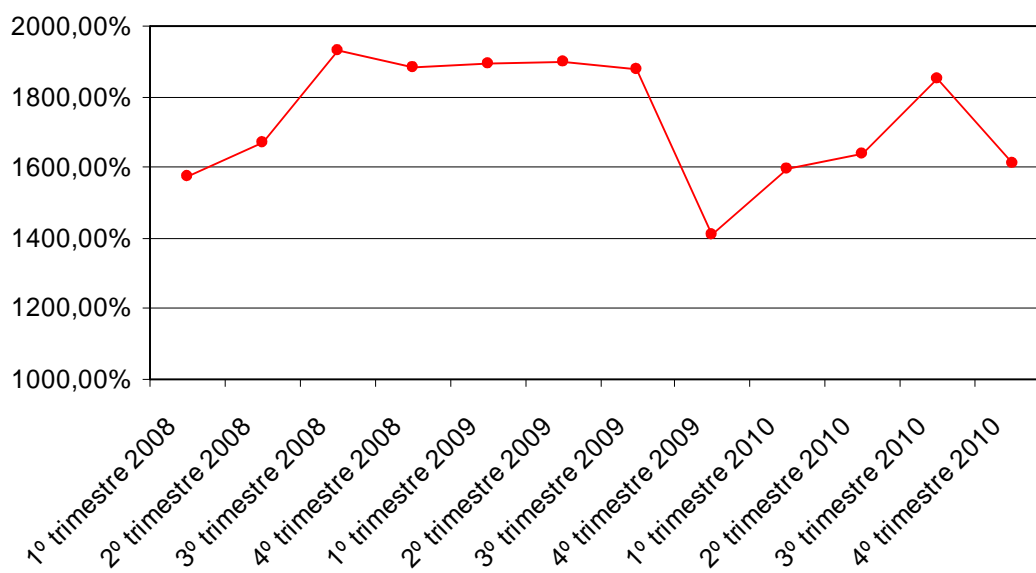


GRÁFICO 49 - LEVERAGE DO HSBC

A relação capital/depositantes do HSBC demonstra que a proporção dos recursos próprios aplicados sobre o valor em depósitos diminuiu constantemente do início de 2009 ao terceiro trimestre de 2009, totalizando uma queda de 2,19%. No último trimestre desse mesmo ano, o indicador apresentou alta e a média no ano de 2010 foi de 9,73%.

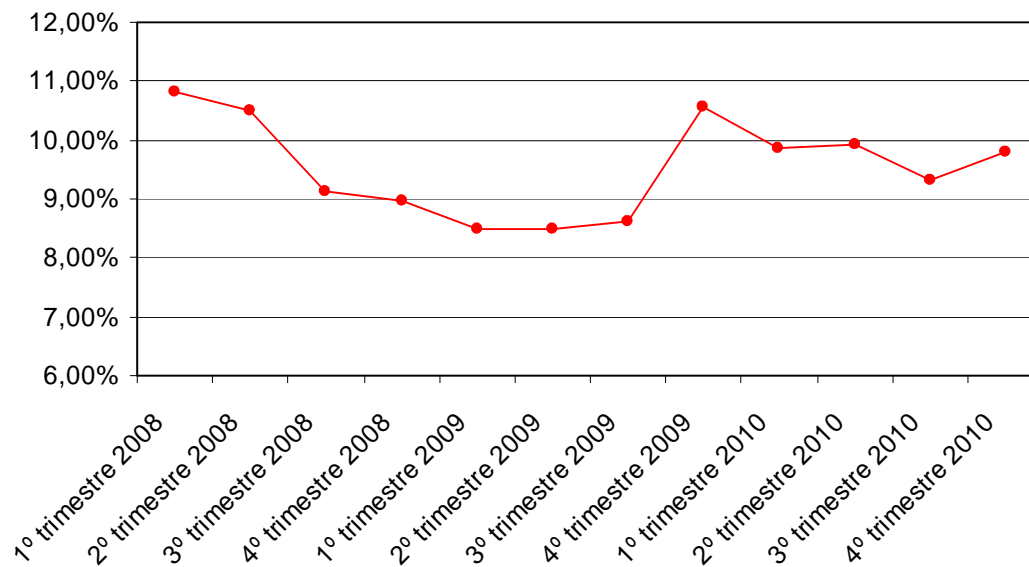


GRÁFICO 50 - RELAÇÃO CAPITAL/DEPOSITANTES DO HSBC

Com relação à imobilização do capital próprio do HSBC, é possível notar o aumento do montante dos recursos próprios que foi revertido em ativos permanentes desde o primeiro trimestre de 2008 até o terceiro trimestre de 2009, sendo sua variação de 62,74% nesse período. Entretanto, houve uma queda de 34,66% no último trimestre de 2009 e de 10,61% no último trimestre de 2010, ambas com relação ao trimestre anterior.

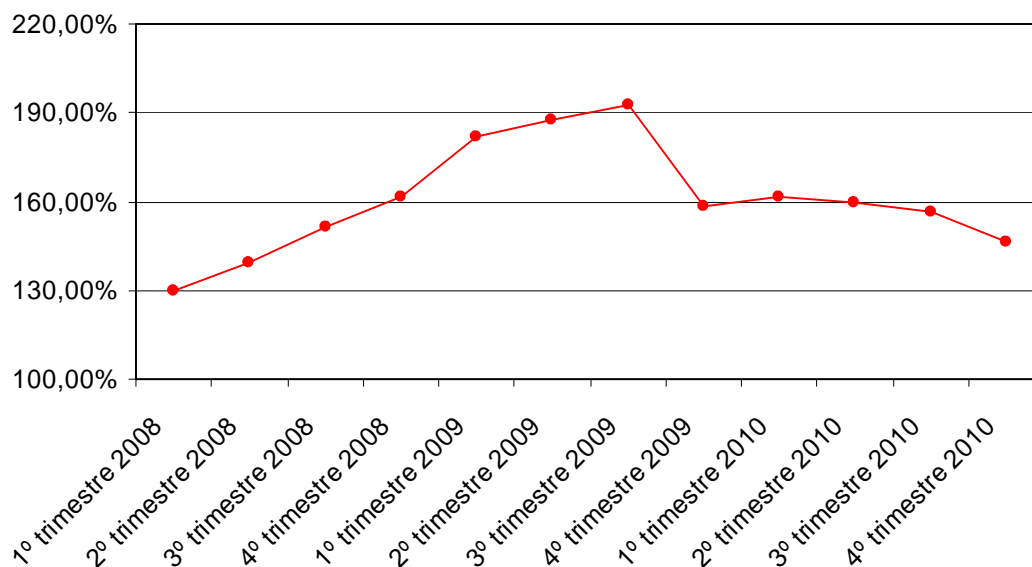


GRÁFICO 51 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO DO HSBC

O índice de sensibilidade dos juros do HSBC demonstrou que em meados de 2008 e 2010 seus ativos e passivos sensíveis estiveram mais vulneráveis às variações das taxas de juros do mercado. A menor sensibilidade foi no quarto trimestre de 2009, quando seu valor foi de 122,21%, e a média dos três anos foi de 133,45%.

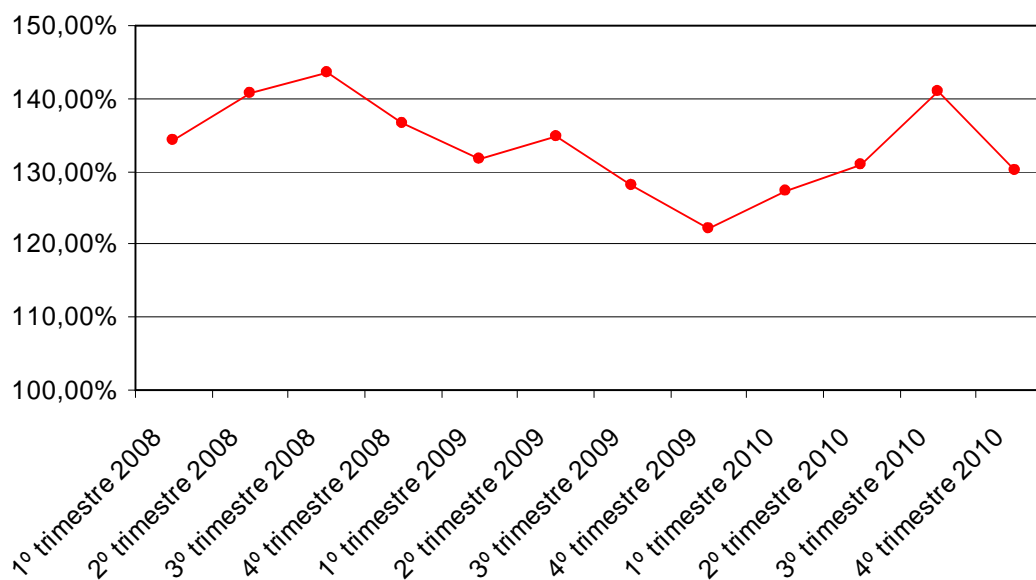


GRÁFICO 52 - ÍNDICE DE SENSIBILIDADE DOS JUROS DO HSBC

Na tabela 14 se destacam os indicadores de rentabilidade e lucratividade do HSBC.

TABELA 14 - INDICADORES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE DO HSBC

	Taxa de Reinvestimento do Lucro	ROE	ROA	Índice de Eficiência Operacional
1º trimestre 2008	4,49%	6,17%	0,39%	42,23%
2º trimestre 2008	6,24%	7,46%	0,45%	39,50%
3º trimestre 2008	2,55%	3,53%	0,18%	35,28%
4º trimestre 2008	1,30%	6,21%	0,33%	30,38%
1º trimestre 2009	-0,34%	4,74%	0,25%	33,43%
2º trimestre 2009	-4,67%	-0,27%	-0,01%	40,81%
3º trimestre 2009	-2,63%	1,61%	0,09%	39,67%
4º trimestre 2009	1,46%	4,59%	0,33%	40,30%
1º trimestre 2010	-1,31%	3,44%	0,22%	39,98%
2º trimestre 2010	2,52%	2,52%	0,15%	40,11%
3º trimestre 2010	3,08%	3,08%	0,17%	39,25%
4º trimestre 2010	2,87%	5,93%	0,37%	40,05%

A taxa de reinvestimento do lucro do HSBC sofreu alterações expressivas em seus valores durante os anos de 2008, 2009 e 2010. É possível verificar a queda nos investimentos oriundos do lucro líquido do segundo trimestre de 2008 ao segundo trimestre de 2009, sendo que os valores se mantiveram negativos até o trimestre seguinte. Faz-se necessário enfatizar que no segundo trimestre de 2009 o HSBC apresentou prejuízo e também que no segundo e terceiro trimestre de 2010 não houve distribuição de dividendos.

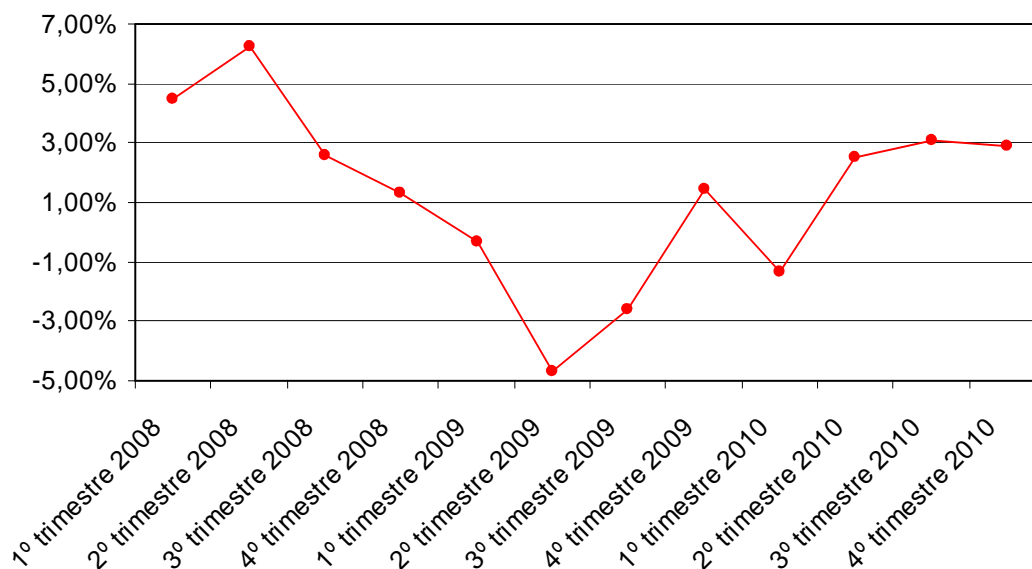


GRÁFICO 53 - TAXA DE REINVESTIMENTO DO LUCRO DO HSBC

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) do HSBC também teve grandes variações, sendo que o pior desempenho foi no segundo trimestre de 2009. Verifica-se que as oscilações durante a crise foram consideráveis, perdurando-se o HSBC nesta situação até meados de 2010. A média proporção do lucro sobre o capital próprio do período foi de 4,08%.

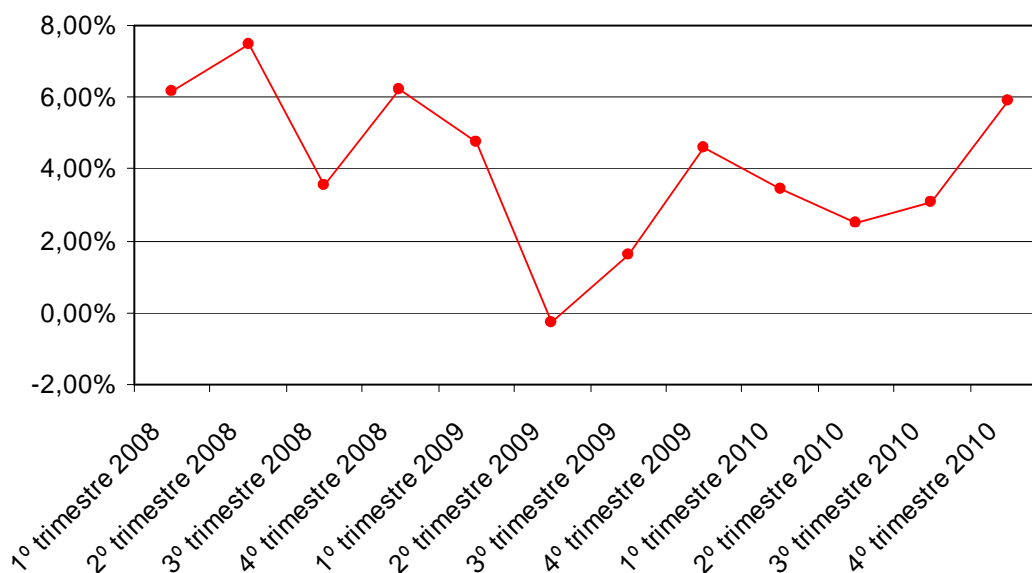


GRÁFICO 54 - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO HSBC

Na análise do retorno sobre investimento total (ROA) do HSBC percebe-se um comportamento bastante semelhante ao ROE. Contudo, o ROA se apresenta em menores proporções, pois refere-se ao lucro líquido sobre o total do capital investido. A taxa média de retorno do período foi de 0,24%.

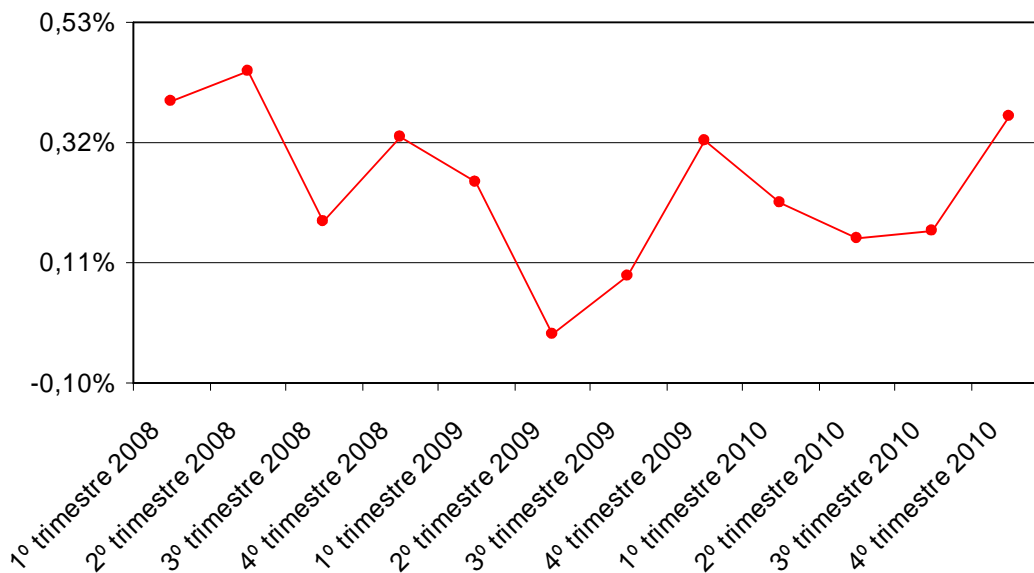


GRÁFICO 55 - RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL DO HSBC

O índice de eficiência operacional do HSBC apresentou queda durante o ano de 2008, atingindo seu melhor resultado no último trimestre, o que pode ser identificado como uma política de redução de custos e alta produtividade para enfrentar a crise. Porém, no primeiro semestre de 2009 a proporção das despesas e receitas aumentou e o percentual se manteve estável em torno de 40% até o final de 2010.

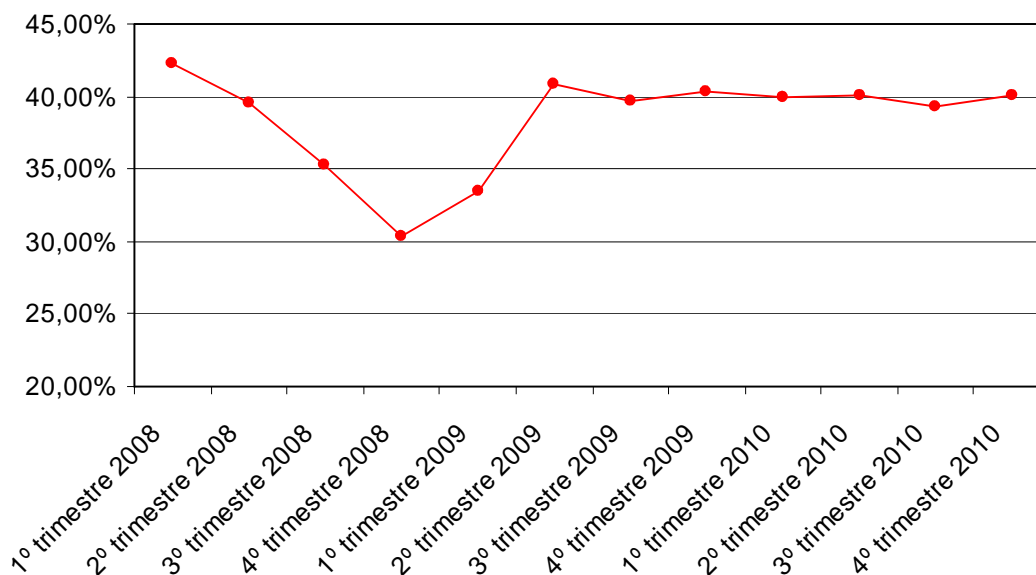


GRÁFICO 56 - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO HSBC

4.1.5 Itaú-Unibanco

Podem ser verificados abaixo os indicadores de solvência e liquidez do Itaú-Unibanco.

TABELA 15 - INDICADORES DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ DO ITAÚ-UNIBANCO

	Encaixe voluntário	Liquidez Imediata	Índice Empréstimos/Depósitos	Capital de Giro Próprio	Participação dos Empréstimos
1º trimestre 2008	0,22	4,87	24,57%	(152.688.381,00)	10,71%
2º trimestre 2008	0,29	5,91	25,69%	(164.560.797,00)	11,12%
3º trimestre 2008	0,27	6,54	25,00%	(173.891.483,00)	11,12%
4º trimestre 2008	0,51	5,74	38,70%	(182.282.624,00)	10,03%
1º trimestre 2009	0,43	7,72	46,17%	(232.683.800,00)	14,60%
2º trimestre 2009	0,33	9,21	42,72%	(239.634.129,00)	14,01%
3º trimestre 2009	0,33	9,50	43,21%	(233.514.271,00)	14,38%
4º trimestre 2009	0,31	8,16	43,23%	(240.749.554,00)	15,01%
1º trimestre 2010	0,33	8,54	56,49%	(258.955.047,00)	14,82%
2º trimestre 2010	0,37	6,81	58,05%	(273.266.912,00)	15,10%
3º trimestre 2010	0,30	6,51	60,02%	(309.830.755,00)	14,96%
4º trimestre 2010	0,33	5,69	60,60%	(322.160.268,00)	15,28%

O encaixe voluntário do Itaú-Unibanco mostrou-se bastante variável durante o intervalo de tempo analisado. Verifica-se que, apesar da crise financeira, a maior

capacidade de cobertura dos saques contra depósitos à vista ocorreu no último trimestre de 2008, possivelmente comprometendo a rentabilidade de aplicações em financiamentos e empréstimos. Nos anos seguintes, 2009 e 2010, o índice voltou a cair, mantendo a média de 0,34 nesse período.

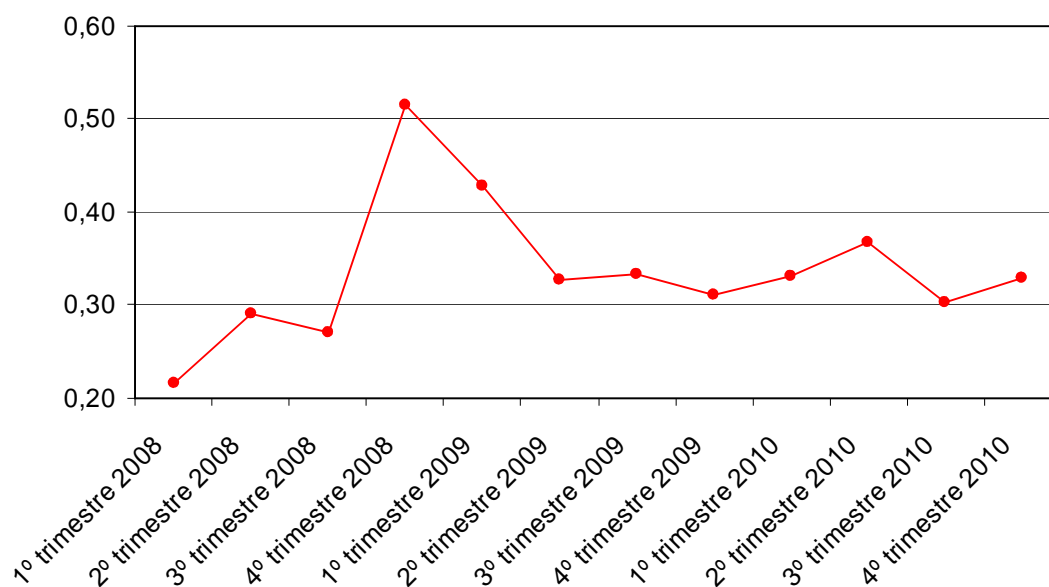


GRÁFICO 57 - ENCAIXE VOLUNTÁRIO DO ITAÚ-UNIBANCO

A liquidez imediata do Itaú-Unibanco também se apresentou oscilante, sendo que seus maiores indicadores foram após a crise. É possível evidenciar que, a partir do primeiro trimestre de 2009, o nível de recursos utilizados para honrar com as obrigações imediatas se elevou e voltou a cair apenas no final de 2010. Apesar de tais observações, a média dos três anos foi de 7,10.

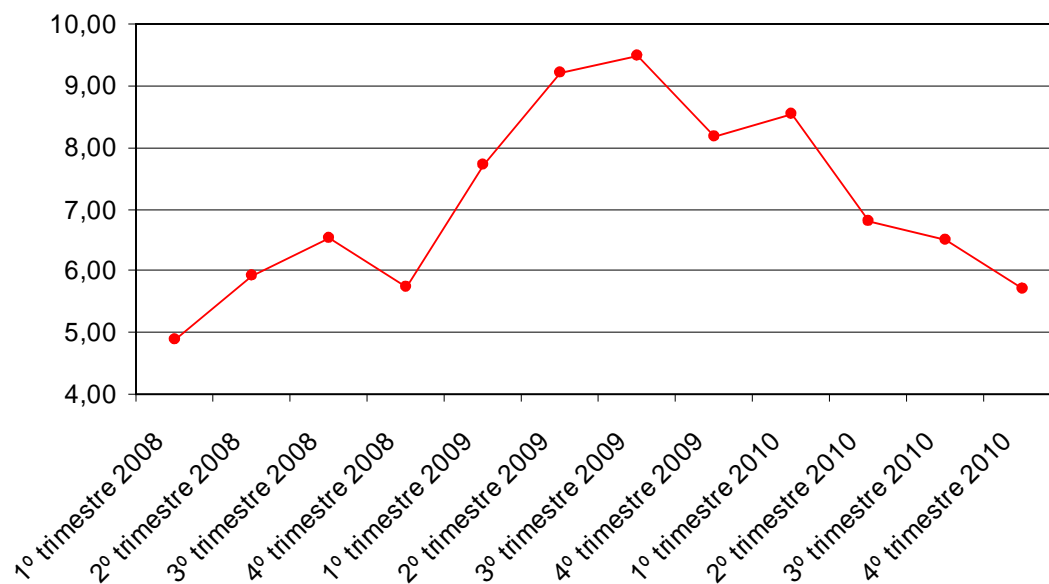


GRÁFICO 58 - LIQUIDEZ IMEDIATA DO ITAÚ-UNIBANCO

Com relação ao índice de empréstimos/depósitos do Itaú-Unibanco, nota-se que seus indicadores se mantiveram lineares ao longo dos anos, aumentando apenas ao final de cada período. Isso indica que a proporção de empréstimos fornecidos e recursos tomados foi estável se forem considerados cada ano individualmente, exceto pelo ano de 2008 que teve um aumento no último trimestre. As médias foram: 25,49% em 2008, 43,84% em 2009 e 58,79% em 2010.

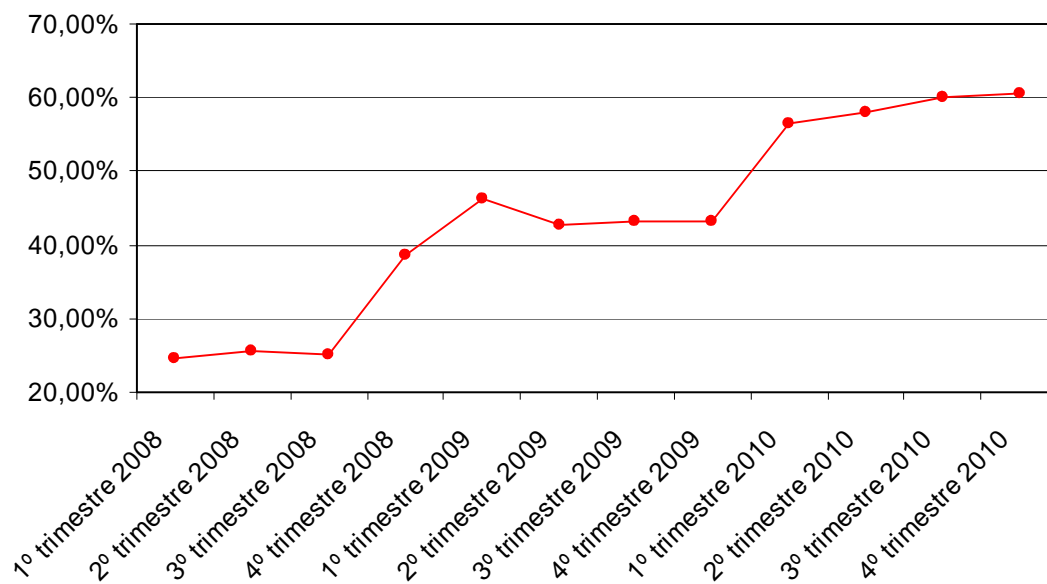


GRÁFICO 59 - ÍNDICE DE EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS DO ITAÚ-UNIBANCO

O capital de giro próprio do Itaú-Unibanco apresentou decréscimo, conforme demonstra o gráfico 60. Sendo assim, é possível concluir que a parcela do ativo circulante financiada pelo patrimônio líquido do banco aumentou ao longo dos anos e os melhores indicadores foram apresentados em 2008, ano da crise financeira.

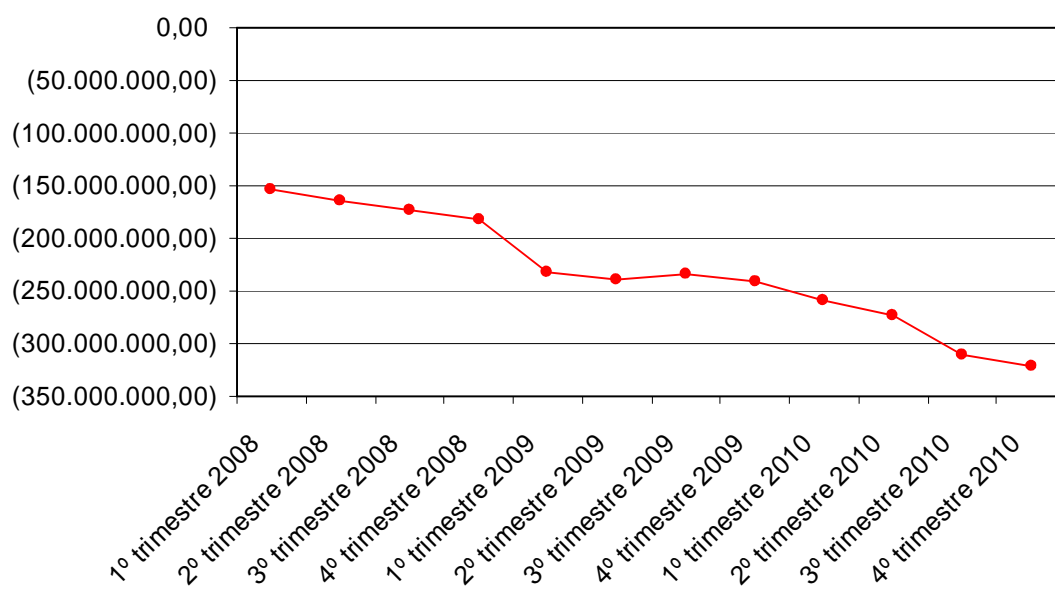


GRÁFICO 60 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO DO ITAÚ-UNIBANCO

Por meio da análise da participação dos empréstimos do Itaú-Unibanco, verifica-se que este índice apresentou um patamar sólido em 2008, elevando-se em 2009 e 2010. Neste caso, a proporção dos recursos ativos aplicados em operações de crédito não foi alterada de forma considerável, sendo a média de 10,74% em 2008 e 14,77% em 2009 e 2010.

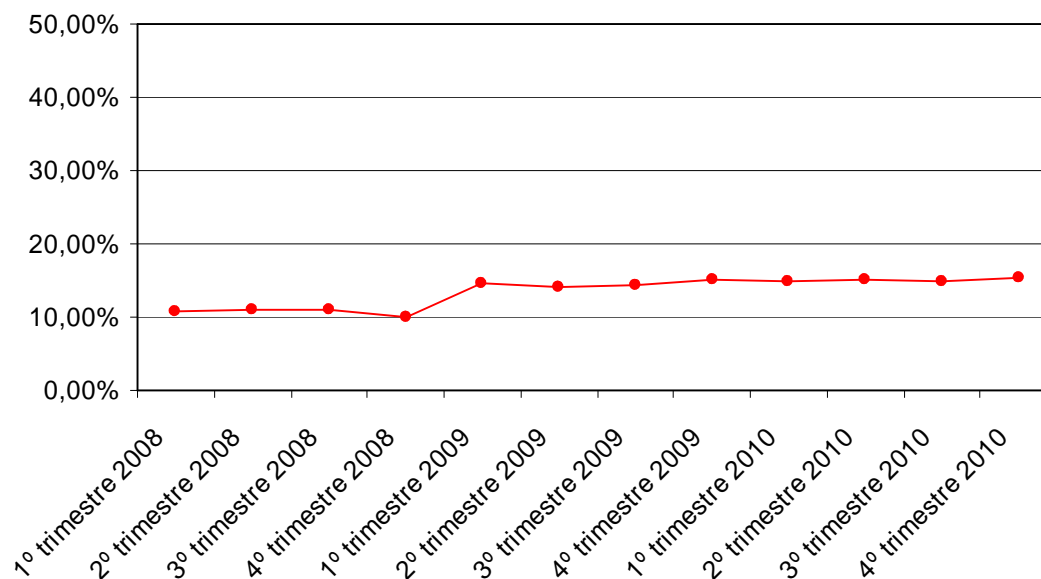


GRÁFICO 61 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DO ITAÚ-UNIBANCO

Os indicadores de capital e risco do Itaú-Unibanco estão descritos na sequência.

TABELA 16 - INDICADORES DE CAPITAL E RISCO DO ITAÚ-UNIBANCO

	Independência Financeira	Leverage	Relação Capital/ Depositantes	Imobilização do Capital Próprio	Índice de Sensibilidade dos Juros
1º trimestre 2008	4,24%	2360,89%	8,57%	322,47%	107,91%
2º trimestre 2008	3,57%	2804,13%	7,35%	361,80%	105,92%
3º trimestre 2008	3,36%	2974,11%	6,80%	422,97%	103,41%
4º trimestre 2008	9,19%	1088,48%	18,95%	224,32%	102,28%
1º trimestre 2009	6,81%	1467,49%	15,44%	227,55%	111,24%
2º trimestre 2009	7,09%	1411,32%	15,69%	273,45%	103,59%
3º trimestre 2009	7,44%	1344,28%	16,82%	286,61%	100,89%
4º trimestre 2009	7,52%	1330,48%	16,26%	290,65%	98,32%
1º trimestre 2010	7,21%	1386,58%	15,16%	286,10%	99,85%
2º trimestre 2010	6,90%	1449,44%	13,79%	288,00%	99,41%
3º trimestre 2010	6,51%	1535,54%	12,84%	340,37%	96,77%
4º trimestre 2010	6,24%	1602,55%	12,06%	331,92%	97,77%

A independência financeira do Itaú-Unibanco teve um salto no último trimestre de 2008 devido ao incremento de seu patrimônio líquido, possivelmente como uma reação à crise financeira. Nesse período, houve um aumento de 5,82% com relação ao trimestre anterior e uma queda de 2,37% para o trimestre seguinte. Em 2009 e 2010 a relação entre o capital próprio e os ativos totais do banco teve média de 6,96%.

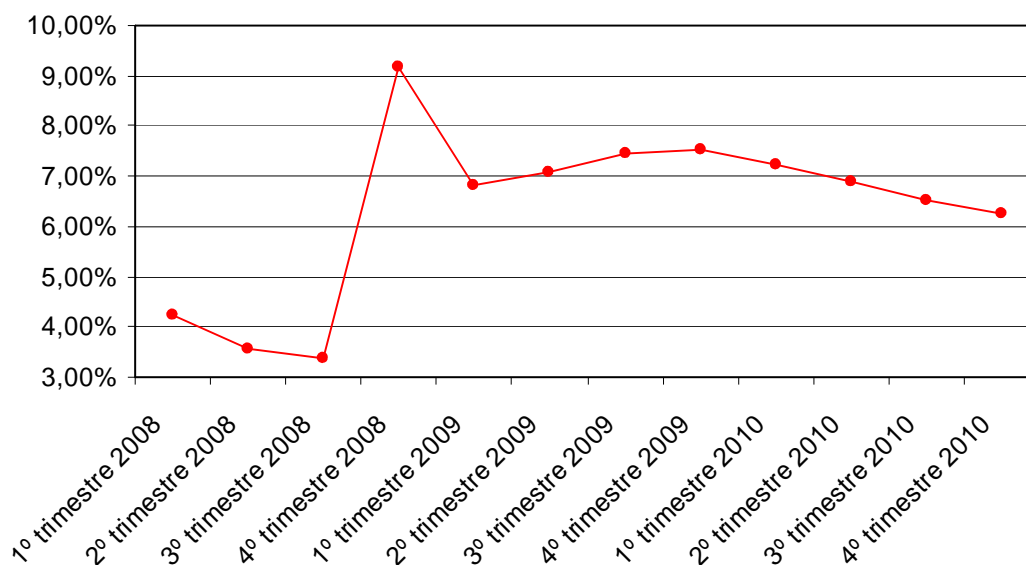


GRÁFICO 62 - INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DO ITAÚ-UNIBANCO

O *leverage* do Itaú-Unibanco possui comportamento inverso ao da independência financeira, pois demonstra a relação entre os ativos do banco e seus recursos próprios. Verifica-se que no último trimestre de 2008 o ativo foi reduzido 18,85 vezes sobre o patrimônio líquido se comparado ao período anterior, embora tenha mantido uma média de 14,40 vezes maior nos anos seguintes.

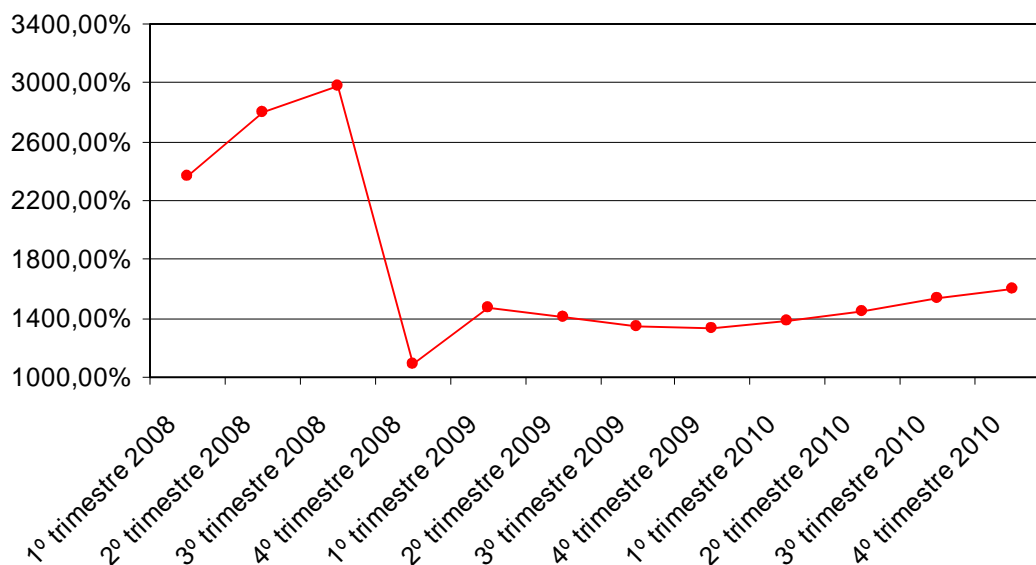


GRÁFICO 63 - LEVERAGE DO ITAÚ-UNIBANCO

A relação capital/depositantes do Itaú-Unibanco apresenta um aumento expressivo no último trimestre de 2008, que pode ser explicado pelo incremento de seu patrimônio líquido, conforme evidenciado anteriormente. Nos trimestres seguintes não houve variação significativa tanto dos valores de capital próprio quanto de depósitos captados. A média em 2009 e 2010 ficou em 14,76% e 10,42% em 2008.

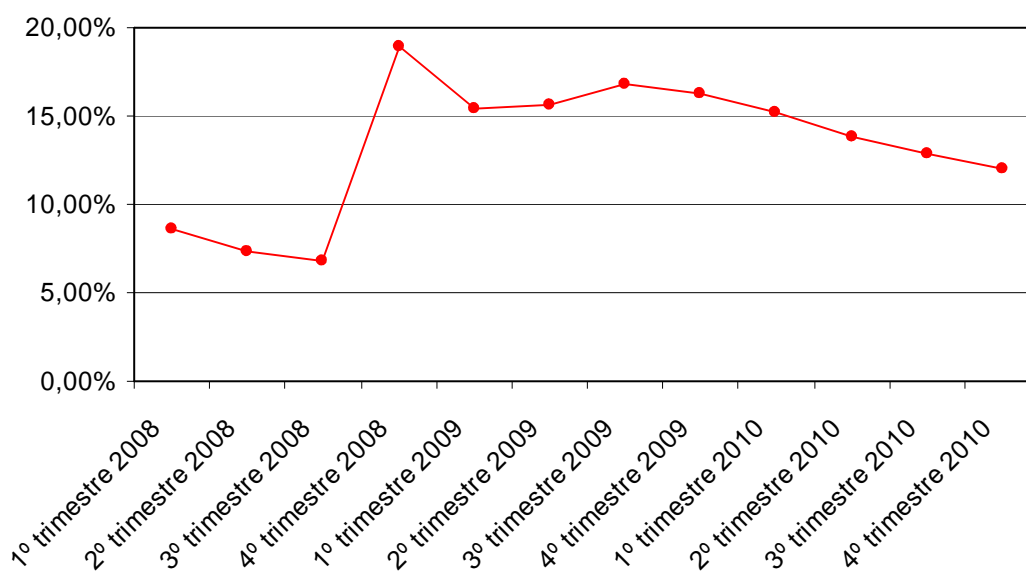


GRÁFICO 64 - RELAÇÃO CAPITAL/DEPOSITANTES DO ITAÚ-UNIBANCO

Ao analisar a imobilização do capital próprio do Itaú-Unibanco, conclui-se que os níveis de recursos próprios transformados em ativos permanentes sofreram grandes oscilações. Neste aspecto também é interessante ressaltar que no último trimestre de 2008 o valor do patrimônio líquido do banco aumentou consideravelmente, o que explica a queda no valor do índice no mesmo período.

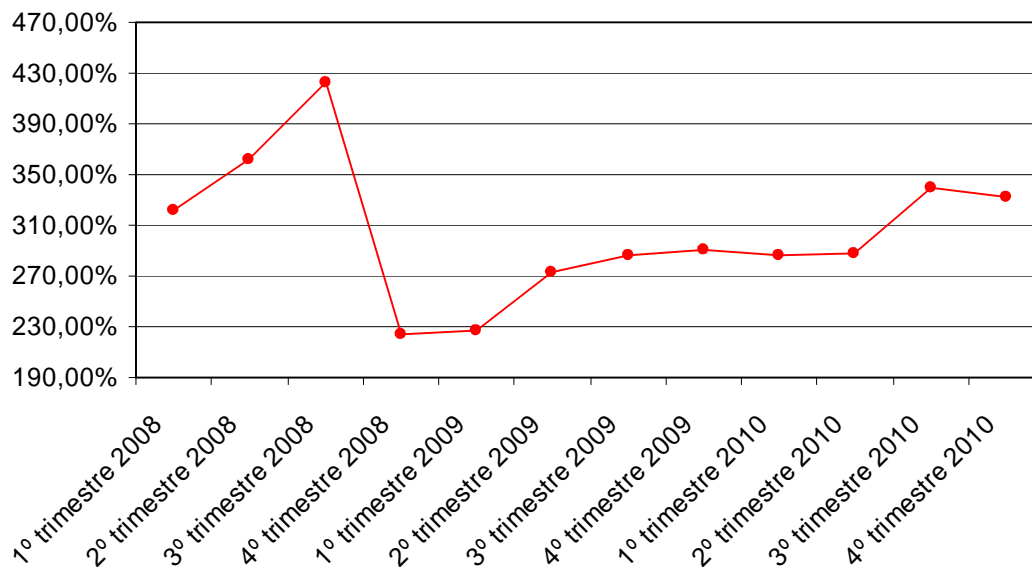


GRÁFICO 65 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO DO ITAÚ-UNIBANCO

O índice de sensibilidade dos juros do Itaú-Unibanco demonstra que a maior vulnerabilidade de seus ativos e passivos sensíveis ocorreu no primeiro trimestre de 2009, quando essa relação foi de 111,24%. A partir do último trimestre de 2009 os valores foram inferiores a 100% e a média dos três anos foi de 102,28%.

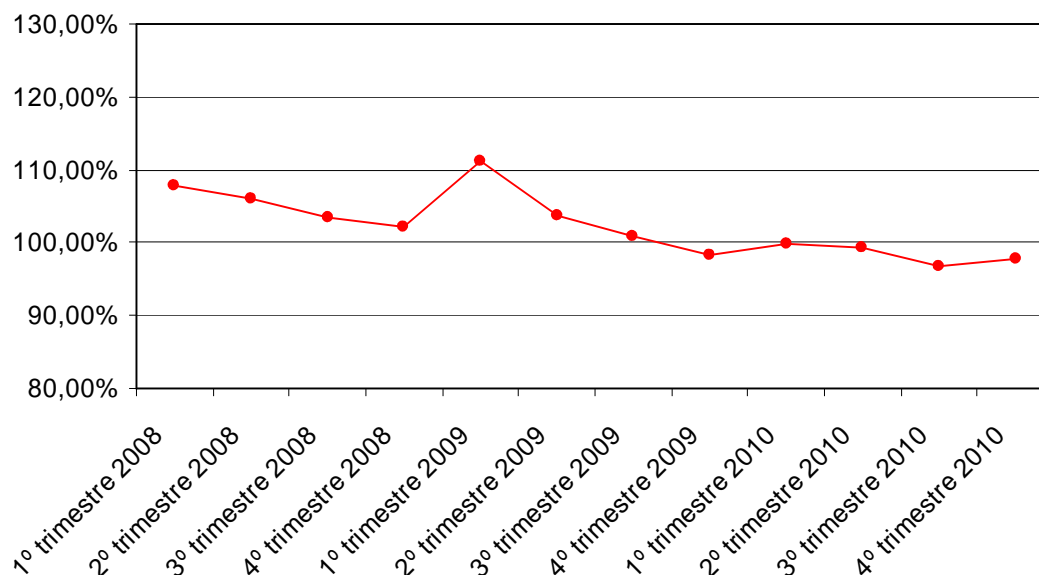


GRÁFICO 66 - ÍNDICE DE SENSIBILIDADE DOS JUROS DO ITAÚ-UNIBANCO

São evidenciados na tabela 17 os indicadores de rentabilidade e lucratividade do Itaú-Unibanco.

TABELA 17 - INDICADORES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE DO ITAÚ-UNIBANCO

	Taxa de Reinvestimento do Lucro	ROE	ROA	Índice de Eficiência Operacional
1º trimestre 2008	2,99%	4,15%	0,18%	25,67%
2º trimestre 2008	2,84%	5,72%	0,20%	23,94%
3º trimestre 2008	-0,82%	2,78%	0,09%	20,40%
4º trimestre 2008	-9,66%	-8,65%	-0,79%	32,76%
1º trimestre 2009	1,33%	1,70%	0,12%	19,54%
2º trimestre 2009	1,46%	2,42%	0,17%	26,26%
3º trimestre 2009	2,32%	3,60%	0,27%	20,39%
4º trimestre 2009	3,26%	4,54%	0,34%	28,71%
1º trimestre 2010	2,36%	3,09%	0,22%	29,54%
2º trimestre 2010	1,56%	2,99%	0,21%	28,98%
3º trimestre 2010	0,29%	2,23%	0,15%	27,75%
4º trimestre 2010	3,34%	4,63%	0,29%	27,03%

A taxa de reinvestimento do lucro do Itaú-Unibanco esteve negativa em dois momentos, no auge da crise financeira, no segundo semestre de 2008. A queda brusca no último trimestre é explicada pelo fato que o Itaú-Unibanco apresentou prejuízo nesse período e, conseqüentemente, não houve valores a serem investidos novamente. Nos dois anos seguintes a taxa média foi de 1,99%.

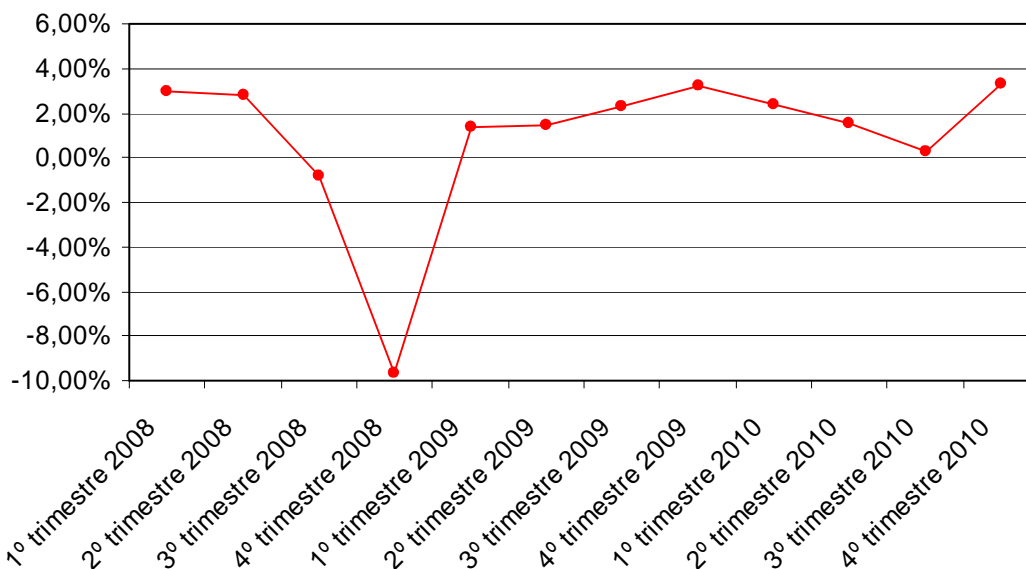


GRÁFICO 67 - TAXA DE REINVESTIMENTO DO LUCRO DO ITAÚ-UNIBANCO

Ao efetuar a análise do retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) do Itaú-Unibanco se nota, novamente, a queda brusca dos percentuais no último trimestre de 2008. Além do aumento no capital próprio já mencionado, o mau desempenho também pode ser evidenciado pelo prejuízo auferido no mesmo período. Nos demais trimestres analisados, o ROE teve seus valores médios em 3,44%.

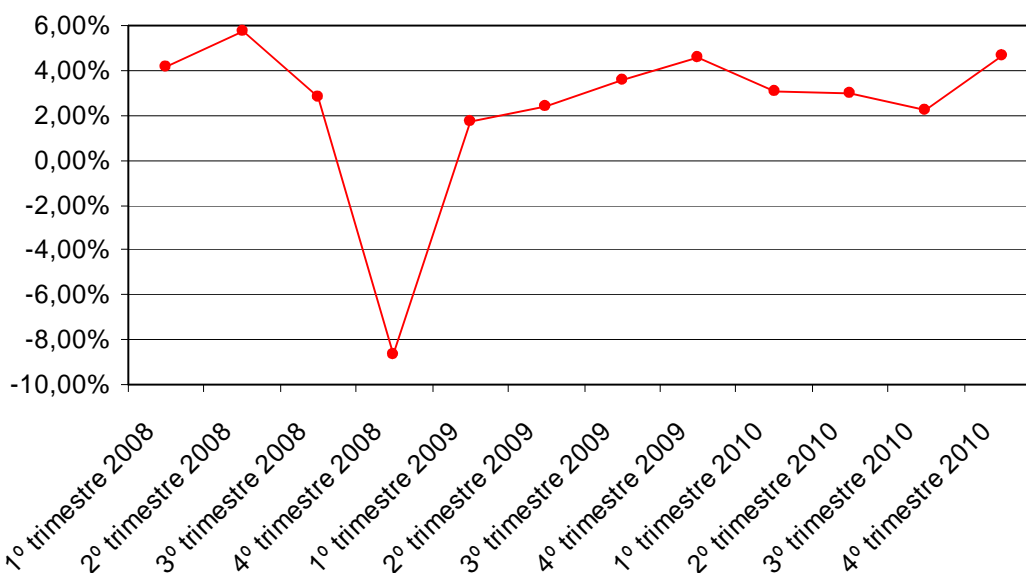


GRÁFICO 68 - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO ITAÚ-UNIBANCO

Assim como em outras instituições financeiras objeto deste estudo, o retorno sobre investimento total (ROA) do Itaú-Unibanco se apresentou semelhante ao ROE no que diz respeito ao comportamento de ambos os índices. Tal analogia pode ser traçada visto os critérios que compõem os indicadores, entretanto sendo o ROA em menores proporções, pois considera o total dos ativos.

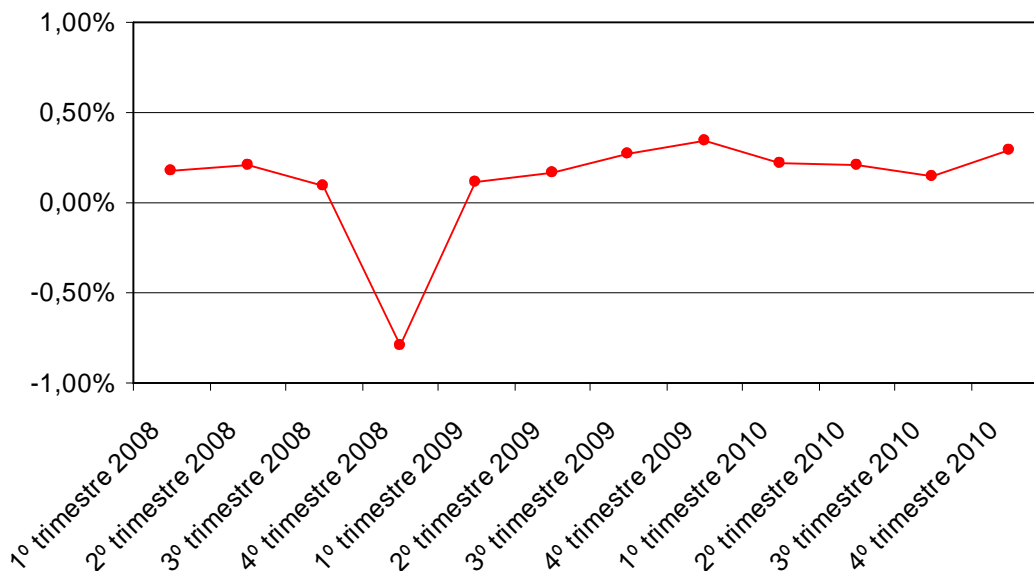


GRÁFICO 69 - RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL DO ITAÚ-UNIBANCO

O índice de eficiência operacional do Itaú-Unibanco sofreu oscilações expressivas ao longo dos três anos analisados. Verifica-se que no último trimestre de 2008 a relação entre despesas operacionais e receitas foi a mais alta do período, possivelmente ocasionada pela ausência de lucro líquido, ou seja, a receita de intermediação financeira considerada foi menor.

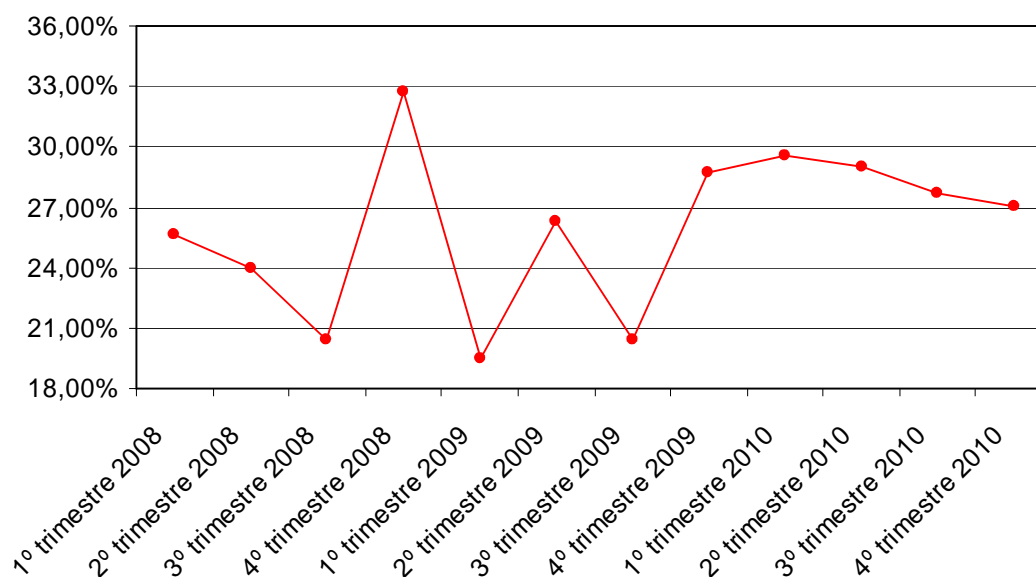


GRÁFICO 70 - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO ITAÚ-UNIBANCO

4.1.1 Santander

Os indicadores de solvência e liquidez do Santander estão demonstrados na tabela a seguir.

TABELA 18 - INDICADORES DE SOLVÊNCIA E LIQUIDEZ DO SANTANDER

	Encaixe voluntário	Liquidez Imediata	Índice Empréstimos/Depósitos	Capital de Giro Próprio	Participação dos Empréstimos
1º trimestre 2008	0,25	4,12	91,60%	(32.509.918,00)	32,00%
2º trimestre 2008	0,38	6,13	81,82%	(34.172.496,00)	30,81%
3º trimestre 2008	0,39	5,11	87,62%	(43.718.897,00)	23,45%
4º trimestre 2008	0,49	6,35	85,46%	(56.261.068,00)	22,98%
1º trimestre 2009	0,46	7,99	89,08%	(44.616.191,00)	23,24%
2º trimestre 2009	0,51	3,38	78,78%	(116.738.421,00)	26,88%
3º trimestre 2009	0,30	3,12	73,94%	(119.153.061,00)	27,17%
4º trimestre 2009	0,37	2,98	87,13%	(111.961.416,00)	27,70%
1º trimestre 2010	0,29	2,62	92,98%	(115.072.612,00)	28,23%
2º trimestre 2010	0,26	2,32	100,27%	(125.643.317,00)	27,54%
3º trimestre 2010	0,28	3,00	100,78%	(132.051.836,00)	29,45%
4º trimestre 2010	0,27	2,24	86,56%	(136.251.727,00)	29,59%

De acordo com o gráfico abaixo, o encaixe voluntário do Santander se alterou significativamente ao longo dos anos estudados. Nota-se que sua capacidade de

cobrir eventuais saques equivalentes aos depósitos mantidos na instituição sofreu queda brusca no terceiro trimestre de 2009, após alguns períodos de níveis mais elevados. A média final dos três exercícios foi de 0,35.

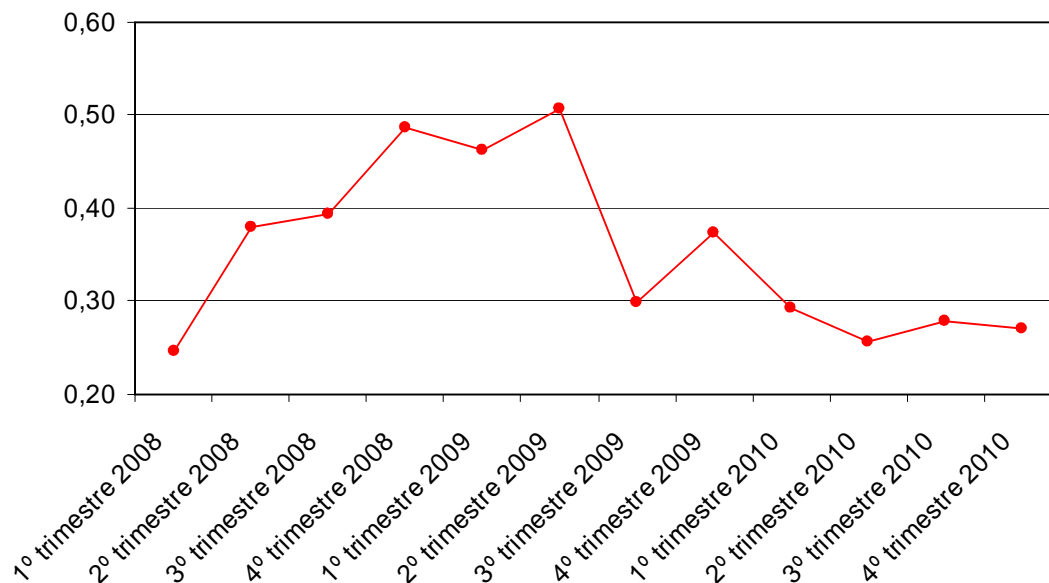


GRÁFICO 71 - ENCAIXE VOLUNTÁRIO DO SANTANDER

Na análise da liquidez imediata do Santander se verificam oscilações, principalmente no final de 2008 e início de 2009. Apesar de ter se mostrado favorável (maior que 1,0), o indicador caiu 4,60 pontos entre o segundo e terceiro trimestre de 2009. Tal fato pode indicar dificuldades financeiras do banco ao tentar cobrir integralmente seus depósitos à vista.

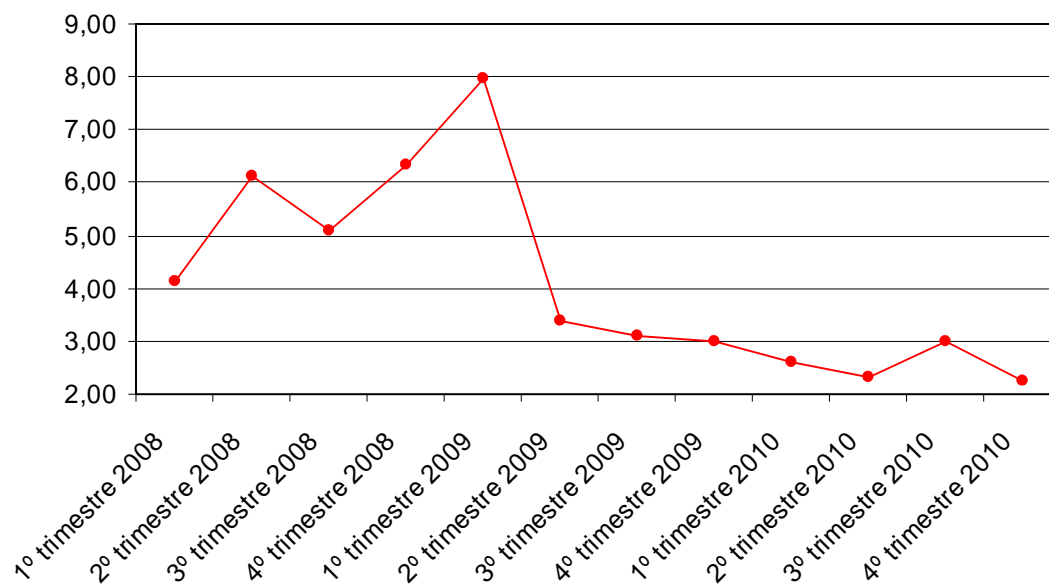


GRÁFICO 72 - LIQUIDEZ IMEDIATA DO SANTANDER

O índice de empréstimos/depósitos do Santander teve seus menores níveis no segundo semestre de 2009, quando chegou a 73,94%. A recuperação aconteceu em meados de 2010, quando os recursos concedidos em forma de empréstimos representavam aproximadamente 100% dos depósitos captados, o que pode ter possibilitado à instituição uma maior rentabilidade no período.

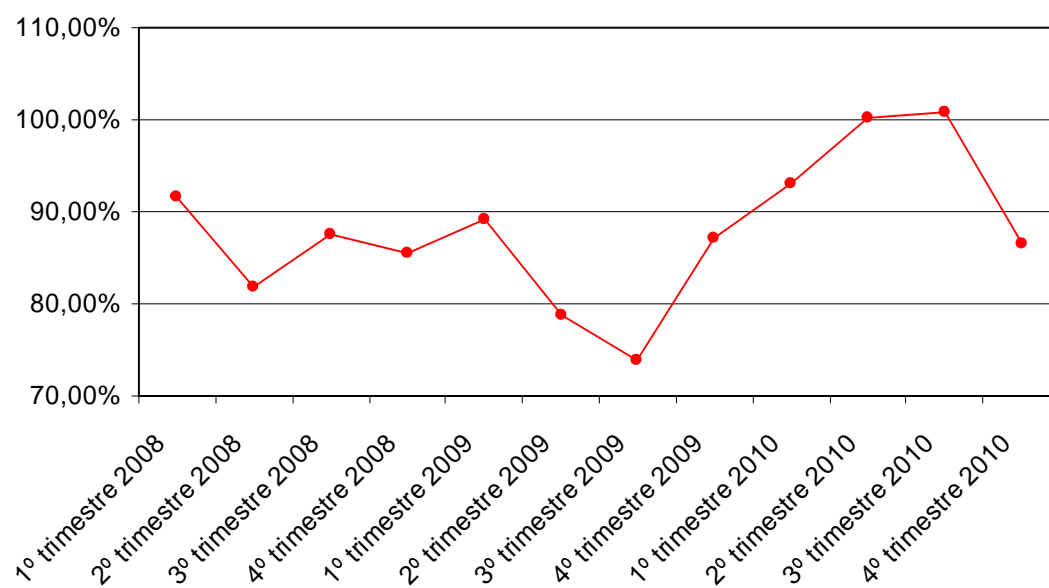


GRÁFICO 73 - ÍNDICE DE EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS DO SANTANDER

O capital de giro próprio do Santander apresentou decréscimo no ano de 2008, embora não expressivo. Deve-se destacar a redução de seu valor em quase três vezes do primeiro para o segundo trimestre de 2009. Esta ocorrência é explicada pelo aumento considerável em seu ativo não circulante, mais precisamente seus ativos realizáveis a longo prazo, como aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários.

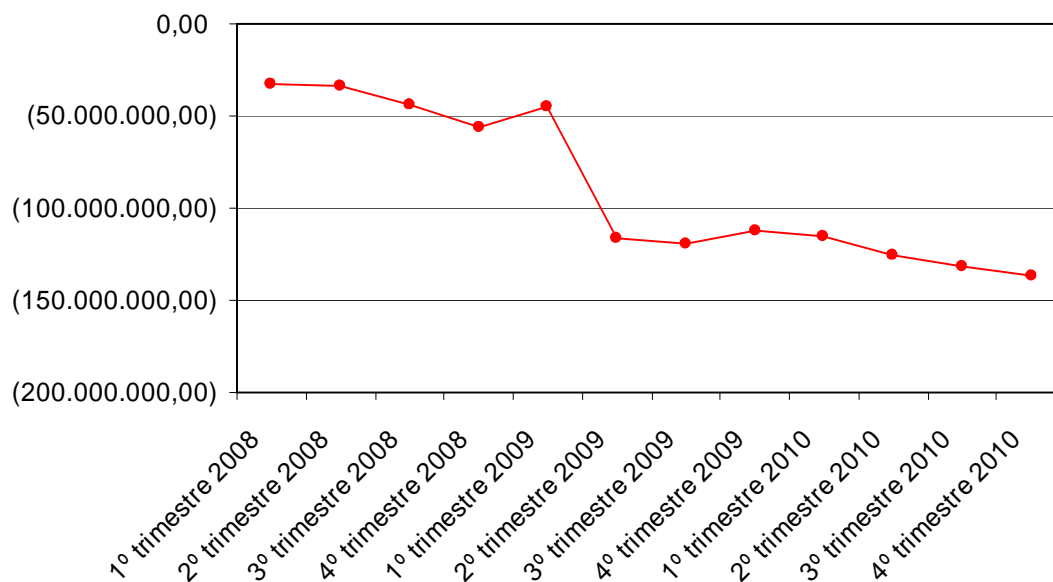


GRÁFICO 74 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO DO SANTANDER

Mediante a análise da participação dos empréstimos do Santander é possível verificar que no segundo semestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, durante e imediatamente após a crise financeira, o percentual de ativo aplicado em empréstimos apresentou seus níveis mais baixos. Seu patamar voltou à média de 28,08% após esse período, muito semelhante aos 28,75% antes da crise.

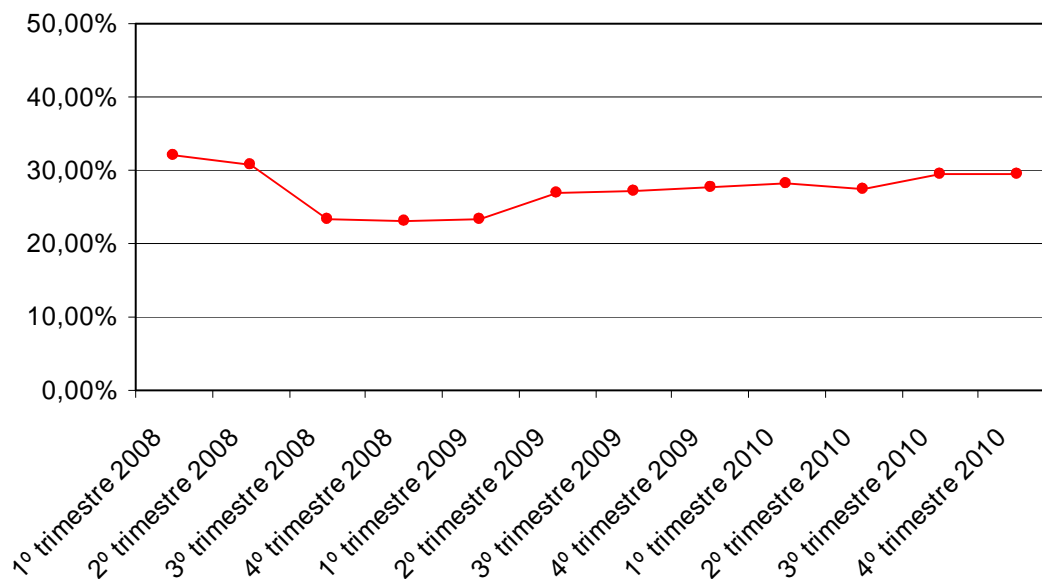


GRÁFICO 75 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DO SANTANDER

Os indicadores de capital e risco do Santander podem ser verificados na tabela 19.

TABELA 19 - INDICADORES DE CAPITAL E RISCO DO SANTANDER

	Independência Financeira	Leverage	Relação Capital/Depositantes	Imobilização do Capital Próprio	Índice de Sensibilidade dos Juros
1º trimestre 2008	7,63%	1310,31%	20,70%	29,87%	172,56%
2º trimestre 2008	8,17%	1224,36%	20,77%	32,95%	161,95%
3º trimestre 2008	26,45%	378,01%	94,09%	87,59%	176,99%
4º trimestre 2008	23,64%	423,03%	83,50%	92,63%	178,74%
1º trimestre 2009	24,22%	412,87%	87,67%	88,44%	170,26%
2º trimestre 2009	13,90%	719,28%	31,01%	96,04%	145,01%
3º trimestre 2009	15,16%	659,81%	34,09%	88,22%	149,93%
4º trimestre 2009	18,32%	545,98%	43,92%	71,89%	155,16%
1º trimestre 2010	18,49%	540,90%	46,05%	70,68%	154,30%
2º trimestre 2010	17,03%	587,34%	48,05%	70,48%	150,85%
3º trimestre 2010	17,14%	583,29%	45,68%	69,85%	147,37%
4º trimestre 2010	16,37%	610,96%	42,54%	70,75%	147,48%

A independência financeira do Santander, conforme apresentado no gráfico abaixo, atingiu seus picos durante o período de crise e logo após seu término. É possível atribuir as variações ao incremento de seu patrimônio líquido no terceiro trimestre de 2008, não acompanhado pelo aumento de valores nos ativos totais simultaneamente.

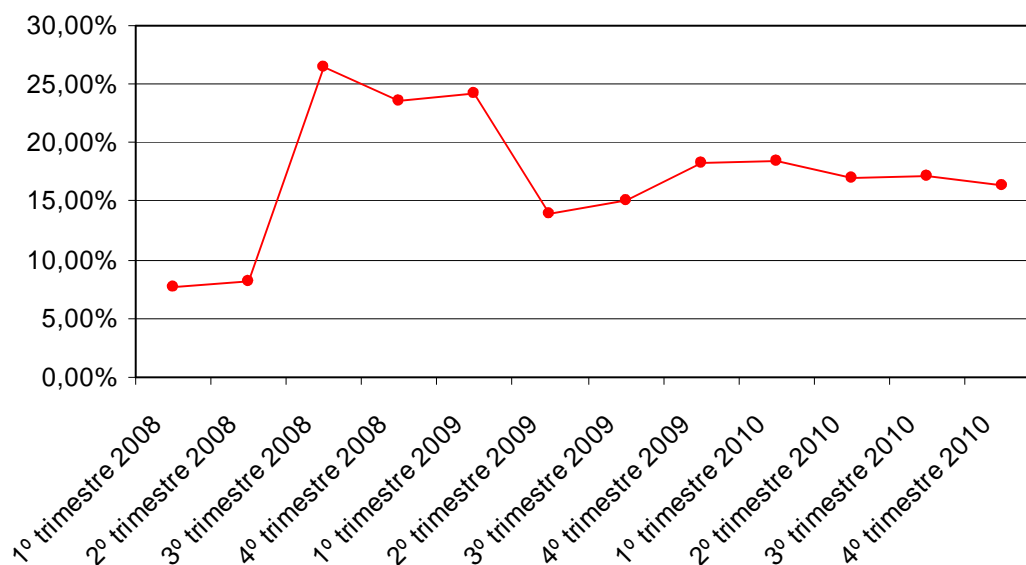


GRÁFICO 76 - INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DO SANTANDER

O *leverage* do Santander, em oposição à sua independência financeira, apresentou queda em seus indicadores nos mesmos períodos do terceiro trimestre de 2008 ao primeiro trimestre de 2009. Isso significa que seu ativo, que era aproximadamente 12,24 vezes maior que seu capital próprio, passou a ser apenas 4,12 vezes após a crise. Posteriormente, a média a partir do segundo trimestre de 2009 foi de 6,06 vezes maior.

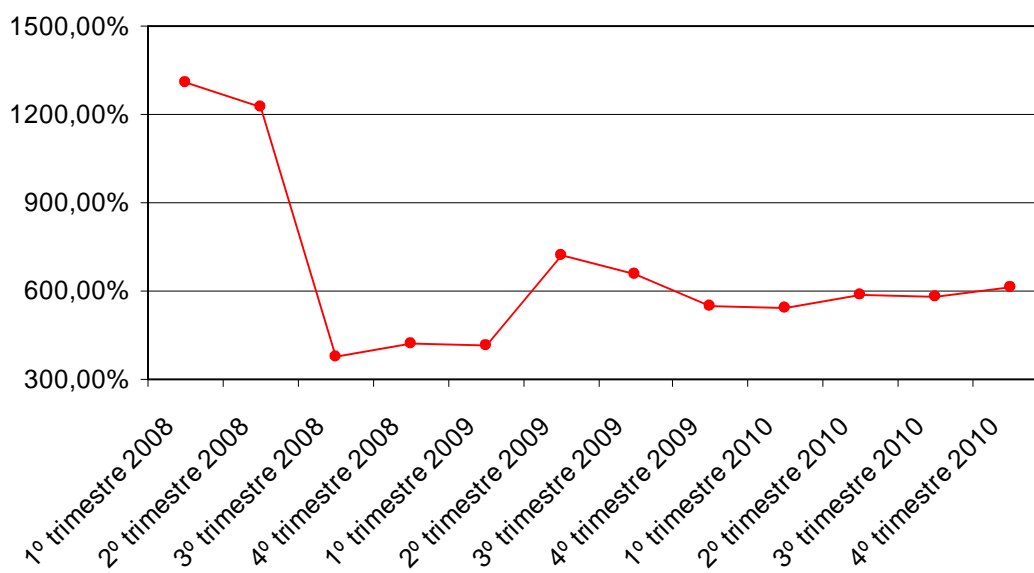


GRÁFICO 77 - LEVERAGE DO SANTANDER

A relação capital/depositantes do Santander teve seu comportamento próximo ao da independência financeira. Tal semelhança se evidencia pelas variações no patrimônio líquido do banco durante a crise financeira, sendo que, neste caso, os valores captados em depósitos não tiveram o mesmo incremento.

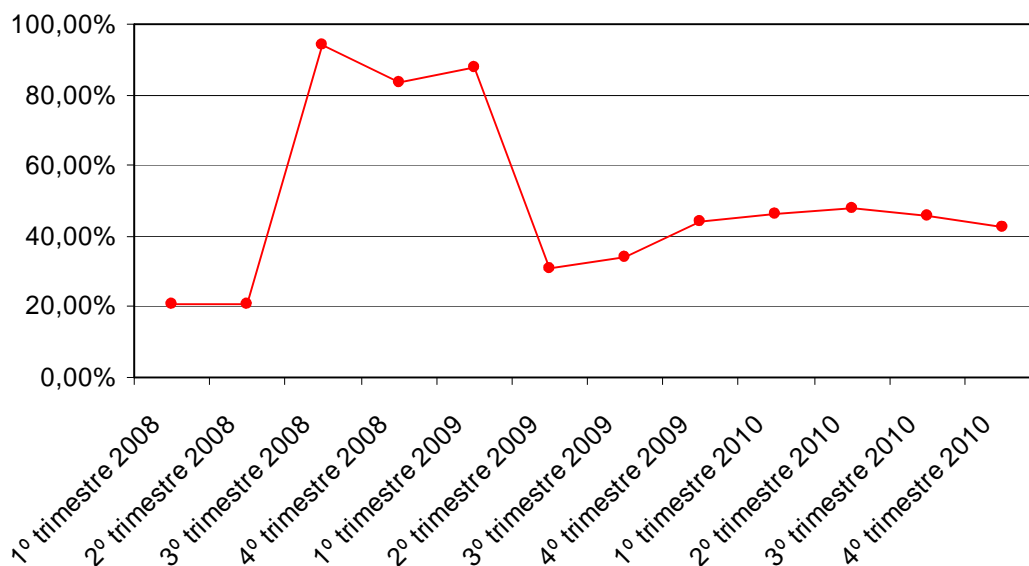


GRÁFICO 78 - RELAÇÃO CAPITAL/DEPOSITANTES DO SANTANDER

No período analisado a imobilização do capital próprio do Santander apresentou oscilações expressivas. No primeiro semestre de 2008 o índice se manteve, em média, em 31,41%. Após um salto de quase 55%, o percentual médio do patrimônio líquido convertido em imobilizado foi de 90,58% nos cinco trimestres seguintes. Já no último semestre de 2009 a média caiu novamente para 70,73% e se manteve estável até o final de 2010.

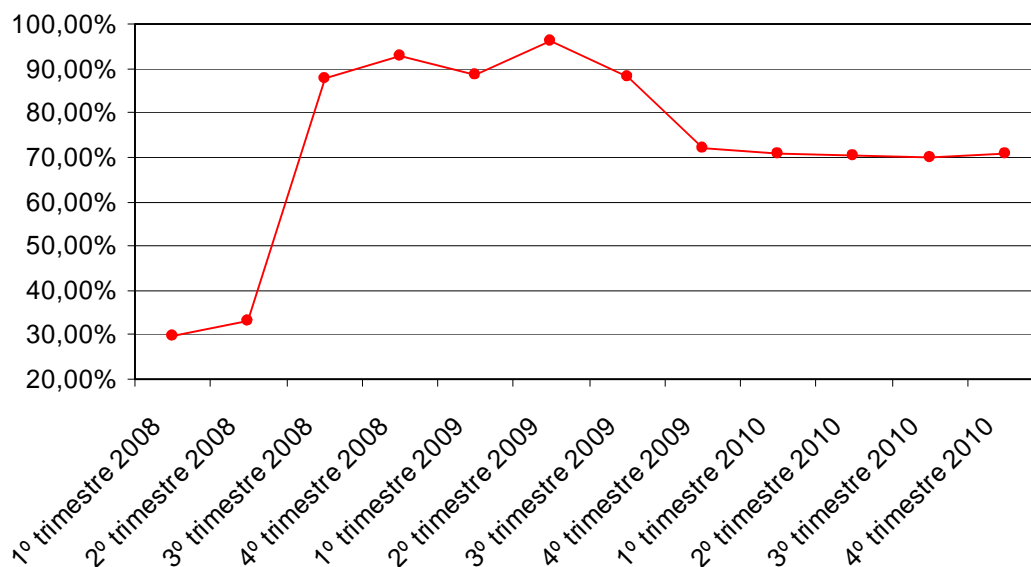


GRÁFICO 79 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO DO SANTANDER

Com relação ao índice de sensibilidade de juros do Santander, verifica-se que este indicador também apresentou inconstância durante os três anos analisados. Isso demonstra a oscilação da vulnerabilidade de seus ativos e passivos sensíveis às taxas de juros do mercado, dando ênfase ao auge da crise financeira no final de 2008 e início de 2009.

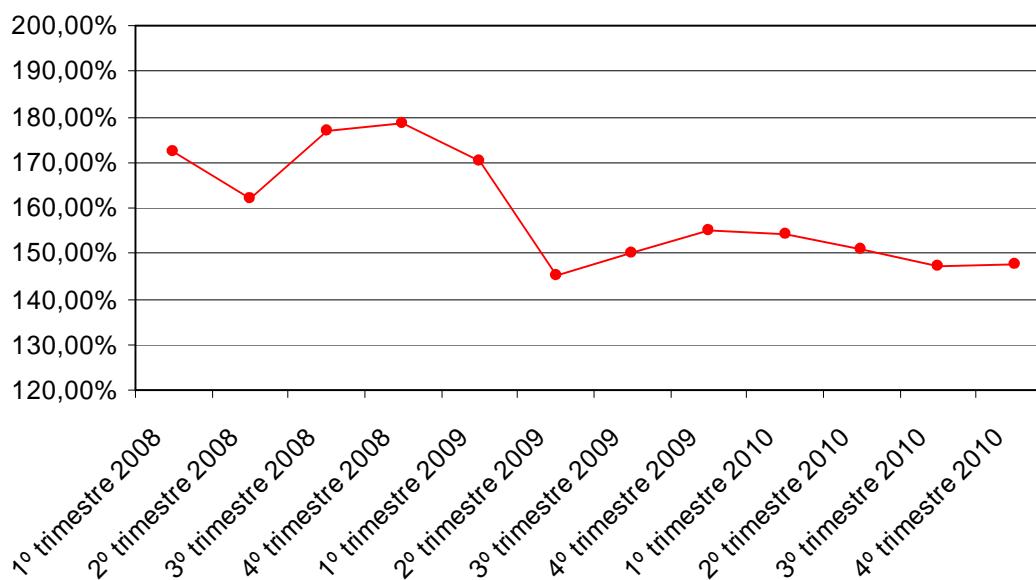


GRÁFICO 80 - ÍNDICE DE SENSIBILIDADE DOS JUROS DO SANTANDER

Estão destacados abaixo os indicadores de rentabilidade e lucratividade do Santander.

TABELA 20 - INDICADORES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE DO SANTANDER

	Taxa de Reinvestimento do Lucro	ROE	ROA	Índice de Eficiência Operacional
1º trimestre 2008	4,11%	4,11%	0,31%	40,51%
2º trimestre 2008	2,02%	3,79%	0,31%	56,04%
3º trimestre 2008	1,00%	1,00%	0,26%	32,21%
4º trimestre 2008	-0,03%	0,51%	0,12%	34,22%
1º trimestre 2009	0,15%	0,84%	0,20%	53,50%
2º trimestre 2009	0,61%	1,19%	0,16%	85,54%
3º trimestre 2009	-0,23%	0,79%	0,12%	76,42%
4º trimestre 2009	-0,87%	0,60%	0,11%	48,63%
1º trimestre 2010	0,94%	1,55%	0,29%	44,91%
2º trimestre 2010	0,15%	1,53%	0,26%	38,43%
3º trimestre 2010	0,74%	1,54%	0,26%	42,43%
4º trimestre 2010	-1,36%	1,28%	0,21%	54,25%

A taxa de reinvestimento do lucro do Santander apresentou decrescimento, sendo em seu maior nível em 2008, do início ao final do ano. A partir de 2009, o percentual do lucro líquido retido e utilizado em investimentos ficou próximo a zero, com média de 0,02%. Além disso, é necessário ressaltar que no primeiro e terceiro trimestres de 2008 o Santander não distribuiu dividendos.

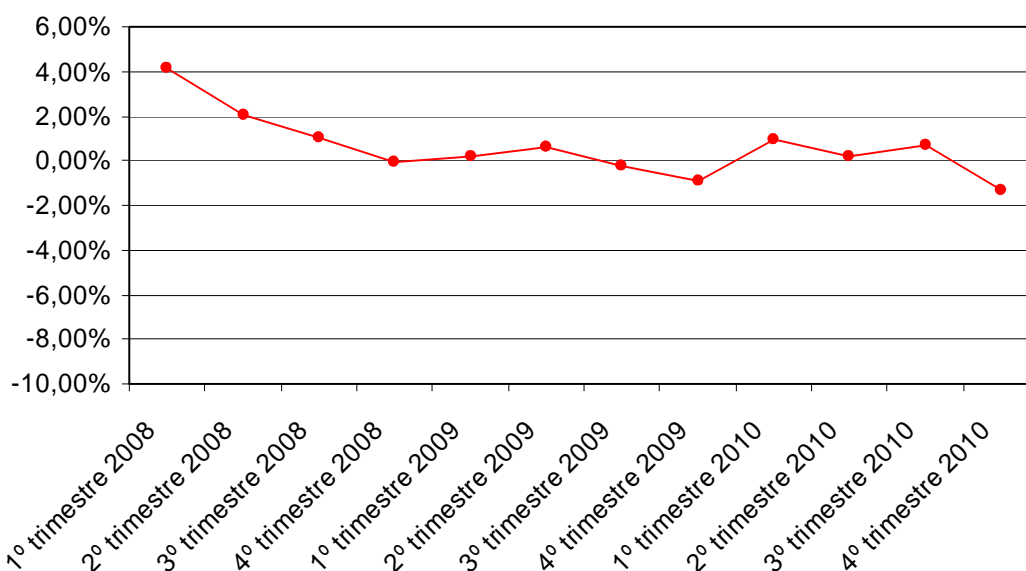


GRÁFICO 81 - TAXA DE REINVESTIMENTO DO LUCRO DO SANTANDER

Ao analisar o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) do Santander é evidente sua redução durante o período e após a crise financeira. No primeiro semestre de 2008, o percentual de retorno médio foi de 3,95% e nos demais trimestres a média se estabeleceu em 1,08%.

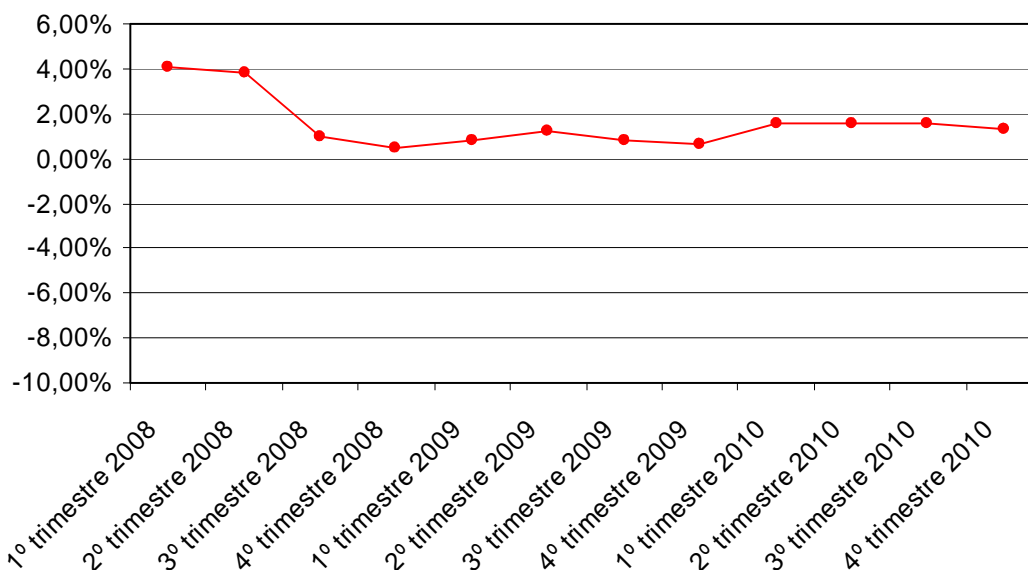


GRÁFICO 82 - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SANTANDER

O percentual de retorno sobre investimento total (ROA) do Santander se manteve estável durante os três anos analisados. Apesar de tal constância, os valores foram próximos à zero, inferiores a 0,5%. Isso indica que, mesmo não apresentando prejuízo, o retorno líquido foi quase nulo.

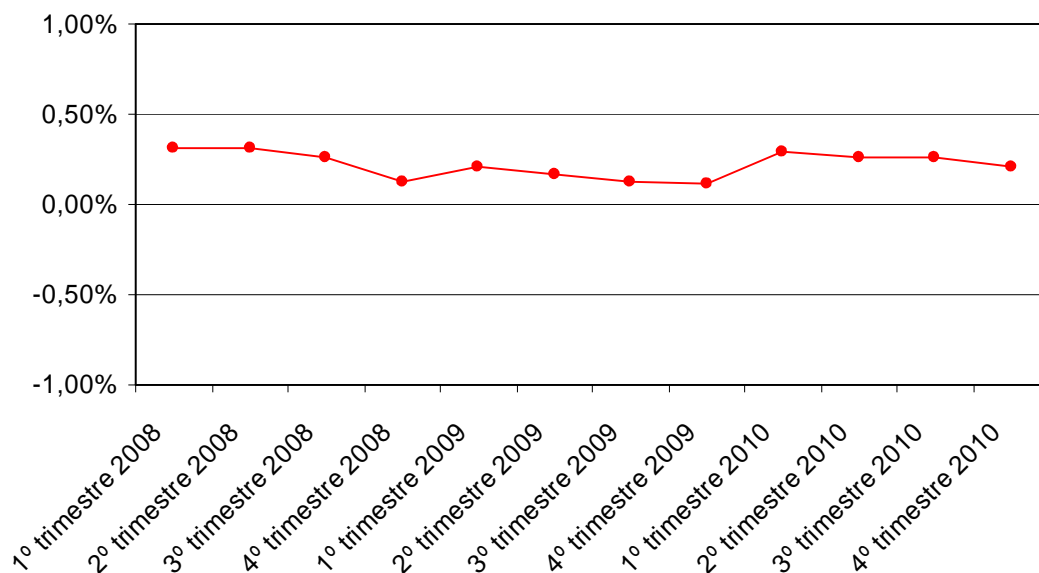


GRÁFICO 83 - RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL DO SANTANDER

No que concerne ao índice de eficiência operacional do Santander, é evidente que a pior performance foi no ano de 2009, quando o indicador atingiu seu pico de 85,54%. A baixa produtividade pode ser consequência da crise financeira em 2008, já que em 2010 a relação entre as despesas operacionais e as receitas da instituição voltou a cair.

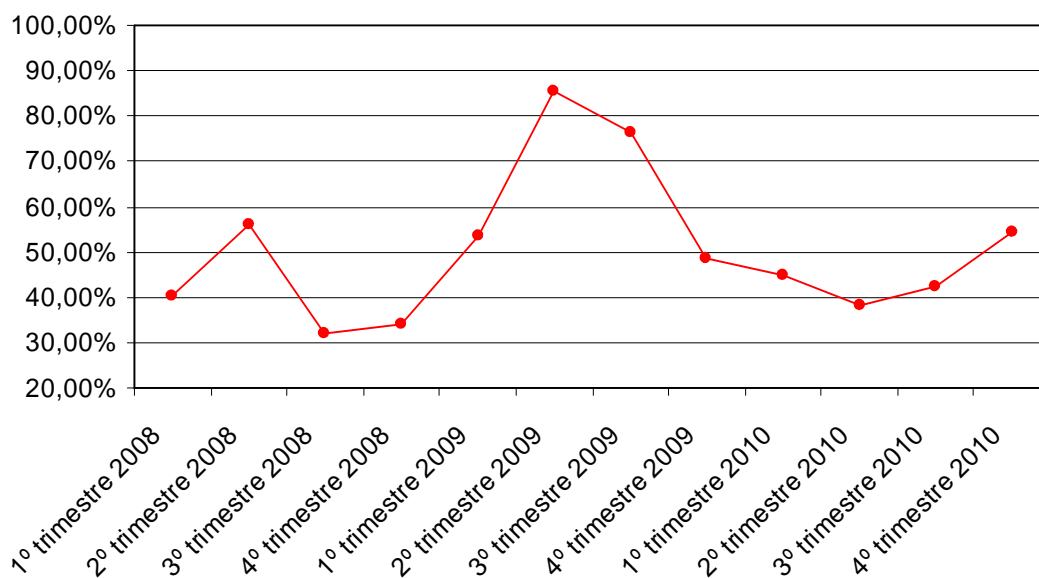


GRÁFICO 84 - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO SANTANDER

4.2 ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS

A seguir serão abordados os conjuntos de índices, buscando comparar os comportamentos de cada instituição financeira em relação às demais.

4.2.1 Indicadores de solvência e liquidez

Por intermédio da análise do encaixe voluntário dos bancos analisados verifica-se que não houve semelhança nos desempenhos das instituições. Além disso, a capacidade de cobertura imediata dos saques contra depósitos à vista foi menos afetada nos bancos públicos (CEF e Banco do Brasil). Embora tenham passado por variações durante os três anos, as demais instituições também conseguiram superar as dificuldades neste quesito.

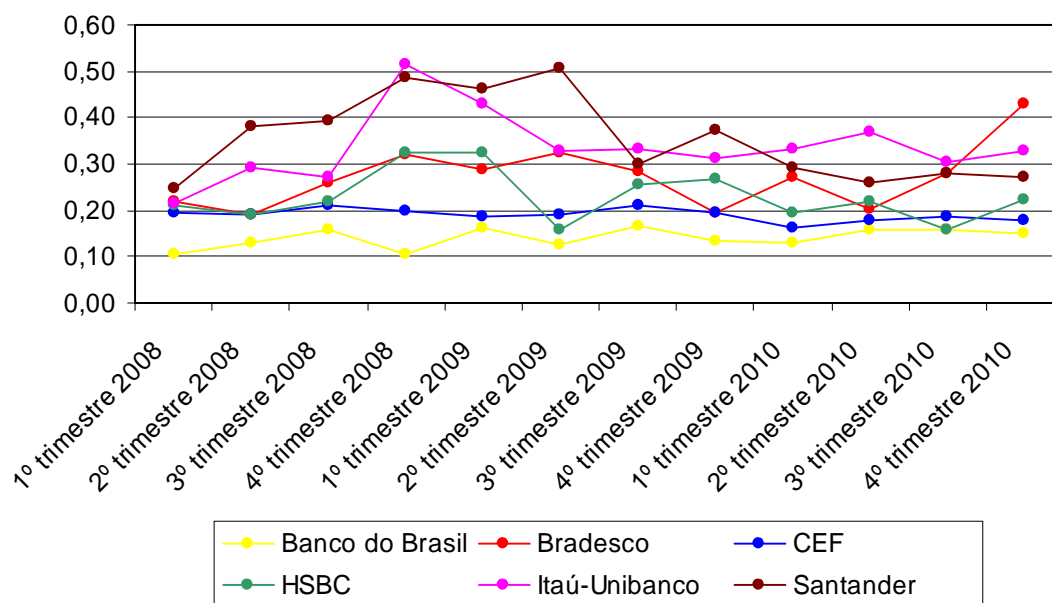


GRÁFICO 85 - ENCAIXE VOLUNTÁRIO CONSOLIDADO

Com relação à liquidez imediata dos bancos, é evidente que o Itaú-Unibanco teve a melhor performance no pós-crise. Nota-se no gráfico 86 que, com exceção do Itaú-Unibanco, as demais instituições financeiras apresentaram índices de liquidez

imediate, em média, entre 2,49 e 3,91 a partir do primeiro trimestre de 2009. Não obstante, tais valores ainda são considerados como favoráveis.

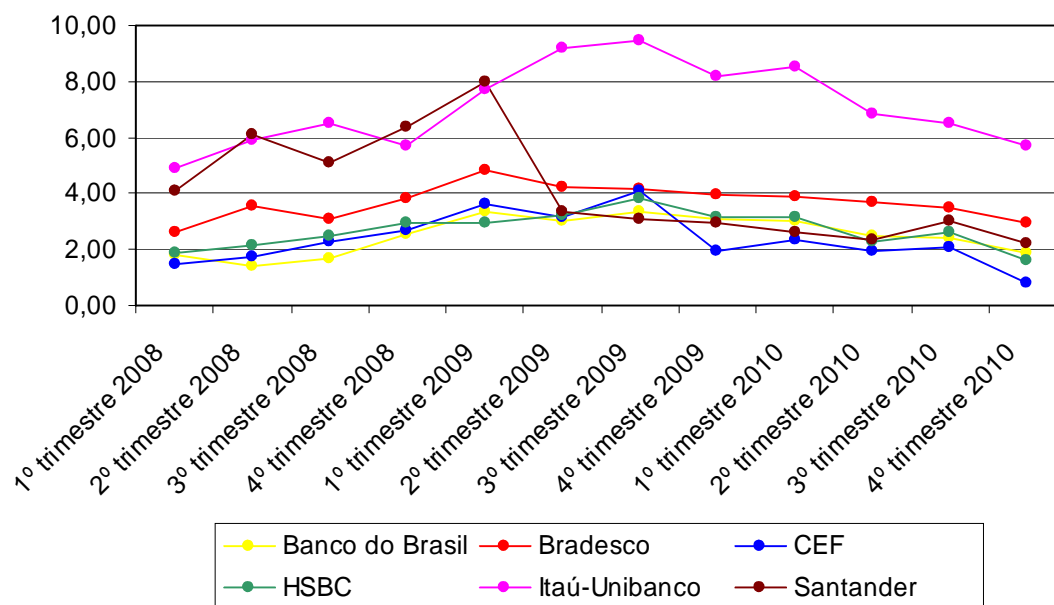


GRÁFICO 86 - LIQUIDEZ IMEDIATA CONSOLIDADA

O gráfico do índice de empréstimos/depósitos consolidado clarifica que o Santander possui o maior percentual de operações de crédito com relação aos recursos tomados pela instituição. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também se destacam nesta análise, aquele por possuir a segunda maior média do período e esta pelo ritmo constante de crescimento de seus indicadores.

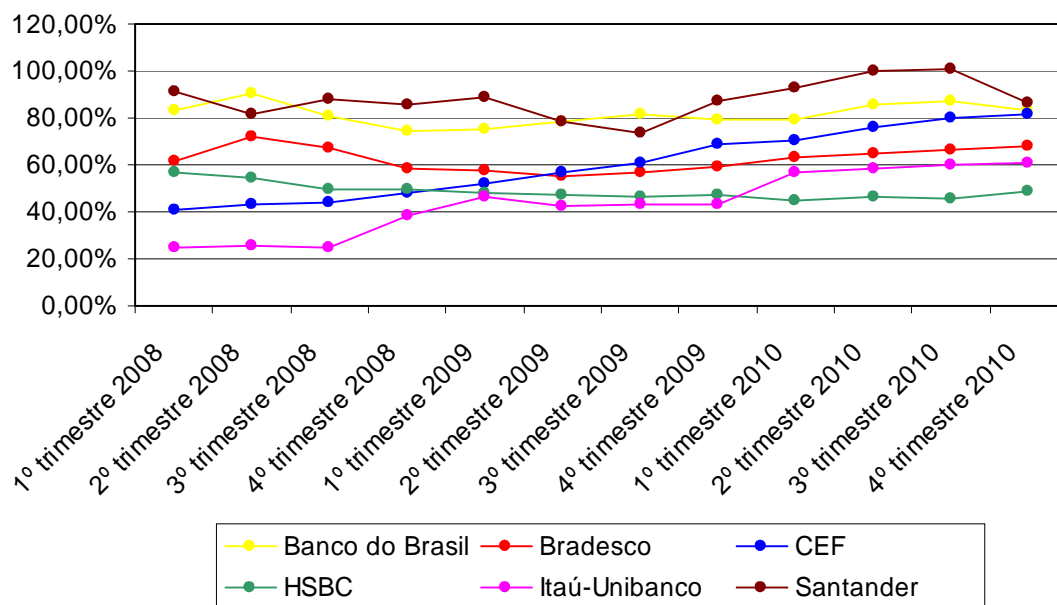


GRÁFICO 87 - ÍNDICE DE EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS CONSOLIDADO

O capital de giro próprio demonstra a folga financeira do patrimônio líquido, ou seja, a parcela do ativo circulante que é por ele financiada. No caso das instituições financeiras objeto deste estudo, é possível identificar que todas elas apresentam capital de giro negativo, o que é comum neste tipo de organização. O HSBC foi o banco com o maior capital de giro, dado o seu menor valor disponível como recursos próprios.

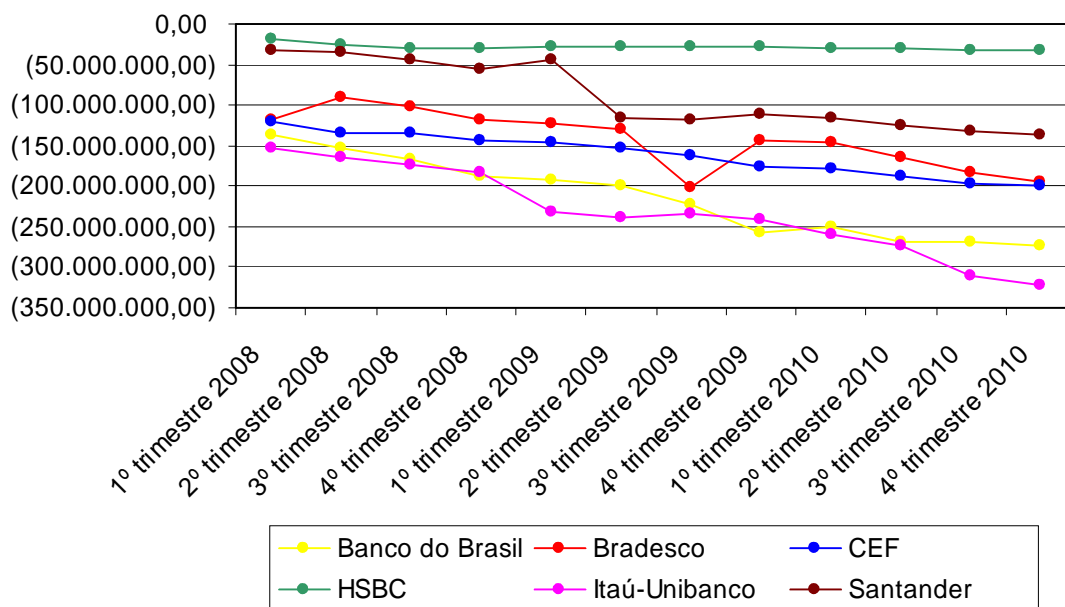


GRÁFICO 88 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO CONSOLIDADO

Ao avaliar participação dos empréstimos verifica-se que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal contam com o maior percentual médio de ativos aplicados em empréstimos. Tal fato confirma o perfil credor de ambas as instituições no cenário nacional no tocante à concessão de crédito e financiamentos. No período analisado, Itaú-Unibanco e Bradesco apresentaram os menores índices médios de participação dos empréstimos.

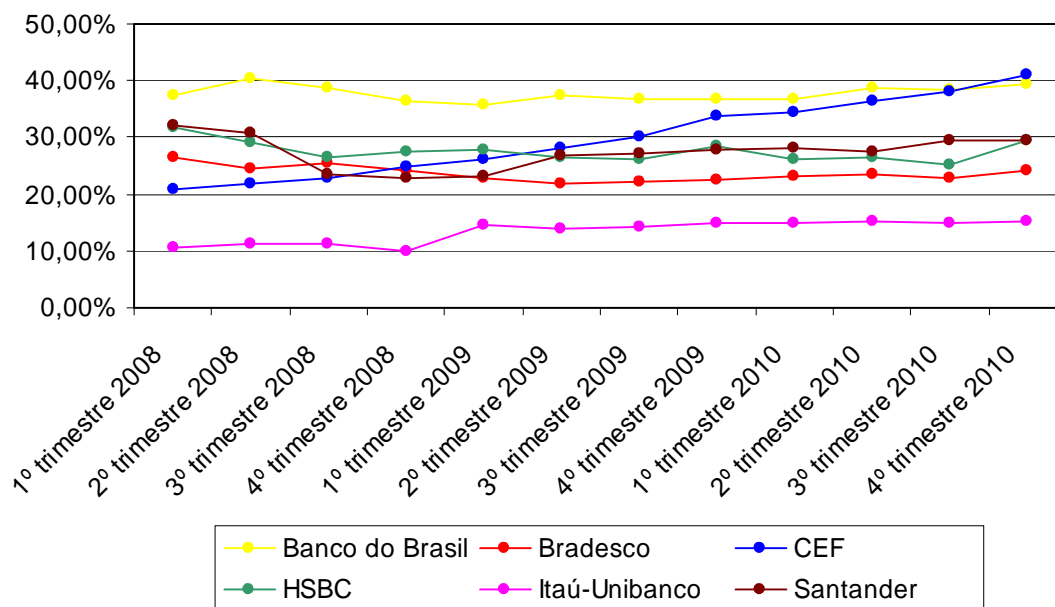


GRÁFICO 89 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSOLIDADA

4.2.2 Indicadores de capital e risco

De acordo com o gráfico abaixo, percebe-se que as instituições financeiras analisadas apresentaram comportamento semelhante em seus índices de independência financeira, exceto pelo Santander. Conforme já mencionado anteriormente, o Santander aumentou seu patrimônio líquido no terceiro trimestre de 2008, possível motivo pelo qual os valores de sua independência financeira foram tão superiores aos outros. Os demais bancos tiveram a relação média entre recursos próprios e ativos totais no período entre 4,09% e 8,00%.

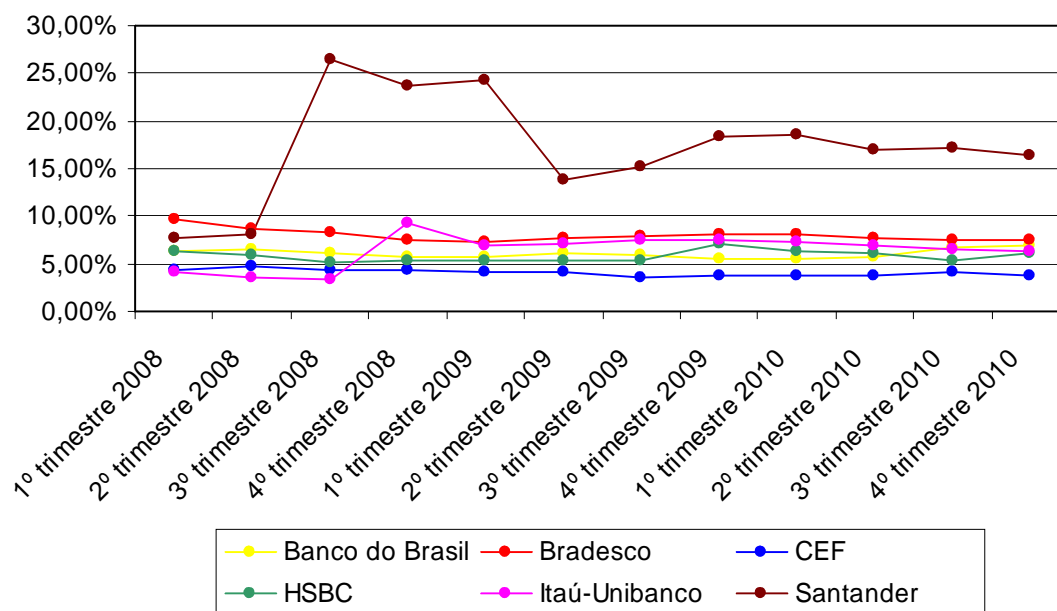


GRÁFICO 90 - INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA CONSOLIDADA

O *leverage* sofreu fortes variações em todos os bancos analisados durante os anos de 2008, 2009 e 2010. Entretanto, a redução mais brusca ocorreu com o Itaú-Unibanco no quarto trimestre de 2008, quando seu ativo caiu de 29,74 para 10,88 vezes maior que seu patrimônio líquido. Assim também aconteceu com o Santander, que do segundo para o terceiro trimestre de 2008 teve seu ativo reduzido em 846,35% entre os dois períodos. Ambas as situações se passaram durante a crise financeira e por razões do incremento nos valores de patrimônio líquido das instituições citadas.

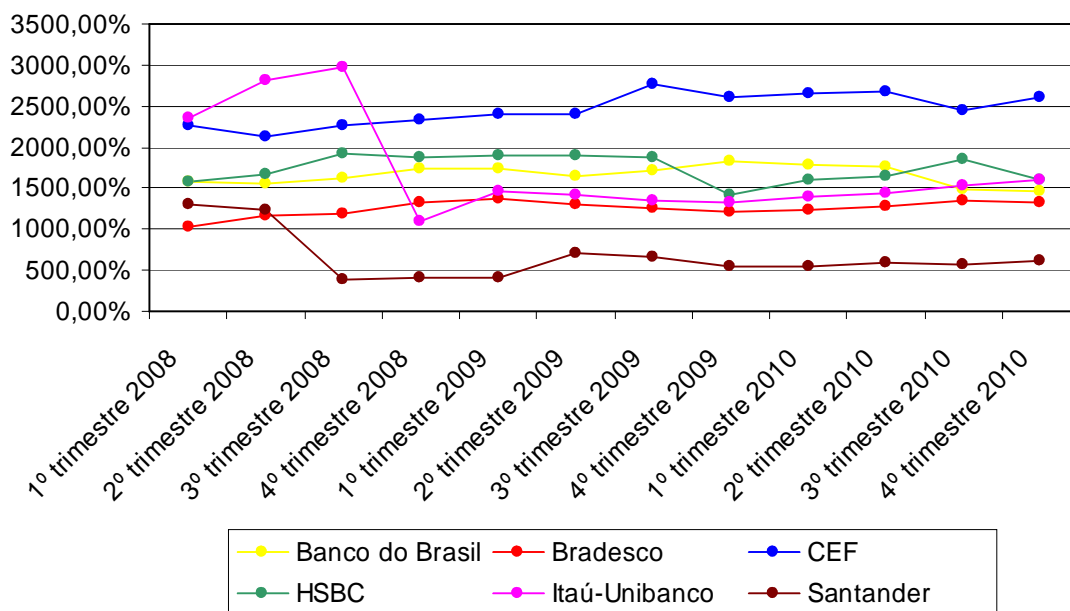


GRÁFICO 91 - LEVERAGE CONSOLIDADO

Assim como exposto anteriormente com relação à independência financeira dos bancos, a relação capital/depositantes demonstra que, exceto pelo Santander, as instituições mostraram desempenho análogo. As proporções entre o montante de recursos próprios aplicados e o valor de depósitos captados dos bancos resultaram em valores médios entre 7,55% e 16,87%, enquanto que a do Santander resultou em 49,84% no período.

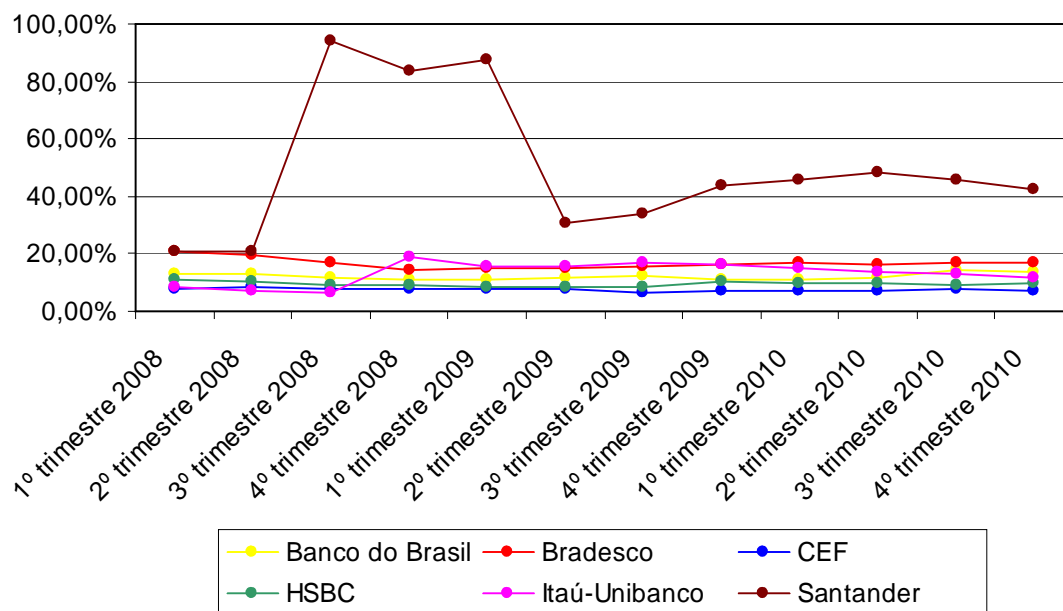


GRÁFICO 92 - RELAÇÃO CAPITAL/DEPOSITANTES CONSOLIDADA

No tocante à imobilização do capital próprio das instituições financeiras é evidenciada a performance dos valores desse índice do Itaú-Unibanco frente aos demais. Apesar da queda brusca no final de 2008, o Itaú-Unibanco apresentou proporções de seu patrimônio líquido imobilizado bem acima da média das outras instituições, qual seja 304,68% em todo o período contra 185,29% do Bradesco, que apresentou a segunda maior média.

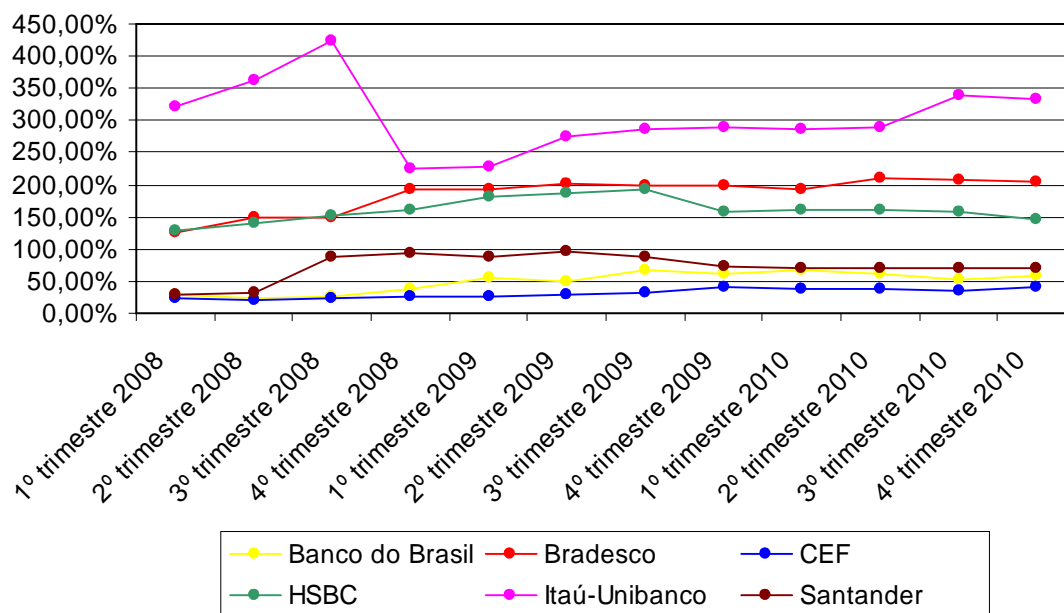


GRÁFICO 93 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

O gráfico do índice de sensibilidade dos juros ressalta o Santander como sendo o banco cujos ativos e passivos sensíveis são mais vulneráveis ao comportamento das taxas de juros do mercado. Nota-se que a média de seus indicadores durante os três anos foi de 159,22%, sendo a Caixa Econômica Federal a segunda instituição mais sujeita às oscilações de mercado, com 135,99%.

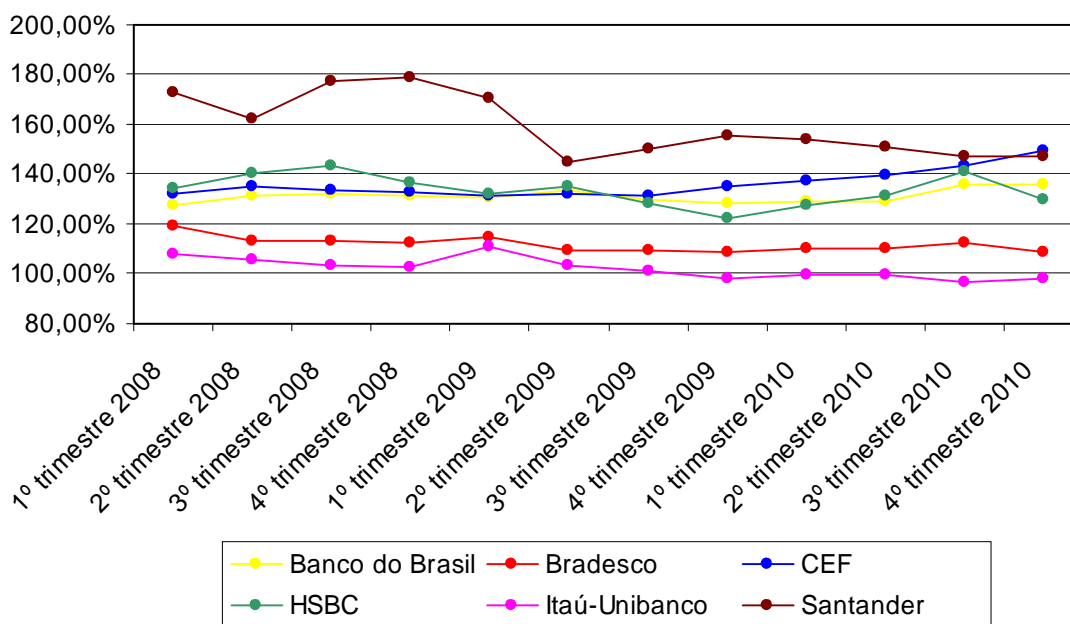


GRÁFICO 94 - ÍNDICE DE SENSIBILIDADE DOS JUROS CONSOLIDADO

4.2.3 Indicadores de rentabilidade e lucratividade

Por meio da análise da taxa de reinvestimento do lucro é possível verificar que os índices de todos os bancos analisados sofreram oscilações durante o período estudado. O Itaú-Unibanco e a Caixa Econômica Federal tiveram queda evidente em suas taxas de reinvestimento do lucro durante o último trimestre de 2008, assim como o HSBC pouco tempo depois, no início de 2009. Embora tenham passado por grandes variações, a CEF apresentou a maior taxa média de reinvestimento de lucro de 2008 a 2010, sendo 4,61%, e o Banco do Brasil está na segunda posição, com 4,43%.

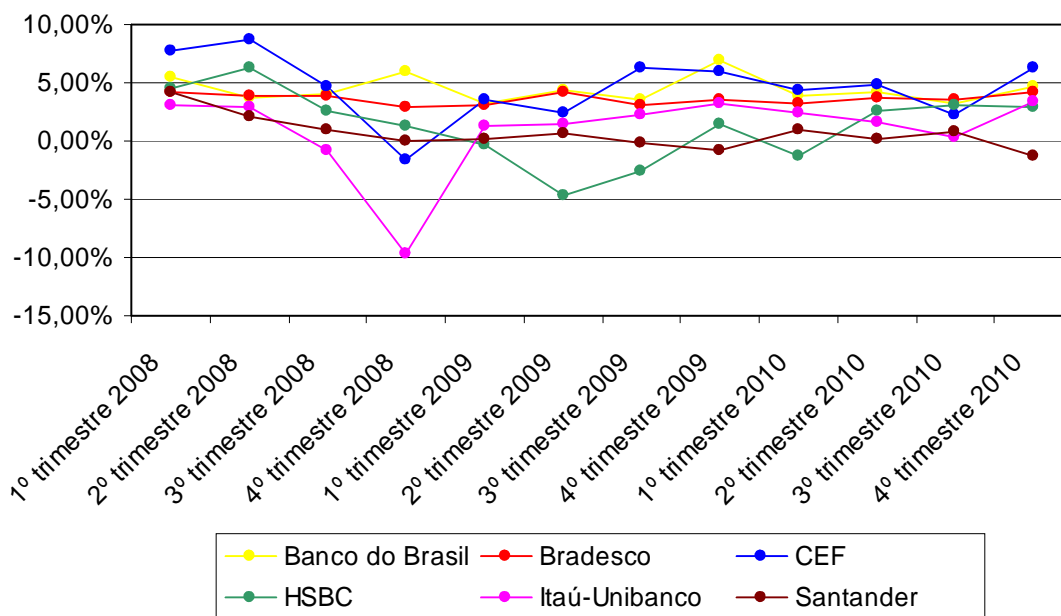


GRÁFICO 95 - TAXA DE REINVESTIMENTO DO LUCRO CONSOLIDADA

Com relação ao retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) dos bancos, novamente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal apresentaram os melhores indicadores. Percebe-se que, mesmo tendo mantido seu retorno menos elevado após a crise, a CEF conseguiu bons resultados se considerado o total do período. Por outro lado, o Banco do Brasil oscilou entre índices altos e baixos de ROE nos trimestres, principalmente em 2008 e 2009.

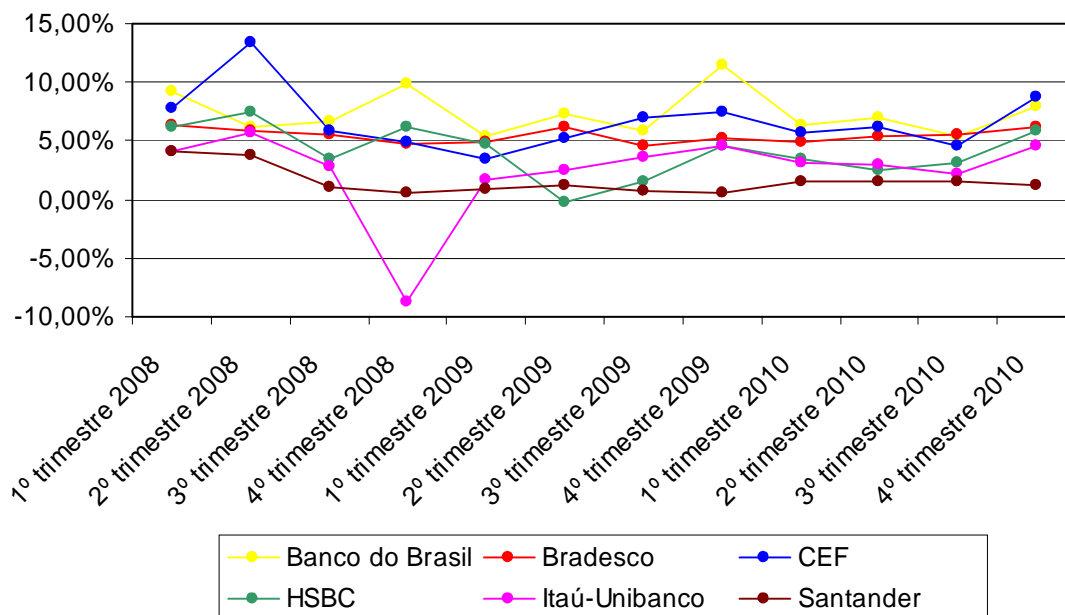


GRÁFICO 96 - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Embora o comportamento do retorno sobre investimento total (ROA) da maioria das instituições financeiras analisadas tenha sido semelhante ao do ROE, neste caso o Banco do Brasil e o Bradesco tiveram as melhores performances. O Bradesco, não obstante a crise financeira, demonstrou bons índices de retorno sobre seu ativo total quando comparado aos demais bancos.

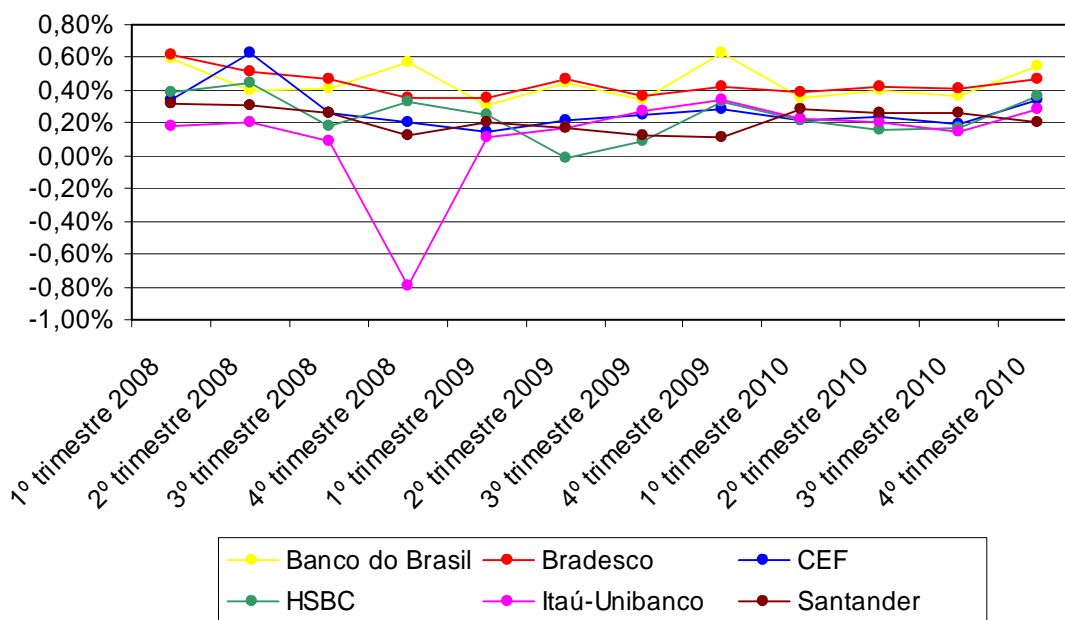


GRÁFICO 97 - RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL CONSOLIDADO

O índice de eficiência operacional, por ser a relação entre as despesas operacionais e as receitas de intermediação financeira, é representado em percentuais e quanto menor o índice, maior a produtividade apresentada no período. Sendo assim, o Itaú-Unibanco teve o melhor desempenho, com índice de eficiência operacional médio de 25,91%. Em seguida está o Bradesco, que teve seu índice médio de 31,07%. Pelo gráfico abaixo, nota-se que a maior parte dos bancos teve variações durante e/ou após a crise em seus níveis de produtividade.

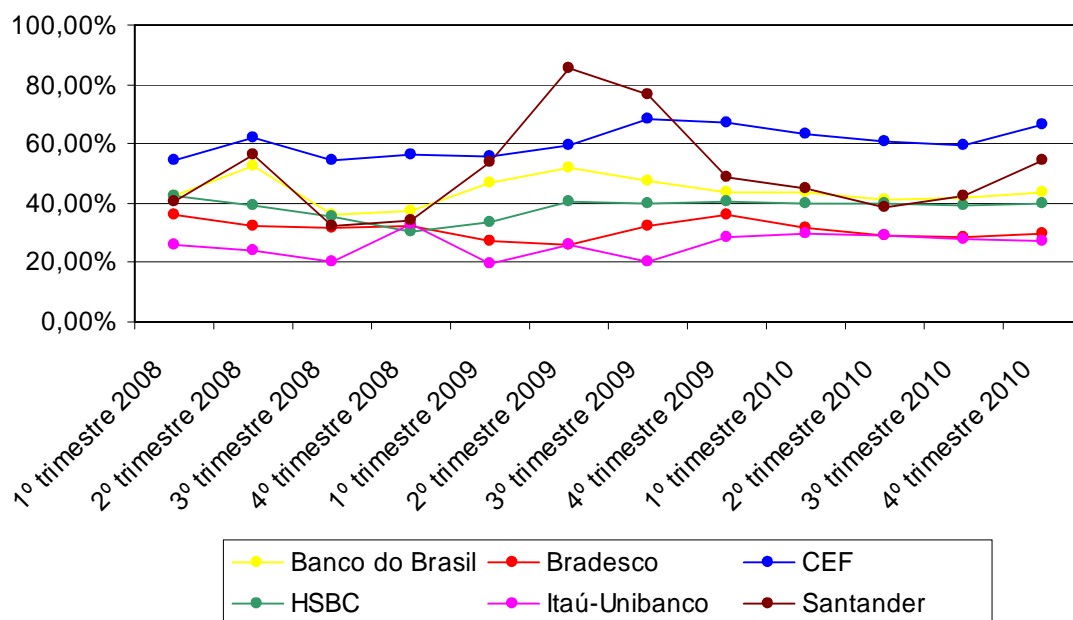


GRÁFICO 98 - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL CONSOLIDADO

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O objetivo estabelecido para o presente trabalho, durante seu desenvolvimento, pautou-se em diagnosticar o comportamento dos indicadores financeiros de alguns dos bancos atuantes no Brasil durante e após a crise mundial. As instituições financeiras foram escolhidas de acordo com a sua representatividade no *ranking* do saldo em depósitos totais do BACEN.

Verificou-se ao longo da análise que a crise financeira impactou diretamente no desempenho dos bancos brasileiros, principalmente com relação aos resultados apresentados durante os três anos estudados. Alguns bancos apresentaram prejuízo em determinados trimestres, outros demonstraram terem sido afetados pelo aumento das despesas e, ainda, a maioria deles pela redução do retorno sobre o capital investido.

O Banco do Brasil apresentou algumas dificuldades financeiras no ano da crise, as quais foram superadas nos trimestres seguintes. Seu capital de giro próprio diminuiu ao longo do período, assim como seu nível de depósitos captados. Apesar disso, houve incremento em seu patrimônio líquido e maiores investimentos no auge da crise como possível medida de contingência contra perdas financeiras.

O Bradesco também revelou suas dificuldades em 2008, embora tenha apresentado alguns resultados melhores em 2009 e 2010, após a recuperação dos efeitos causados pela crise. Tais fatos podem ser demonstrados pelos níveis de reinvestimento e retorno alcançados no pós-crise, assim como sua produtividade média durante os três anos.

A Caixa Econômica Federal, apesar das oscilações em sua liquidez imediata, demonstrou bons resultados em operações de crédito em todo o período analisado, evidenciando sua função social de concessão de empréstimos e financiamentos. Entretanto, sua taxa de reinvestimento do lucro sofreu grandes variações e seu retorno também foi afetado pela crise financeira.

Com relação ao HSBC, notou-se que os impactos da crise foram fortemente percebidos em seu desempenho financeiro por meio dos obstáculos enfrentados nos anos de 2008 e 2009 no que diz respeito à cobertura imediata de seus depósitos e obrigações. Seu capital de giro próprio foi o menor entre os bancos analisados e seus ativos e passivos sensíveis mostraram grande vulnerabilidade às taxas de juros

do mercado. O HSBC declarou prejuízo no segundo trimestre de 2009, quando seus indicadores financeiros apresentaram claramente os piores níveis.

No Itaú-Unibanco os piores índices de rentabilidade aconteceram ainda em 2008, tendo seus resultados negativos como consequência instantânea da crise financeira. Apesar de tantos desafios, o Itaú-Unibanco se recuperou e teve resultados melhores em 2010, principalmente no que concerne à lucratividade e ao retorno sobre o capital próprio. Além disso, houve incremento de seu patrimônio líquido no final do primeiro ano, possivelmente entendido como indício de sua reação à crise.

O Santander também foi consideravelmente afetado pelos impactos financeiros em 2008. Entretanto, ao contrário do Itaú-Unibanco, o Santander demorou mais tempo para conseguir se recuperar e se restabelecer após as dificuldades enfrentadas. Verificou-se que seu índice de eficiência operacional se destacou dos demais bancos pela baixa produtividade apresentada em 2009, assim como sua sensibilidade às taxas de juros do mercado.

De posse de tais informações, concluiu-se que a crise financeira realmente teve efeitos sobre as instituições financeiras brasileiras. Seus efeitos foram intensamente sentidos não apenas durante, mas nos anos que se sucederam à crise. As reações de cada banco foram as mais diversas, embora seja cabível traçar uma analogia no que tange à busca pelos maiores lucros e melhores resultados. Afinal, a essência das instituições financeiras consiste em proporcionar retorno aos seus *stakeholders* e continuar a movimentar a engrenagem dos mercados financeiros globais. Embora em sua grande parte recuperados, os bancos receiam que novos acontecimentos possam trazer à tona as dificuldades uma vez enfrentadas e talvez outras ainda mais drásticas.

REFERÊNCIAS

AméricaEconomía. *Ranking 2010 – Los 25 mejores bancos de América Latina y los 250 mayores de la región. AméricaEconomía*. Disponível em <<http://rankings.americaeconomia.com/2010/bancos-americalatina2010/>>. Acesso em: 28/05/2011.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BANCO BRADESCO. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br>>. Acesso em: 28/05/2011.

BANCO DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 28/05/2011.

BANCO HSBC BRASIL. Disponível em: <<http://www.hsbc.com.br>>. Acesso em 28/05/2011.

BANCO ITAÚ-UNIBANCO. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br>>. Acesso em 28/05/2011.

BANCO SANTANDER BRASIL. Disponível em: <<http://www.santander.com.br>>. Acesso em 28/05/2011.

Bank for International Settlements. Disponível em: <<http://www.bis.org>>. Acesso em 25/09/2011.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BM&F BOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em 28/05/2011.

BRAGA, Hugo Rocha, ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999.

BRANDT, Valmir Alberto. **A auditoria e a crise financeira de 2008 – O caso Lehman Brothers**. Disponível em: <http://aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/5a.pdf>. Acesso em: 05/04/2011.

BRASIL – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05/04/2011.

BRASIL – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 28/05/2011.

BRASIL – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em:
<<http://www.portaldoinvestidor.gov.br>>. Acesso em 28/05/2011.

BRASIL – MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em:
<<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em 28/05/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 45, de 27 de dezembro de 1966. Dispõe sobre as Sociedades de Crédito e Financiamento e as do tipo misto de que resulte o aceite de títulos cambiários. **Banco Central do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ, 30 dez. 1966.

Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=066000078>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 52, de 20 de abril de 1967. Dispõe sobre Associações de Poupança e Empréstimo. **Banco Central do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ, 4 mai. 1967. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=067000027>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 394, de 20 de outubro de 1976. Dispõe sobre os Bancos de Desenvolvimento. **Banco Central do Brasil.** Brasília, DF, 3 nov. 1976.

Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=076000070>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 1.120, de 4 de abril de 1986. Dispõe sobre as Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários. **Banco Central do Brasil.** Brasília, DF, 4 abr. 1986. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=086046877>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 1.655, de 26 de outubro de 1989. Dispõe sobre as Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários. **Banco Central do Brasil.** Brasília, DF, 26 out. 1989. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=089147609>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 1.770, de 28 de novembro de 1990. Dispõe sobre as Sociedades Corretoras de Câmbio. **Banco Central do Brasil.** Brasília, DF, 28 nov. 1990. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=090176572>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994. Dispõe sobre os regulamentos de instituições financeiras. **Banco Central do Brasil.** Brasília, DF, 17 ago. 1994. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=094163143>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 2.122, de 30 de novembro de 1994. Dispõe sobre as Companhias Hipotecárias. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 30 nov. 1994. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=094229574>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 2.309, de 28 de agosto de 1996. Dispõe sobre as operações de arrendamento mercantil. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 28 ago. 1996. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=096183464>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 2.624, de 29 de julho de 1999. Dispõe sobre os Bancos de Investimento. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 29 jul. 1999. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=099172123>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 2.690, de 26 de janeiro de 2000. Dispõe sobre as Bolsas de Valores. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 28 jan. 2000. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=100016877>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 2.735, de 28 de junho de 2000. Dispõe sobre as Sociedades de Crédito Imobiliário. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 28 jun. 2000. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=100117483>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 2.828, de 29 de março de 2001. Dispõe sobre as Agências de Fomento. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 30 mar. 2001. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=101058385>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 2.874, de 26 de julho de 2001. Dispõe sobre as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 26 jul. 2001. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=101142093>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 3.106, de 24 de junho de 2003. Dispõe sobre as Cooperativas de Crédito. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 25 jun. 2003. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=103087623>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 3.426, de 21 de dezembro de 2006. Dispõe sobre as instituições financeiras especializadas na realização de operações de câmbio. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 21 dez. 2006. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=106407478>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 3.454, de 30 de maio de 2007. Dispõe sobre as condições para captação de depósitos a prazo. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 30 mai. 2007. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=107169666>>. Acesso em: 01/10/2011.

BRASIL. Resolução CMN nº 3.859, de 27 de maio de 2010. Dispõe sobre as Cooperativas de Crédito. **Banco Central do Brasil**. Brasília, DF, 27 mai. 2010. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=110047070>>. Acesso em: 01/10/2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>>. Acesso em 28/05/2011.

CARCANHOLO, Marcelo; PINTO, Eduardo; FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **Crise financeira internacional: Natureza e impacto**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/crise_financeira_internacional_gep_maio_2008.pdf>. Acesso em: 05/04/2011.

CARVALHO, Demerval Bicalho; SANTOS, Gustavo Martins dos. **Os Acordos de Basileia – Um roteiro para implementação nas instituições financeiras**. Brasília: BRASIL, [200-]. Disponível em <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Artigo_Basileia_6.pdf>. Acesso em 27/07/2011.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FARHI, Maryse. **A crise financeira e o *global shadow banking system***. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3002008000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 05/04/2011.

COLLI, José Alexandre; FONTANA, Marino. **Contabilidade bancária**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1990.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORAZZA, Gentil. **O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional**. Porto Alegre: [s.n.], 2005.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

ENTENDA como a crise financeira global afeta o Brasil. **Folha**, São Paulo, 04 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u498780.shtml>>. Acesso em: 05/04/2011.

- ENTENDA a crise que atinge a economia dos EUA. **Folha**, São Paulo, 29 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u450226.shtml>>. Acesso em: 20/09/2011.
- FILGUEIRAS, Claudio. **Manual de contabilidade bancária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FREITAS, Maria Cristina Penido de. **Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito**. [s.l]: [s.n], 2009.
- GALLAGHER, Timothy J.; ANDREW, Joseph D. **Financial Management: Principles and practice**. 4. ed. [s.l]: Pearson Education, Inc., 2007.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.
- MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MESQUITA, Mário; TORÓS, Mario. **Considerações sobre a atuação do BC na crise de 2008**. Brasília, março de 2010. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps202.pdf>>. Acesso em 25/09/2011.
- MOREIRA, Cláudio Filgueiras Pacheco. **Manual de contabilidade bancária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- MORTE de empresas pontocom dobra em 2001. **Estadão**, São Paulo, 28 de dezembro de 2001. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/tecnologia/2001/not20011228p56215.htm>>. Acesso em: 22/09/2011.
- NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de instituições financeiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas: 2005.
- PADOVEZE, Clóvis Luiz; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998.
- REED, Edward W.; GILL, Edward K. **Bancos Comerciais e múltiplos**. São Paulo: Makon Books, 1994.
- SAUNDERS, Anthony. **Administração de instituições financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TABAK, Benjamin M. *et al.* **Financial stability and monetary policy: the case of Brazil**. Brasília: Research Department (Depep), 2010.